

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Valdirene Andrade Honório

**A DIMENSÃO EDUCACIONAL NO PROJETO FAIXA AZUL:
A JUVENTUDE EM QUESTÃO**

Juiz de Fora
2009

Honório, Valdirene Andrade

A dimensão educacional no projeto Faixa Azul: a juventude em questão / Valdirene Andrade Honório. – 2009.
139 f.

Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

1. Educação. 2. Adolescentes. I. Título

CDU 37

VALDIRENE ANDRADE HONÓRIO

**A DIMENSÃO EDUCACIONAL NO PROJETO FAIXA AZUL:
A JUVENTUDE EM QUESTÃO**

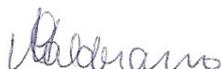
Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação: área de concentração Gestão e Políticas Públicas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Assunção Calderano

JUIZ DE FORA
2009

TERMO DE APROVAÇÃO**VALDIRENE ANDRADE HONÓRIO****A DIMENSÃO EDUCACIONAL NO PROJETO FAIXA AZUL: A JUVENTUDE EM
QUESTÃO**

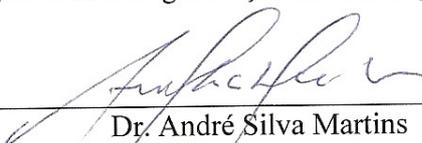
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:



Dr^a. Maria da Assunção Calderano (orientadora)
Programa de Pós-graduação em Educação, UFJF



Dr^a. Laura Souza Fonseca
Programa de Pós-graduação em Educação, UFRGS



Dr. André Silva Martins
Programa de Pós-graduação em Educação da UFJF

Juiz de Fora, 22 de maio de 2009.

A presente pesquisa é
fruto de uma das tantas
bênçãos por mim
recebidas, por obra
DAQUELE que tudo

nos concede, se for
para o nosso bem!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, sempre!

À minha orientadora professora Dra. Maria da Assunção Calderano, com carinho!

À Cidinha, pelas palavras proferidas em momento difícil. Obrigada!

Ao Getúlio, pela atenção e disposição sempre que solicitado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação pela oportunidade.

Aos queridos companheiros da turma de 2008, em especial: Cláudia e Lenine.

Aos educadores da Escola Estadual Henrique Diniz que não pouparam esforços na tentativa de mudanças de horários para que eu pudesse estar ora em Barbacena, ora em Juiz de Fora.

Aos amigos de sempre.

Aos coordenadores e funcionários do Serviço de Obras Sociais e Faixa Azul de Barbacena.

Em especial, aos adolescentes e jovens que participaram direta ou indiretamente dessa pesquisa. MUITO OBRIGADA!

LISTA DE SIGLAS

Abarflores- Associação Barbacense dos produtores de flores

BM - Banco Mundial

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

EAFB - Escola Agrotécnica Federal de Barbacena

Epcar - Escola Preparatória de Cadetes do Ar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG - Organização Não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB - Produto Interno Bruto

PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária

SNJ - Secretaria Nacional da Juventude

SOS - Serviço de Obras Sociais

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria

SPSS – Programa Estatístico para as Ciências Sociais

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFSJ - Universidade Federal de São João Del-Rey

UNIPAC - Universidade Presidente Antônio Carlos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 Idade dos integrantes do Faixa Azul / ano Base 2007.....	69
TABELA 1 Identificação de alguma mudança pessoal a partir do seu ingresso no Faixa Azul – Público Antigo (Capítulo 5).....	92
TABELA 1 Idade do adolescente	131
TABELA 2 Identificação do entendimento da escola a respeito dos seus alunos.....	131
TABELA 3 Destino do dinheiro que recebia.....	132
TABELA 4 Gostaria de não precisar trabalhar.....	132
TABELA 5 Como a sociedade vê o adolescente e o jovem.....	132
TABELA 6 Idade do jovem.....	133
TABELA 7 Assunto que mais lhe interessa atualmente.....	133
TABELA 8 Destino do dinheiro que recebe.....	133
TABELA 9 Gostaria de não precisar trabalhar.....	134
TABELA 10 Como a sociedade vê o jovem	134
TABELA 11 Qual seria a principal responsabilidade dos governantes diante dos jovens brasileiros.....	134
TABELA 12 Os conhecimentos ensinados na escola contribuem para o seu trabalho no Faixa Azul.....	135

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi o de conhecer o espaço destinado à educação nas políticas para a adolescência e juventude, tendo como foco central o projeto Faixa Azul, situado na cidade de Barbacena /M.G. A definição por este objeto de estudo se deu por abranger, em seu propósito adolescentes e jovens. Tendo como aporte teórico as reflexões de Karl Marx e Antonio Gramsci foram adotadas ferramentas conceituais para nortear a direção e a forma de pesquisar. Foram utilizados conceitos significativos para a observação e posterior análise da realidade descoberta. Com o intuito de delimitar a estrutura teórica e conceitual, estabelecendo elos entre teoria e prática, foram buscados subsídios que permitissem pensar a educação, o trabalho e as políticas sociais para a adolescência e juventude no Brasil. Para atingir o objetivo proposto, no que se refere à construção dos dados, foi adotado como recurso metodológico dois questionários que foram aplicados a dois grupos de sujeitos da pesquisa: um composto por adolescentes e outro composto por jovens. Os dados obtidos foram analisados posteriormente à luz do materialismo histórico, uma vez que ele propicia uma análise dos fatos sociais tendo em vista a totalidade dos acontecimentos. Ao término do estudo a conclusão primordial obtida foi a de que as políticas para a juventude não podem prescindir de uma educação, em todas as dimensões possíveis. Elas precisam estar voltadas para a integralidade do mundo dos adolescentes e jovens, incluindo sua vida escolar, consoante com cada realidade visto que co-existem no país adolescências e juventudes diversas.

Palavras- chave: Adolescências – Juventudes – Educação

ABSTRACT

The aim of this research was to get to know the space dedicated to education in policies for youth, focusing mainly on the *Blue Band (Faixa Azul)* project in Barbacena in the State of Minas Gerais. This object of study was chosen because the project includes adolescents and youths in its scope. Using as a theoretical contribution the thoughts of Karl Marx and Antonio Gramsci, we adopted conceptual tools to guide the line of research and the research method. We used concepts that were significant for the observation and subsequent analysis of the reality that was discovered. With the aim of delimiting the theoretical and conceptual structure and establishing links between theory and practice, we tried to find supplementary information which would enable us to reflect on education, work and social policies for adolescents and youths in Brazil. To achieve the aims proposed, as regards the construction of the data, we adopted, as a methodological resource, two questionnaires which were applied to two groups of subjects of the research: one of adolescents and one of youths. The data obtained was later analysed in the light of historical materialism since it provides an analysis of the social facts which bears in mind all the events. At the end of the study, the main conclusion arrived at was that policies for young people cannot do without an education, in all its possible dimensions. These policies need to be directed at the whole of the adolescents' and youths' world, including their school life, consistent with all their realities, since multifarious teenagers and youths co-exist in the country.

Key words: Teenagers – Youths – Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1	14
1.1 Faixa Azul e sua história.....	15
1.2 No desbravar das montanhas: “a Cidade das Rosas”.....	16
2 Elementos estruturais da pesquisa	20
2.1 Questão de estudo e justificativa.....	20
2.2 Objetivos da pesquisa.....	22
CAPÍTULO 2 CONCEITOS QUE ORIENTAM O ESTUDO	25
2.1 O adolescente e o jovem na sociedade brasileira.....	25
2.2 Por que Marx e Gramsci para o estudo?.....	27
2.3 Conceitos que orientam o estudo.....	28
2.4 Outros conceitos a orientar o estudo.....	33
2.5 O Estado em Marx e Gramsci.....	37
2.6. Estado brasileiro, educação e políticas para a juventude.....	43
CAPÍTULO 3 ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES E / OU EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS: ESTABELECENDO RELAÇÕES (IM) POSSÍVEIS	46
3.1 Adolescência e juventude: limites de um terreno fértil.....	46
3.2 A mudança de paradigma: de “sujeitos menores” a sujeitos de direitos.....	52
3.3 Trabalho e políticas sociais: diálogo com as adolescências e juventudes.....	59
CAPÍTULO 4 METODOLOGIA	67
4.1 Revendo o mapa de ações: planejando o caminho.....	70
4.1.1 Os sujeitos da pesquisa: únicos e singulares.....	70
4.1.2 Dos instrumentos de pesquisa.....	72
CAPÍTULO 5 ANÁLISE DE DADOS	75

5.1 Do perfil dos sujeitos da pesquisa.....	75
5.2 O que têm a dizer os adolescentes e os jovens?.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXOS.....	107
ANEXO A – Quadro populacional de Barbacena.....	107
ANEXO B – Desenho da pesquisa.....	108
ANEXO C – Questionário 1 (Público antigo – adolescente).....	109
ANEXO D – Questionário 2 (Público atual – jovens).....	120
ANEXO E – Tabelas da pesquisa.....	131
ANEXO F – Tabela comparativa sobre algumas políticas para a adolescência e juventude.....	136
ANEXO G – Termo de Compromisso.....	143

1 INTRODUÇÃO

“Todos os dias quando acordo,
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo,
Temos todo tempo do mundo.”(Legião Urbana.
“*Tempo perdido*” In: Mais do Mesmo, 1998)

No momento de pensar que já era hora de escrever a dissertação como forma de expor os achados e conclusões (talvez ainda não tão conclusas assim) alusivas à pesquisa veio uma sensação de susto. Passada essa fase foi vivenciada uma etapa de reflexão cercada por vários questionamentos relacionados às expectativas presentes à época da entrada no programa de mestrado em educação. Depois surgiram momentos de descobertas e frustrações: no decorrer do processo das aulas, as discussões em grupo, as orientações e a ida a campo; até chegar ao incomparável e solitário momento da escrita.

Vislumbrada uma semelhança entre o exercício da docência e o da escrita, essa entendida como exercício e não como tarefa, porque ambas as atividades necessitam de uma dedicação efetiva e prazerosa se se almeja um bom resultado, foi percebido que não era possível fugir do risco da escrita porque nunca havia fugido da docência.

A pesquisa apresentada é fruto de um instinto de acolhimento e ao mesmo tempo de estranhamento da rotina de *adolescentes e jovens*, meninos e meninas que trabalhavam nas ruas centrais da cidade de Barbacena (Minas Gerais) vestidos com um colete azul e equipados com um talão e uma caneta trabalhando no projeto *Faixa Azul*. Esses foram os objetos vistos externamente, mas o que despertou a minha atenção não estava claro aos órgãos da visão. Refiro-me às vivências daqueles adolescentes e jovens, suas histórias, particularidades e anseios. Por isso, foi preciso enxergar esse cenário com lentes que permitissem tal visão sob o ângulo acadêmico, tendo em vista inclusive o aporte teórico escolhido para empreender esse estudo. Um olhar de estranhamento foi, assim, essencial.

A pesquisa esteve centrada no estudo desse grupo de jovens e adolescentes tendo como eixo norteador a dimensão da educacional nas *políticas para a adolescência e juventude*. A rotina e a forma de trabalho daqueles sujeitos causou uma mudança em meu olhar, enquanto profissional da educação e cidadã, levando-me a conhecer e refletir sobre as vivências e experiências dos adolescentes e jovens brasileiros, das políticas articuladas para essa parcela da população, bem como sobre o lugar ocupado, ou não, pela educação dentro desse cenário.

O Faixa Azul foi “escolhido” não só por fazer parte da cidade natal dessa pesquisadora, mas também por apresentar características muito próprias no que tange aos sujeitos que integraram o estudo. Com isso foi possível “re-conhecer” uma realidade que até então era conhecida superficialmente, tendo em vista o contexto dos adolescentes e jovens que trabalharam e trabalhavam no projeto.

Assim, logo de início, torna-se essencial apresentar o Faixa Azul, sua origem e especificidades e, na mesma proporção, torna-se também necessário conhecer um pouco a respeito da cidade de Barbacena que é o local de ocorrência do mesmo. Em seguida serão apresentados os elementos estruturais da pesquisa, a questão central e os objetivos do estudo.

1.1 O Faixa Azul e sua história

Existe na cidade de Barbacena o SOS (Serviço de Obras Sociais), uma entidade sem fins lucrativos que foi fundada em meados da década de 80 por membros do Lions Clube, com o intuito inicial de fornecer passagens para que pessoas oriundas de outras cidades e que mendigavam pelas ruas de Barbacena pudessem voltar aos seus locais de origem. Eram fornecidas também cestas básicas para famílias carentes e os jovens participavam através de um trabalho semelhante ao de “office-boy”. Alguns atuavam junto aos lojistas e outros faziam cobranças pelo estacionamento dos carros nas ruas centrais da cidade.

Posteriormente, os atendimentos e assistências foram sendo aperfeiçoados. Primeiramente, a pedido dos moradores do bairro onde eram distribuídas as cestas básicas, foi implantada uma creche na comunidade visando atender às mães que

trabalhavam, oferecendo um atendimento diferenciado para seus filhos. Paralelo ao trabalho da creche, que depois foi multiplicado em outras duas, o SOS passou a organizar os serviços prestados pelos jovens. O serviço de estacionamento foi regularizado junto à prefeitura da cidade pela Lei Municipal de número 2.972 de 15 de dezembro de 1993 e a área de cobertura para o estacionamento pago foi denominada de Faixa Azul. Para a realização do serviço de cobrança da taxa, optou-se pela participação de jovens de classe popular mediante a inscrição feita pela família ou pelo próprio jovem. O Serviço de Obras Sociais também mantinha um pequeno grupo de jovens que trabalhavam engraxando sapatos diariamente na praça principal da cidade.

O Faixa Azul envolvia o trabalho de adolescentes e jovens de ambos os sexos, que desenvolviam suas atividades nas ruas centrais da cidade vendendo bilhetes de estacionamento para os carros. O nome é uma alusão aos trechos de rua que pertencem à área demarcada para o estacionamento cobrado. Popularmente, os jovens que trabalham nesse serviço eram conhecidos como guardas-azuis, devido a um colete que usam tendo a referida cor em destaque. Dentre os critérios para a participação nesse projeto estavam: a idade mínima de 14 anos¹ e a matrícula em uma escola da rede pública de ensino. O regime de trabalho podia ser de quatro horas por dia, para aqueles que trabalhavam em meio período, sendo que o trabalho podia ser realizado no período contrário ao de frequência escolar. Havia também a possibilidade de se trabalhar oito horas diárias para aqueles que estudavam no período noturno ou já haviam concluído o Ensino Médio; optando assim por trabalhar em dois turnos.

1.2 No desbravar das montanhas: “a Cidade das Rosas”

Barbacena (lócus de desenvolvimento dessa pesquisa) está localizada na Serra da Mantiqueira a uma altitude estimada de 1.160 metros no denominado pico da Serra

¹ De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069 de 13 de julho de 1990, o trabalho para os menores de 14 anos só é permitido na condição de “adolescente aprendiz”. Por ser a única entidade da cidade a lidar com essa faixa etária e, por se tratar de uma obra social, o Conselho Tutelar acompanha a inserção de meninos e meninas dessa faixa etária. Entretanto, como nos afirmou o coordenador do Faixa Azul, nem sempre o Conselho Tutelar aceita essa situação de maneira positiva; alguns impasses são criados sendo que, é preciso, inclusive a assinatura de um termo de permissão e ciência da família acerca da idade mínima legal para o exercício das atividades. Cada caso era analisado previamente, sendo de suma importância uma “investigação” sobre a situação de emprego por parte dos pais.

da Mantiqueira. É bem posicionada no que diz respeito ao acesso às principais metrópoles brasileiras, ficando a 312 quilômetros do Rio de Janeiro, a 603 quilômetros de São Paulo, e a 178 quilômetros de Belo Horizonte, capital mineira. Além do transporte rodoviário, principalmente pelo acesso direto à BR 040 rodovia federal que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, conta também com um aeroporto local e com uma malha ferroviária para transporte de cargas.

A história da cidade teve início por volta do ano de 1698 quando o capitão Garcia Rodrigues Paes, filho do então bandeirante Fernão Dias abriu um caminho que tinha a sua origem no Rio de Janeiro até chegar ao local conhecido como Borda do Campo, onde seria formado o primeiro núcleo colonial desta imensa região e por ligar os Caminhos Velho e Novo. Pelo Caminho Novo não só passaram as riquezas da época áurea como também serviu de palco para fatos marcantes da história do século XVIII, como por exemplo a Guerra dos Emboabas e a Inconfidência Mineira (SAVASSI, 1953). Esse caminho atualmente faz parte de um percurso mais amplo que é conhecido por fazer parte do trajeto da “Estrada Real” em projetos que visam incentivar o turismo pelas estradas que fizeram parte da história do país durante o ciclo do ouro; incentivando o turismo relacionado ao conhecimento história do país.

Um fator significativo para a fundação da cidade foi a construção da Fazenda da Borba do Campo², cuja Capela em estilo barroco foi consagrada à Nossa Senhora da Piedade, tendo se tornado Matriz no ano de 1726. Com o aumento da população local, no ano de 1791 o Arraial foi elevado à categoria de vila e, posteriormente de município, recebendo o nome de Barbacena, em homenagem ao Visconde de Barbacena.

Por apresentar um clima ameno com temperaturas que oscilam entre os 10º C a 28º C graus, a cidade foi, e ainda é, referência na área médica por congregar vários hospitais psiquiátricos. Esses hospitais foram ali construídos pelo favorecimento climático da região, por isso, durante muito tempo, pacientes de outras localidades do país eram encaminhados para a cidade com o objetivo de se restabelecerem. O clima

² A fazenda da Borda do Campo é uma das mais antigas de Minas Gerais, com mais de 300 anos, sua construção antecede a fase do ouro (1698). Foi local de encontro dos inconfidentes e teve vários hóspedes ilustres como Dom Pedro I e o Duque de Caxias. foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional e pertence à Família Andrada, família que sempre esteve envolvida com a política nacional e são os fundadores e proprietários da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC – que mantém “filiais” em mais de 40 cidades mineiras; segundo informações da própria instituição.

da cidade é propício ao atendimento não só de pacientes indicados para tratamento psiquiátrico mas também para o restabelecimento de outras doenças. Devido a essa particularidade da cidade relacionada aos tratamentos psiquiátricos, nacionalmente Barbacena ficou conhecida como sendo “a cidade dos loucos”.

Um outro título atribuído à cidade é o de “cidade das rosas”, devido às muitas plantações de rosas que eram até mesmo exportadas. Esse setor comercial passou por um período de crise até que os produtores rurais envolvidos com o plantio das rosas passaram a integrar a Abarflores o que lhes garantiu a manutenção na área, só que agora com maior respaldo, desde o cultivo até a venda das flores. Sempre durante o mês de outubro é realizada, na cidade, a tradicional “Festa das Rosas”, período em que a cidade recebe diversos visitantes se tornando um importante palco turístico. Porém, a fama marcante da cidade é mesmo a de “cidade dos loucos” (SAVASSI, 1991).

Atualmente conta com cerca de 122.377 mil habitantes segundo dados coletados junto ao IBGE (ANEXO A) e abriga um importante pólo estudantil, com destaque para a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Epcar), a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena, a Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac) e um campus pólo da UEMG que oferecia o Curso normal Superior e atualmente oferece a graduação em Pedagogia.

O nome da cidade esteve sempre relacionado ao de duas tradicionais famílias locais: os Andradas e os Bias Fortes. Essas duas famílias sempre estiveram envolvidas na gestão municipal através da eleição para prefeito e escolha dos membros da câmara. São detentoras dos meios de comunicação ou, sobre eles exercem influência, por exemplo, os dois jornais semanais de circulação na cidade, o *Correio da Serra* e o *Jornal de Sábado*; assim como as rádios Am e Fms. No que diz respeito aos jornais citados, o primeiro pertence à família Andrada e o segundo ao senador pelo estado de Minas Gerais Hélio Costa; e o mesmo acontece com as rádios.

O político citado é um nome de apoio ligado à família Bias Fortes. Só para esboçar um mapa acerca do desenho político municipal, na concorrência à prefeitura nos últimos anos em Barbacena tivemos: na gestão de 1993 a 1996, Antônio Carlos Doorgal de Andrada como prefeito da cidade, depois, no mandato de 1997 a 2000 foi prefeito Paulo Antônio Scarpelli, seguido no mandato 2001-2004 por Célio Copati

Mazoni. Finalmente, o mais recente foi Martim Francisco Borges de Andrada de 2005 a 2008 que teve por sucessora a candidata Danuza Bias Fortes Carneiro para o novo mandato com início em 2009³; sendo essa a primeira mulher a assumir o cargo na cidade.

A base econômica da cidade encontra-se sustentada no setor agrícola e pecuário e possui cerca de 3.000 empresas registradas, sendo que 88% são classificadas como micro-empresas, responsáveis pela rede de comércio da cidade. Em termos de prestação de serviços, a cidade é carente em relação aos setores de lazer, emprego e saúde. Não possui um teatro municipal e conta com apenas uma sala de cinema e um pequeno shopping center. Abriga duas tecelagens de médio porte, uma grande indústria do gênero alimentício e boa parte da população trabalha ou no setor comercial ou no serviço público⁴. Um dos temas recorrentes de reclamação da população é a carência de atendimento na área da saúde.

No campo da educação a cidade possui escolas municipais, estaduais e particulares, é a sede da 3ª Superintendência Regional de Ensino, abrangendo 24 municípios, com 60 estabelecimentos de Ensino Fundamental, 14 de Ensino Médio. Além de contar com a presença da UNIPAC e da UEMG, com o oferecimento de cursos superiores na modalidade a distância que funciona nas dependências da Escola Agrotécnica Federal. Essa, por sua vez, já oferece também um curso superior em Informática e está com projeto para a implantação de outros cursos superiores. Porém ainda é grande o número de estudantes que trabalham na cidade durante o dia e estudam na Universidade Federal de São João Del-Rey localizada na cidade vizinha, fazendo esse trajeto em ônibus fretados.

Observando o Faixa Azul dentro desse contexto em que a população é por vezes relegada a um segundo plano, em meio a disputas políticas que pouco respondem às

³ As disputas eleitorais são um reflexo da situação da cidade em termos de influência política. Os candidatos mencionados na gestão 2001-2004 e na gestão 2009-2012 tiveram o apoio do citado senador da república, enquanto os outros dois ex-prefeitos pertencem à família Andrada; o prefeito da gestão 1997 a 2000 contou com o apoio da família Andrada.

⁴ É válido mencionar que a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Epcar) e a Escola Agrotécnica Federal são duas reconhecidas instituições federais de ensino reconhecidas nacionalmente e significativa parte de seus funcionários ocupam uma posição elevada, em termos financeiros, frente à maioria dos outros trabalhadores da cidade.

necessidades sociais, serão destacados aspectos que dizem respeito ao corpo estrutural da pesquisa.

2 Elementos estruturais da pesquisa

2.1 Questão de estudo e justificativa

Compreendendo o Faixa Azul, em sua possível relação com as políticas públicas vigentes, torna-se necessário fazer algumas indicações sobre tais políticas para a adolescência e juventude que passaram a vigorar no país, principalmente por volta dos anos 1990 (SPÓSITO e CORROCHANO, 2005).

Sabe-se que discussões envolvendo os adolescentes e jovens trazem como eixo norteador: a violência, o tempo livre, as doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e o uso de drogas, entre outros temas. Tendo esses vieses de análise, foi construída historicamente, uma associação direta entre adolescência e juventude somente sob um prisma negativista. A partir desse vínculo negativo é que se outorgou como sendo o correto que se planejassem e implantassem medidas para minimizar esse quadro.

Os limites entre a infância e a idade adulta têm na adolescência e na juventude o seu período caracterizado como de aquisição de formação moral e profissional necessários para a atuação no mundo dos adultos, além das transformações físicas. Para alguns estudiosos, esta seria uma etapa de nossas vidas a qual nos é concedida uma espécie de moratória social. Carrano (2003) advogou brilhantemente a ideia de que existe um fenômeno da *geração canguru*. Esse termo foi criado por ele em seu estudo com a juventude carioca tendo como parâmetro as características do público pesquisado. Tal fenômeno da geração canguru ocorre por conta de um prolongamento da infância e da juventude. Uma extensão do período anterior ao da entrada no mundo adulto que atualmente tem a ver com questões envolvendo a qualificação profissional e a entrada no mundo do trabalho.

Existe a concorrência para se conseguir um emprego em todos os cargos, desde o que demanda mais qualificação até aquele que exige menos qualificação. A oferta de

inúmeros cursos de profissionalização acompanhou o aumento da força de trabalho. O que não aconteceu na mesma proporção foi a qualificação dessa força de trabalho. Os cursos existem em nível médio, técnico, superior e de pós-graduação, mas as oportunidades para a inserção nesses cursos ainda não são do alcance de todos. Assim, até que se consiga um aprimoramento profissional objetivando uma boa colocação no mercado, muitos jovens vivenciam esse período de moratória estudando cada vez mais na dependência financeira de seus pais (WIEDERKEHR, 2007).

Vivendo tal fenômeno estão os jovens pertencentes à classe média, ou seja, aqueles que podem postergar o momento de inserção no mundo do trabalho para se dedicar aos estudos esperando que surjam melhores oportunidades. Como se sabe, o desemprego entre os jovens é superior ao do restante da população mesmo com um aumento nos índices de escolarização.

Na outra ponta do iceberg estão os adolescentes e jovens da classe operária que num processo contínuo de *adulthood precoce* (FRIGOTTO, 2004) são levados cada vez mais cedo para o mundo do trabalho para ajudar a família ou até mesmo por ser a única fonte de renda. Essa *adulthood* ocorre por meio de uma inserção precoce no mundo do trabalho, sem que ocorra uma qualificação adequada que lhes permita um rendimento digno e condições de trabalho satisfatórias. Nessa situação, a escola divide espaço com o trabalho nas expectativas e ansiedades de jovens meninos e meninas brasileiros. Os sujeitos do Faixa Azul estão mais próximos da realidade apresentada pelo conceito de *adulthood precoce* em detrimento ao da *geração canguru*.

A educação escolar já não é mais o único caminho a ser percorrido para o acesso ao trabalho, porque os conhecimentos transmitidos (quando transmitidos) nem sempre correspondem às ansiedades dos alunos e tão pouco às exigências do mundo globalizado e sedento por novidades em todas as esferas. Independente da dicotomia, socialmente produzida entre trabalho e educação, a escolarização é uma necessidade de classe e um direito da cidadania, ainda que nos limites de um Estado burguês. Assim, duas questões são centrais aqui: a educação escolar como parte da superestrutura / aparelho privado de hegemonia serve aos interesses do capital e na contradição, constitui uma apropriação necessária aos trabalhadores; e o marco regulatório brasileiro traz a obrigatoriedade do ensino fundamental a todos – inclusive

aos que dele não tiveram acesso na idade adequada. As políticas para a adolescência e juventude articuladas tanto por setores dos governos quanto por setores organizados da sociedade civil tem o poder de oportunizar aos adolescentes e jovens das classes populares o acesso a esses outros caminhos. Entretanto, isso não se traduz na existência de objetivos e metas que convergem sempre para um mesmo propósito.

O Projovem, o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e outros programas gerenciados pela Secretaria Nacional da Juventude⁵ dentre outros foram alicerçados em quatro blocos fundamentais de sustentação: frequência escolar, uma carga horária de formação profissional, uma carga horária de serviço “voluntário” e a transferência de renda (SPÓSITO e CORROCHANO, 2005).

No que tange à frequência escolar é exigido do jovem, que não concluiu o Ensino Fundamental, que o faça dentro do projeto, em geral as aulas são ministradas nas instalações onde também são ministradas as oficinas profissionalizantes. Considerando que em apenas um ano os jovens têm a possibilidade de concluir essa etapa de formação, sendo que a formação profissional oferecida acaba por estabelecer, mesmo que implicitamente, uma concorrência com a organização escolar, avalio que aqui se observa um fator preocupante. Penso que, dessa forma, abre-se uma margem para uma desvalorização do magistério, além de não promover um processo profissional mais denso. Aceitar que o adolescente ou jovem complete uma formação mínima, que no caso é o Ensino Fundamental, é negar a esses sujeitos a opção de ficar com uma formação que ele possa escolher.

Ao procurar, através desse estudo, por resposta (s) para a questão *do espaço destinado à dimensão educacional no projeto Faixa Azul* enquanto um projeto para a juventude, pensei em um aporte que desse conta de fundamentar tal investigação, focalizando o adolescente e jovem em sua interconexão com os conceitos centrais relacionados ao trabalho, à sociedade civil e ao Estado, trazendo, ao final do capítulo seguinte, uma discussão sobre o estado brasileiro, educação e políticas para a juventude.

⁵ E. M. Interministerial de número 00024 de 31 de janeiro de 2005. Da criação do Conselho Nacional da Juventude e da Secretaria Nacional da Juventude, ambas vinculadas à Presidência da República contando com a participação de membros de vários ministérios.

2.2 Objetivos da pesquisa

Tendo o pressuposto de que é destinado um espaço para a educação nas políticas para os adolescentes e jovens, a presente pesquisa visa dimensionar esse espaço educacional dentro do projeto Faixa Azul.

Os sujeitos da pesquisa são os jovens e adolescentes que participam do Faixa Azul. Eles foram divididos em dois grupos: um composto por adolescentes, menores de dezoito anos que já trabalharam no Faixa Azul, e outro composto por jovens, maiores de dezoito anos que estavam trabalhando no Faixa Azul com registro em carteira profissional durante o desenvolvimento do estudo.

Os objetivos do estudo foram assim pensados:

Identificar alguns elementos da estruturação das políticas para adolescentes e jovens no Brasil;

Refletir sobre a dimensão destinada à educação nas políticas para a adolescência e juventude;

Delimitar o perfil das populações que trabalharam e trabalham no Faixa Azul: adolescentes e jovens;

Descrever e analisar – de forma mais detalhada – uma política social específica: o Faixa Azul / Barbacena M.G;

Identificar e estabelecer relações entre os tipos de políticas para a juventude que vigoram no Brasil, tecendo uma ligação com uma política local – o Faixa Azul;

Descobrir como se deu o processo de reestruturação da fase atual do projeto Faixa Azul;

Descobrir o que ocorreu dentro e fora do projeto que ocasionou mudanças internas?

Assim, o foco de estudo da pesquisa é o Faixa Azul tendo como meta de investigação conhecer a dimensão destinada à educação nesse projeto.

A pesquisa desenvolvida será apresentada na forma de capítulos. No capítulo 2, a partir das reflexões de Marx (1818 - 1883) e Gramsci (1891- 1937), foi possível identificar conceitos imprescindíveis para a análise da realidade descoberta e para o

alcance dos objetivos estipulados. No último item desse capítulo, especificamente serão focalizados o Estado brasileiro, educação e políticas para a juventude.

O capítulo 3 pretende delimitar a estrutura teórica e conceitual, possibilitando estabelecer elos entre teoria e prática, destacando reflexões sobre “Adolescências e juventudes e / ou educação e políticas sociais: estabelecendo relações (im) possíveis”.

Dando seqüência ao texto, o capítulo 4 foi destinado aos procedimentos e recursos metodológicos empregados para esclarecer a questão de estudo e alcançar os objetivos de maneira precisa. Neste capítulo também serão apresentados os instrumentos de coleta de dados utilizados no estudo.

O capítulo 5 é composto pela análise dos dados coletados com base na perspectiva do materialismo histórico que prima pela análise dos fatos tendo em vista a totalidade dos acontecimentos. Os dados para a análise foram recolhidos por meio de dois tipos de questionários aplicados a dois grupos de sujeitos: um composto por adolescentes e outro composto por jovens.

Finalmente, o último capítulo foi destinado às considerações finais em face de todo o caminho percorrido desde a entrada no mestrado até o “término” da pesquisa. Compreende-se que, a conclusão de pesquisa pode ser tanto a finalização de uma etapa como pode ser também a porta de entrada para outros tantos questionamentos.

CAPÍTULO 2

Conceitos que orientam o estudo

Aqui alguns conceitos de Marx e Gramsci foram retomados à luz dos objetivos do estudo para que fosse possível estabelecer uma ponte entre a realidade do adolescente e do jovem barbacense que estão inseridos dentro de uma sociedade e, por sua vez, dentro de um Estado que fazem parte de um contexto maior onde os atores envolvidos sofrem e exercem suas influências.

2.1 O adolescente e o jovem na sociedade brasileira

A adolescência e a juventude demandam por medidas e políticas específicas que visem ao entendimento do adolescente e do jovem enquanto sujeitos de direitos. Ambos, enquanto categoria social inserida em um panorama histórico, como agentes modificáveis e modificantes. Os fatores relacionados ao mundo dito “juvenil” incorporam características particulares que não estão presentes em outras instâncias sociais como: escolaridade, desemprego, lazer e cultura. A pluralidade de realidades e vivências inerentes aos adolescentes e jovens brasileiros sustentam a preocupação demonstrada por alguns estudos, o que permite visualizar muitas juventudes co-existindo ao mesmo tempo (ABRAMO, 1994, 2003, 2005).

Abad (2003) utiliza dois termos para caracterizar as particularidades pertinentes ao período da juventude, o de *condição juvenil* e *situação juvenil*. A *condição juvenil* está atrelada ao sentido que cada sociedade atribui à existência de jovens e a *situação juvenil* revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes como gênero, classe, etnia entre outros. Os jovens inseridos dentro de um mesmo território vivenciam situações diversas durante essa etapa da vida com relação às inúmeras condições que lhes são proporcionadas.

Diferenças regionais, de gênero, raça, relativas ao nível de escolaridade e de classe social de pertencimento permitem definir distintas “situações juvenis” que se manifestam por meio de também diferentes “condições juvenis” (ABRAMO, 1994, 2003). Ao falar da adolescência e da juventude enquanto etapas “naturais” de vida não se está afirmando que a vivência dessas etapas estará seguindo uma mesma rota de experiências e / ou oportunidades. As condições sociais oferecidas para cada indivíduo irão influir sobre o / os modos de vivência da situação juvenil de cada um.

Uma outra característica inerente à juventude diz respeito a uma pluralidade de sentidos e realidades que esse tema abarca. Existem várias infâncias, adolescências e juventudes no Brasil. Distinções regionais, culturais e econômicas acabam por funcionar como elementos justificantes para o planejamento de políticas que buscam atender realidades que são, muitas vezes, realidades pontuais (ABRAMO, 1994, 2003, 2005); (SPÓSITO, 1997, 2003a, 2003b). Tais políticas podem estar voltadas ora para um maior acesso do contingente jovem egressos de escolas públicas ao Ensino Superior (como o Prouni⁶) ou voltadas para o esporte (como o Programa Esporte na Escola⁷). Co-existem juventudes no país, possivelmente explicáveis também devido à dimensão territorial, o que permite vários recortes. Existe a possibilidade de inúmeros recortes dentro do tema juventude, como os jovens afros-descendentes, as jovens-mães, os jovens evadidos da escola, os jovens fora do mundo do trabalho, dentre outros. Sendo assim, “(. . .) precisamos falar de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição” (ABRAMO, 2005, p. 44).

A sociedade brasileira, talvez não tão diferente da de outros países, acaba fomentando a evasão escolar, o não acesso a um Ensino Superior de qualidade, etc. Em particular, a idéia de evasão implicitamente sugere que o sujeito-escolar foi embora da escola; quando, na verdade, a escola no capitalismo expulsa quem a ela não se

⁶ Programa Universidade para Todos do Ministério da Educação criado pelo governo Lula em 2004. O seu objetivo é fornecer bolsas de estudo nas instituições cadastradas de Ensino Superior privadas do país na forma de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica. Para participar do programa os estudantes precisam ser brasileiros e não podem possuir diploma de nível superior. As bolsas concedidas podem ser integrais ou parciais, tendo como exigências principais: a participação do estudante no Exame Nacional do Ensino Médio e possuir renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos.

⁷ Programa Esporte na Escola fez parte do Programa Plurianual de Investimentos de 2001 baseado na constatação, por meio de pesquisa realizada pela Unesco, de que em 14 capitais brasileiras haviam escolas que não dispunham de uma quadra de esporte

adapta. São atores desse filme, a classe que vive da exploração da sua força de trabalho.

A sociedade capitalista é produto e produtora do trabalho infanto-juvenil e de situações de desigualdade social porque é uma necessidade para o capital produzir uma “massa sobrança”. Assim, o que resta muitas vezes é o sonho de uma vida melhor na fase adulta, esperança que fica marcada como sendo condicionada pela necessidade de uma educação escolar bem como de uma formação profissional.

Tendo em vista essas considerações, observei que a mesma lógica pode ser aplicada aos participantes do Faixa Azul. A identificação desses sujeitos pode também ser múltipla e diversa a partir de recortes específicos. O primeiro recorte diz respeito ao gênero, visto que o número de meninas é significativamente menor ao de meninos. Dentro de um outro recorte, podem ser observadas as situações juvenis vividas por cada um desses adolescentes e jovens de acordo com as acepções de Abramo (idem). Na ida a campo percebi que as condições juvenis são similares, porém as situações de vivência e experiência dessas adolescências e juventudes apresentam-se ora com semelhanças, ora com diferenças marcantes entre membros de um mesmo grupo de entrevistados.

Aquilo que estou chamando de semelhança na vivência dessas condições juvenis diz respeito ao contexto dentro do qual o Faixa Azul e, por conseguinte, as demais políticas para adolescentes e jovens são arquitetadas. Para desvendar esse contexto, é necessário vislumbrar o panorama geral dentro do qual tais políticas foram engendradas; bem como para qual público foram pensadas e com quais objetivos. Esse processo suscitou a necessidade de apreensão do conceito de Estado, de sociedade civil e de educação.

2.2 Por que Marx e Gramsci para o estudo?

A partir da necessidade sentida frente ao Faixa Azul, de compreender sua realidade e para tanto, compreender o contexto no qual está inserido, pude apoiar-me em alguns conceitos da abordagem marxista e gramsciniana. Compreendi a necessidade de aporte teórico que fornecesse mecanismos que pudessem me ajudar

no esclarecimento da questão pretendida, tendo em vista não só a realidade do Faixa Azul em Barbacena, como também a visão de que essa realidade faz parte de um contexto maior.

Da teoria marxista serão utilizados os conceitos de *Estado, forças produtivas, infraestrutura e superestrutura*. Tais conceitos auxiliaram-me no entendimento dessa sociedade que produz, conscientemente ou não, a participação de crianças⁸, adolescentes e jovens no mundo do trabalho de forma desprotegida. A partir dos estudos marxistas que buscam entender os modos de produção e as relações sociais presentes na sociedade, procurei entender também o que vem a ser e qual seria o papel do Estado nessa relação e no estudo da realidade dos adolescentes e jovens que trabalham no Faixa Azul. A incorporação dos estudos de Marx contribui com o objetivo de se construir uma análise relacional entre as categorias e os instrumentos; na tentativa de compreender a história do Brasil que fomentou (e ainda fomenta) prevalência de diferenças negativas na vida de adolescentes e jovens brasileiros.

Uma outra ferramenta conceitual adotada vem da abordagem gramsciniana, sendo que, busquei estabelecer um elo com a teoria citada anteriormente. Foram utilizados, no presente estudo, os conceitos de Estado, classes subalternas, subordinação intelectual, intelectuais orgânicos e hegemonia devido às contribuições permitidas por esses conceitos em relação ao foco de estudo desse trabalho. Com isso, Gramsci possibilita ao leitor não a reflexão sobre conceitos de forma isolada, mas a possibilidade da reflexão sobre a realidade de maneira ampliada.

Sendo assim, buscando seguir a linha da teoria marxista apresentarei, logo a seguir, alguns conceitos de Marx.

2.3 Conceitos que orientam o estudo

Um dos conceitos-chave desenvolvidos por Marx foi o de *modos de produção*. Os *modos de produção* podem ser entendidos como sendo a maneira pela qual uma sociedade organiza, preferencialmente dentro de um determinado período histórico, a sua produção de bens. Em sua análise, Marx descreve cada período histórico de

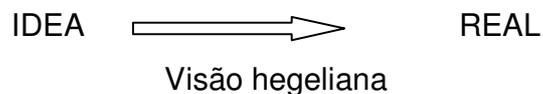
⁸ Apesar do foco de trabalho não envolver diretamente as crianças, falar desse grupo permite conhecer como um fato nunca é algo isolado quando se estudam as relações sociais e institucionais.

acordo com o modo de produção, como: o servil, escravo, o assalariado. Assim, ele pôde mostrar como os diferentes modos de produção condicionaram o desenvolvimento de novas classes, essas, sempre antagônicas, o que por sua vez estão diretamente ligados à história de luta de classes.

Antes de Marx predominava uma visão essencialista do mundo, onde a natureza, os seres eram tidos como sendo imutáveis. Essa visão contemplava a ideia de um mundo habitado por substâncias também imutáveis. Hegel (1770 - 1831) propôs uma *dialética*⁹ cujo escopo central era a contradição e o conflito como sendo a própria essência da concretude que somente poderia ser suplantada mediante um processo inacabado de negação, conservação e síntese.

Transpondo essa visão para os fenômenos históricos da vida em sociedade, tal pensamento não é suficiente para pensar ou aceitar a existência de uma situação antagônica de exploração entre classes tal como propunha a escola hegeliana. "Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material" (Marx e Engels, 2006, p.44). Para Marx, o que os indivíduos são depende das condições materiais de produção a que estão vinculados, visto que os meios de vida produzidos pelos homens dependem da natureza dos meios de vida por eles já encontrados; para a reprodução ou não desses meios.

Marx rompe com essa concepção, inserindo a dialética como parte das contradições existentes, sendo uma possibilidade de modificação da realidade vigente. Para ele as contradições seriam resolvidas dialeticamente, ou seja, ocorreriam mudanças em todos os lados como é possível observar no esquema:



⁹ Arte do diálogo ou o processo que busca a solução das contradições. Para Marx a dialética era um método de articulação entre categorias, partindo do menos concreto ao mais complexo (COUTINHO, 2008).

No *materialismo histórico*, o ponto de partida caminha na direção da realidade para a ideia, porque das realidades concretas é que podem surgir as ideias de modificação ou melhoria dessa mesma realidade. Marx complementa ainda esse pensamento com o de que é fundamental estudar as mudanças históricas através de mudanças concretas, analisando a história sob a perspectiva das transformações das forças produtivas. As mudanças acontecem dialeticamente, assim, dentro da ótica do materialismo histórico e dialético, todo o fenômeno social é efêmero (QUINTANEIRO, 1999, p.67). De acordo com essa perspectiva, é preciso buscar uma mudança completa em toda a estrutura social.

Os *modos de produção* podem ser qualificados de acordo com cada época e lugar. São a maneira pela qual uma dada sociedade organiza, em determinado período histórico, a produção de seus bens. Esses bens, por sua vez, na atualidade são mais diversos do que aqueles estudados por Marx. No campo teórico-metodológico do materialismo histórico, em particular nas análises de Marx sobre o *modo de produção*, vê-se que há um modo predominante em cada formação social (espaço / tempo) mas outras formas ocorrem simultaneamente. O Brasil é exemplar neste sentido: temos o avanço da maquinaria da terceira revolução industrial e temos a flexibilização / terceirização que traz de volta o trabalho sem regulação social; bem como o avanço tecnológico do agronegócio e o trabalho escravo no campo.

O desafio atual nesse estudo é a busca pela análise da realidade dos adolescentes e jovens estudados envolvendo, sobretudo, fenômenos sociais e concretos dentro de uma relação estabelecida entre todos sujeitos envolvidos no processo.

Para Marx, a análise da vida social deve ser feita através de uma perspectiva que, além de procurar estabelecer as leis de mudança que regem os fenômenos, parta do estudo dos fatos concretos, a fim de expor o movimento do real em seu conjunto (QUINTANEIRO, idem, p.67).

Em Marx, as forças produtivas, o trabalhador, e as relações sociais de produção, que são aquelas estabelecidas entre o trabalhador, a máquina e o dono do capital, configuram-se na *infraestrutura* de uma sociedade. Essa, por sua vez, seria a base sobre a qual se assentam as instituições sociais.

Estabelecendo uma comparação bem simples, a sociedade seria como um prédio e o alicerce seriam as relações de produção. Na sua vida social, o homem, através de suas relações, acaba por gerar outros “produtos” que não possuem uma forma material, tais como a ideologia, os sistemas legais de ensino, de comunicação, os conhecimentos filosófico e científico, os sistemas religiosos e outros. A esse conjunto de “produtos” Marx denominou de *superestrutura ou supra-estrutura*. A superestrutura contribuiria para a manutenção da infra-estrutura. Ainda, a superestrutura seria condicionada pela maneira como os homens estariam organizados no processo produtivo. Cada sociedade seria determinada pelas relações de produção e as classes sociais se formariam na *infraestrutura*. Essa, por sua vez, determina a superestrutura.

Assim, as relações de produção dominantes impõem suas leis de funcionamento sobre as demais e determinam o caráter geral da superestrutura. A estrutura econômica e a dominância de uma das formas de relações de produção explicam a complexidade das estruturas políticas da sociedade (FONSECA, 2006, p.29).

Marx tem uma *visão da totalidade*, do conjunto, porque busca compreender a relação entre tudo: a cultura, a religião, o econômico. A *infraestrutura* se relaciona com o econômico, enquanto a *superestrutura* recebe as consequências dessa relação, visto que, a base econômica molda todo o resto. Qualquer mudança na *superestrutura* seria para atender aos interesses daqueles que detêm o poder econômico, porque ela seria condicionada pelo modo como os homens estariam organizados no processo produtivo.

(...) A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos pode formular-se resumidamente assim: na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (...) (MARX apud QUINTANEIRO, 1999, p.75).

Os pensamentos de Marx adotados nesse trabalho tem também o intuito de contribuir para o entendimento da sociedade de Barbacena, lócus da pesquisa, entendendo-a como parte inserida em um panorama mais amplo.

As leis que regem o mundo do trabalho, as relações estabelecidas dentro do mundo do trabalho, as exigências desse mercado, o fator produção e o fator

qualificação fazem com que se pense no Faixa Azul sob um ângulo mais profundo. A discussão que se buscou aqui empreender carece da adoção de uma visão também de totalidade entre *infra* e *superestrutura*. Dentro da sociedade a ser conhecida, é possível encontrar aspectos pertinentes a essas duas estruturas: os adolescentes e jovens (como trabalhadores), o coordenador e o supervisor do Faixa Azul e as condições de trabalho estão configuradas em uma *infraestrutura* específica. No fulcro dos elementos dessa estrutura concentram-se as relações sociais estabelecidas entre adolescentes e jovens com os motoristas da cidade de Barbacena, as políticas educacionais e as políticas para a adolescência e juventude.

As situações de vivência da adolescência e juventude são influenciadas pela maneira como cada grupo de adolescentes e jovens vivencia essa etapa de acordo com a sua posição dentro da superestrutura. A condição juvenil está marcada pelas facilidades e ou dificuldades que cada adolescente e jovem indivíduo tem para exercerem a sua condição juvenil. Certamente um jovem pertencente a uma classe econômica mais elevada dificilmente precisaria estar conciliando trabalho e estudo, tal como os meninos e meninas do Faixa Azul.

A educação em tempo integral, a escola ou um curso de graduação são, por si só uma diferença, que é reflexo das relações estabelecidas no interior da infraestrutura. Seria uma forma de perpetuação do status quo em termos de preparação dos filhos da classe operária e da classe dos detentores do capital para a inserção na vida adulta.

A lógica que produz a existência do trabalho infanto-juvenil atende à configuração do sistema capitalista, essa é uma produção intrínseca ao capital. Apesar de existir um consenso mínimo em torno da questão e dos esforços para extinguir o trabalho infantil, encontra-se, na contramão, o sistema de exploração de trabalho de uma força de trabalho que, na verdade, é barata para o “empregador”.

Nesses casos em específico, quem utiliza a força de trabalho infantil é visto sempre como um explorador e um agente ilegal; apesar de existirem condições no Brasil que são propícias para a vigência dessa exploração. Já no caso da utilização do trabalho de adolescentes e jovens, o trabalho aparece como caminho para o auxílio das

famílias, com um princípio educativo, como um veículo para retirar o jovem da ociosidade, da rua etc.

O materialismo histórico busca analisar a organização da produção dos bens para interpretar as mudanças na história a partir das mudanças ocorridas na base econômica no processo de produção. As desigualdades produzidas pelo sistema capitalista ao longo dos tempos são frutos do acúmulo, do excesso de produção (mais-valia) produzido pela classe trabalhadora cujo destinatário dos lucros é somente o detentor do capital.

O modo como a sociedade organiza a força de produção define o surgimento das classes sociais. Se no momento da partilha dos lucros houvesse uma distribuição dos bens de consumo, as classes sociais seriam igualitárias. Entretanto, antes mesmo do início do processo de produção já existem classes diferentes. Assim, é possível pensar que a sociedade capitalista se reproduz já no momento da produção. Nesse processo de manutenção e reprodução de uma situação de excesso de produção e não repartição igualitária dos lucros, algumas instituições sociais acabam por contribuir com a perpetuação desse processo.

As instituições ideológicas e a escola enquanto uma instituição social, por vezes repressiva, agem de acordo com o projeto social do capital, perpetuando as condições de desigualdade. Dentro do interesse desse trabalho, importa pensar de que maneira a escola, por meio do seu “saber” fornecido, em tese para todos, contribui para a manutenção dessa situação?

2.4 Outros conceitos a orientar o estudo

Agregando valor e buscando uma maior fundamentação para o entendimento do objeto de pesquisa *sobre a dimensão educacional no projeto Faixa Azul* abordarei algumas concepções de Gramsci que poderão contribuir na elucidação da realidade pesquisada.

Existem alguns conceitos teóricos de Gramsci que serão aqui abordados, são eles: o conceito de *classes subalternas*, de *subordinação intelectual*, de *intelectuais*

orgânicos e também o *conceito de hegemonia*. O primeiro conceito a ser apresentado será o de classes subalternas .

As *classes subalternas* representadas e valorizadas por Gramsci têm por objetivo a transformação da sociedade pela via da tomada do poder político. Pensando nessa transformação, Gramsci (1978,1988) desenvolveu uma série de conceitos para entender superestrutura, o Estado e a ideologia. Os conceitos de subordinação intelectual, senso comum, intelectual orgânico, e hegemonia mostraram-se necessários para a compreensão do universo cotidiano de pessoas pertencentes ao grupo social dominado.

A *sociedade política* que detém o poder e a outra parcela da sociedade civil (aquela detentora do capital) utilizam-se da coerção e da ideologia como mecanismos de dominação sobre um outro conjunto da sociedade que se encontra desprovido de condições para transformar a sua condição de sujeitos dominados. A parcela da *sociedade civil* que se encontra dominada politicamente e / ou economicamente é chamada de classe dominada ou subalterna. Essa “dominação” de um grupo sobre o outro permitiria a manutenção da ideologia dominante em detrimento de qualquer outra que intente surgir; o que não significa que seja uma condição permanente e imutável.

Para elucidar um pouco essa relação factual vale conhecer as especificidades que a teoria gramscianiana estabelece entre *sociedade civil*, *sociedade política*. A sociedade civil pode-se dizer é constituída por órgãos que possibilitam o direcionamento intelectual e moral da sociedade. Já a sociedade política diz respeito a um grupo de órgãos da superestrutura que desempenham um papel de coerção e de dominação (CALDERANO, 1988).

Tanto a sociedade civil quanto a sociedade política servem para ‘conservar ou promover’ uma determinada base econômica de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Apesar disso, há uma diferença básica na função que exercem e na estrutura que possuem. Primeiramente, distinguem-se pelo modo de encaminhar tal promoção ou conservação. Por meio da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, buscam aliados através da direção política e do consenso enquanto que, através da sociedade política, a classe dominante exerce uma ditadura, uma dominação, tendo presente a coerção. (Calderano, 1988, p. 65).

Entre *sociedade civil* e *sociedade política* existiria uma relação dialética de identidade-distinção, porque seria no âmbito da sociedade civil que ocorreriam a elaboração e difusão de ideologias, enquanto que, na sociedade política estariam os

aparelhos que concentram o monopólio legal da violência visando sempre a dominação (SEMERARO, 1999).

Existiria, então, um vínculo essencial de funcionamento do sistema entre ambas, visto que, uma não existe sem a outra. Para a existência de um grupo dominante é preciso existir um grupo para ser dominado. Seria como uma simbiose entre os grupos, ainda que não consciente e permitida por alguma das partes. Para esclarecer esses conceitos a concepção de Estado necessita ser evocada.

Uma *subordinação intelectual* na perspectiva gramsciana diz respeito à existência de uma dominação de classe na sociedade capitalista, ocorrendo, primeiramente, por meio da dominação econômica do capital sobre o trabalho, e, depois, pela ideologia, utilizando-se da produção de um “consenso social”, feita de tal forma que a classe dominada aceite a direção que a classe dominante lhe impõe. Essa possibilidade de dominação explica-se basicamente por dois fatores: a interiorização, pelas classes subalternas, da ideologia dominante e a ausência de uma visão de mundo coerente e homogênea que lhes permita o exercício da autonomia. Para Gramsci é uma dinâmica de educação de ordem intelectual e moral porque envolve razão e emoção.

As visões de mundo podem ser ideologias (um exemplo clássico: o liberalismo burguês no século XIX) ou utopias (o qualismo de Thomas Münzer). Elas podem combinar elementos ideológicos e utópicos: por exemplo, a filosofia do Iluminismo. (...). Enfim, a mesma visão de mundo pode ter um caráter utópico num dado momento histórico, para tornar-se, em seguida, numa etapa ulterior, uma ideologia (...). (LOWY, 2000, p.13).

A *dominação ideológica* seria uma dominação intelectual que as classes dominantes acabariam exercendo em todo o bloco social que está unificado por uma ideologia dominante. A base condensadora dessa dominação ideológica seria, sempre, o *senso comum*.

Gramsci vê, no interior do *senso comum*, um núcleo de “bom senso”, pautado na experiência e observações da realidade, que, no entanto, estaria envolvido pela ideologia da classe dominante e por elementos igualmente ideológicos provenientes do passado.

Ainda de acordo com Gramsci (1978,1988), a subordinação intelectual é a concepção de mundo mais difundida entre as classes subalternas, podendo ocorrer de forma ocasional e desagregada ou coerente e homogênea. A religiosidade popular e as

crendices, por exemplo, seriam ocasionais e desagregadas por representar um conformismo imposto pelo ambiente exterior (ideologia dominante) e por outros grupos sociais. Pela ação da ideologia dominante, os pressupostos constituintes das crenças religiosas, contribuem para a manutenção de um estado de conformismo nas classes subalternas.

A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, a humanidade e suas relações aparecem de ponta-cabeça, como ocorre em uma câmara escura, tal fenômeno resulta de seu processo histórico de vida, da mesma maneira pela qual a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (Marx e Engels, 2006, p.51).

Tal conformismo compõe-se a partir de um apanhado de ideias baseadas no passado, correspondentes a fases anteriores da História, que permanecem como uma herança cultural desagregada e banalizada. A visão de mundo coerente e homogêneo passa pela crítica desse ser consciente à visão que se tem, partindo da consciência daquilo que se é para chegar ao pensamento mais desenvolvido, o que, para o Gramsci, seria elemento da filosofia marxista. Assim como no processo de recepção e decifração de imagem, para se chegar a um pensamento mais elaborado é necessário aos homens completar o processo de decodificação e ampliação de suas relações e forças produtivas.

O conceito de *intelectual orgânico* diz respeito às pessoas que difundem a concepção de mundo revolucionário entre as classes subalternas; seriam aqueles que se inserem na vida prática do grupo dos dominados e trabalham sobre o bom senso, procurando elevar a consciência dispersa e fragmentária das pessoas desse grupo ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogênea. Os *intelectuais orgânicos* atuariam basicamente de duas formas: repetindo continuamente os próprios argumentos e trabalhando incessantemente para a elevação intelectual de camadas populares cada vez mais vastas.

Aqueles chamados por Gramsci de *intelectuais orgânicos* apresentam um papel ímpar dentro dessas conceituações. Esses estariam vinculados aos principais veículos de difusão da ideologia, a exemplo da escola, da mídia, das religiões por serem agentes especializados da *superestrutura* e representarem sempre uma classe e os interesses dessa classe.

A esse grupo, Gramsci (1978) faz, ainda, algumas considerações importantes no que tange à autonomia e independência dos intelectuais orgânicos enquanto um grupo social. Focalizando as características do processo de formação dos intelectuais, no decorrer da história, Gramsci aponta duas formas para o surgimento e a constituição desse grupo. A primeira é a seguinte:

1) Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo, da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. , etc (GRAMSCI, 1978, p.3 - 4).

Essas camadas de intelectuais que surgem não são, por si só, de origem independente e desvinculadas de um contexto sócio-histórico. Os intelectuais estariam a serviço da superestrutura, distanciando-se da classe para que, em um outro momento, possam vincular-se a ela de maneira mais orgânica; tornando-se mais empenhados no fortalecimento de uma determinada classe (Calderano,1988).

A segunda forma para o surgimento dos intelectuais orgânicos e a constituição desse grupo apontada pelo teórico permite o entendimento de uma relação de continuidade histórica entre certas categorias sociais:

2) Cada grupo social “essencial”, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, idem, p. 5).

O pensamento de uma *continuidade histórica* permite inferir que essas categorias intelectuais existentes dentro de cada grupo social, mediadas pela estrutura econômica vigente, causou e causa o domínio de um grupo social por outro. Por isso, um outro conceito a ser apresentado é o de *hegemonia*. Trata-se de um conjunto de funções relativas ao domínio e à direção, num período histórico determinado, exercido por uma classe social dominante sobre a outra classe social. Nesse sentido, quando um grupo subalterno se aproxima da concepção de mundo coerente e homogênea, ele propõe para outros grupos subalternos uma nova *hegemonia*, oposta sempre à da burguesia, seria uma cultura *contra-hegemônica* (GRAMSCI, 1978,1988).

2.5 O Estado em Marx e Gramsci

Quando se focaliza o conceito de *Estado* encontram-se algumas palavras e termos associados a ele tais como: poder, território, nação, soberania, povo e regime político. Por vezes, depara-se com uma certa confusão que é feita no sentido de considerar esses termos como sendo sinônimos para designar o que seria o Estado. Outras vezes, o conceito de Estado confunde-se com a sua finalidade, embora haja discordância no que tange à sua origem no meio acadêmico (GONÇALVES, 2006).

O Estado para Marx pode ser definido como uma instituição de caráter jurídico-político com a função de assegurar a dominação e a exploração de uma classe sobre outra:

Já que o Estado, pois, é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de um período, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. (MARX e ENGELS, 2006, p. 98).

Coutinho (2008) expõe que Marx e Engels (1820 - 1895) apresentaram uma visão “restrita” de Estado devido ao período histórico em que se encontravam. Para eles, o Estado surgia na divisão da sociedade classista, existindo somente quando e enquanto existisse tal divisão. O autor anuncia ainda que o Estado para Marx e Engels apareceria como lócus das classes dominantes e como dispositivo de poder exercido de uma classe sobre a outra e que para Lênin (1870 – 1924) o Estado tinha ainda um sentido mais restritivo: quando apresentou o exército e a polícia como instrumentos essenciais do poder do Estado.

[...] Esses últimos, como vimos, insistem na natureza de classe do fenômeno estatal: por um lado, o Estado teria sua *gênese* na divisão da sociedade em classes, existindo somente quando e enquanto existir essa divisão; por outro, a sua *função* seria precisamente a de conservar essa divisão, assegurando que os interesses particulares de uma classe possam se impor como interesse universal da sociedade (COUTINHO, idem, p.51).

Ampliando a visão hegeliana, para Marx a divisão da sociedade em classes é assegurada e reproduzida pelo Estado de forma a cumprir a sua função principal que seria a de garantir o direito à propriedade privada.

O Estado, assim, é um *Estado de classe*: não é a encarnação da Razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses *comuns* de uma classe *particular* (COUTINHO, *ibidem*, p.19).

No que tange a esse pensamento marxista é oportuno pensar ainda que ao Estado cabe o papel de garantir a propriedade privada, o que permite a manutenção de uma sociedade de classes, tornando-se, portanto, um *Estado de classes*.

A sociedade civil abrange toda troca material dos indivíduos dentro de uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange todo o comércio e indústria de uma determinada fase e, por isso, é mais ampla que o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, é necessário, frente ao exterior, afirmar-se como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado (MARX e ENGELS, 2006, p. 63-64).

Gramsci desenvolveu o pensamento marxista a partir do momento em que aventou a ideia de que seria possível uma extinção gradativa dos elementos Estado-força e dos elementos de coerção visando a uma autonomia do ser humano em detrimento de uma separação entre economia e política (SEMERARO, 1999). Assim, se pode dizer que Gramsci supera a polêmica do Estado por meio de uma definição para além da concepção política-força.

Na concepção gramsciana, o Estado adquiriu uma significação para além de sua organização político-jurídica, ou seja, foi considerado como sociedade política e *sociedade civil*, isto é, hegemonia revestida de coerção. O Estado desempenharia uma dupla função nas relações entre as classes sociais: por um lado, permite, pela via coercitiva, a dominação que uma classe exerce sobre as classes subalternas; por outro, acaba por legitimar esta dominação pela via hegemônica, isto é, pela consecução da direção ideológica da sociedade.

Para Gramsci, o controle da *sociedade política* por uma classe, ou seja, o controle do aparelho de Estado, não significa que essa classe detenha o controle da sociedade civil. Por conta disso, não pode ser considerada hegemônica, em termos de direção ideológica e controle da sociedade civil.

Sociedade civil e sociedade política. Separação da sociedade civil em relação à sociedade política: pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se, etc (GRAMSCI, 2007, p. 262-263).

A visão de *Estado "ampliado"* proposta por Gramsci diz respeito a uma visão de conjunto que pode ser representada como dominação e direção (de caráter intelectual e moral) ou sociedade civil e sociedade política. De acordo com Semeraro (1999) para Gramsci não havia a economia separada das relações sociais ou em oposição ao Estado.

O Estado foi também definido por Bobbio (2004) que menciona três tipos de poder: o *poder econômico*, o *ideológico* e *poder político*¹⁰. O poder econômico seria aquele referente aos detentores dos bens, das riquezas e que, por meio dessa, determinam que aquele que não os possui (os bens, as riquezas) vendam a sua força de trabalho por quanto e nas condições que convier ao primeiro. O poder ideológico diz respeito a certos saberes e conhecimentos, detidos por alguns, que podem influenciar o comportamento dos demais membros de um grupo. Já o poder político foi definido como sendo o poder coativo, o poder dos detentores da força. O denominador comum entre essas três forças seria a possibilidade que, em conjunto elas possuem de fomentar situações de desigualdade; estabelecendo a existência de pobres e ricos, de sábios e ignorantes e, por consequência, dos fracos e fortes.

Uma outra definição de Estado pode nos ajudar na compreensão do conceito em um sentido mais próximo das nossas necessidades e aspirações do dia-a-dia frente aos nossos direitos, deveres e formas de participação na sociedade. Assim, fica claro que a ideia do bem comum é válida se a ela agregarmos a consciência do nosso papel enquanto cidadãos.

O Estado é, pois, uma sociedade que se constitui essencialmente de indivíduos unidos e organizados permanentemente, para realizar um objetivo comum. E se denomina sociedade política, porque, sua organização é determinada por normas de Direito positivo, obedece a uma hierarquia que pode ser traduzida sob a forma de governantes e governados e possui ainda, uma finalidade própria, o bem público ou o bem comum (GONÇALVES, 2006, p.16).

A explicitação desses conceitos abordados apontam para a reflexão acerca da nossa sociedade e sob alguns aspectos permite indagar sobre que tipo de sociedade é essa que incita o trabalho infante-juvenil ao mesmo tempo em que procura atender às demandas de um grupo social em particular.

¹⁰ Podem ser ainda entendidos como sendo o poder da riqueza, do saber e o poder da força.

Uma outra reflexão diz respeito ao papel desse Estado que, sob certo aspecto, deixou de ser o único executor de políticas sociais passando a dividir terreno com a sociedade civil organizada, abrindo caminho para a sua atuação. Tamanha abertura de espaço atingiu uma proporção significativa na área social com projetos voltados para lidar com a infância e a juventude (MOLIN, 2007; STORT, 2007).

Poulantzas (1977) abordou a questão do Estado sob o viés da *dominação política* e de uma *ditadura de classes* - o primeiro fator implica na não ocorrência de luta de classes (função técnica) e o segundo fator implica em um Estado de classes (um super estado dentro do outro). Um papel fundamental atribuído ao Estado é o de organizador e o de mantenedor do equilíbrio entre as classes. Tem-se, nesse caso, a concepção de Poulantzas sobre um Estado onde as relações econômicas e políticas são elementos fundamentais, porque a função organizadora das classes dominantes vincula-se proporcionalmente ao seu papel perante dominados.

O Estado está em relação com uma “sociedade dividida em classes”, e com a dominação política de classes, na medida precisamente em que ocupa tal lugar – e desempenha tal papel – em um conjunto de estruturas que têm como efeito, na sua unidade, a divisão de uma formação em classes e a dominação política de classe. Rigorosamente falando, não existe uma função técnico-econômica, uma função ideológica e uma função “política” do Estado: existe antes uma função global de coesão, que lhe é atribuída pelo seu lugar, e modalidades desta função sobredeterminadas pela modalidade especificamente política (POULANTZAS, 1977, p. 48-49).

Se Poulantzas via o Estado como uma “ruptura entre hegemonia e dominação”, Gramsci fala a respeito do que seria um Estado ampliado, que seria a co-existência de dois campos: a *sociedade civil* e a *sociedade política*, conforme explicitado anteriormente. Os velhos aparelhos do Estado, os coercitivos e os ideológicos acabam por se transformar em aparelhos de hegemonia na concepção de Gramsci. A sociedade política seria o estado numa acepção de sentido mais limitado. “Tanto a sociedade civil quanto a sociedade política servem para “conservar ou promover” uma determinada base econômica de acordo com os interesses de uma classe social fundamental” (CALDERANO, 1988, p. 65).

Para Bobbio (2004), a história das instituições políticas e a história das doutrinas políticas são fontes ímpares para o estudo do Estado ainda que não se possa extrair da história das doutrinas a própria história das instituições.

A Bobbio deve ser reconhecido o mérito de ter posto em evidência a originalidade e a fecundidade que o conceito de sociedade civil representa no pensamento de Gramsci. O seu ensaio contribuiu para deslocar as atenções da excessiva importância dada à conquista do Estado para a centralidade da sociedade civil na atividade política, o novo caminho para o socialismo (SEMERARO, op cit, p. 183).

Os passos traçados para a constituição de um Estado brasileiro democrático seguiram a mesma direção em que o país caminhava para sua inserção no modelo capitalista. Durante a passagem da chamada república (velha e nova), a “Revolução de 30” e o “Golpe de 64” o povo não teve voz nem vez.

Para superar tal situação foi necessário tentar estabelecer uma outra ordem que primasse pelo bem comum efetivamente. Nesse período nunca houve passividade por parte da sociedade civil, tentativas foram feitas. Porém, manteve-se forte o poder ideológico empenhado em manter o status quo e uma classe de dominados sempre à margem das decisões sociais e a prevalência de um Estado voltado somente para o econômico.

O país entrou no modelo capitalista internacionalizando a sua economia ao mesmo tempo em que urbanizava a sua população. Os contrastes já se faziam presentes desde sempre na extensão territorial que envolvia cenários de prometida prosperidade e outros tantos de miséria assegurada.

No período pós-ditadura militar e de “re-democratização” era fundamental aliar aos planos de reorganização econômica a possibilidade de uma participação efetiva de todos os setores da sociedade civil de forma a sanar os anseios de uma população castrada para o exercício de seus direitos sociais.

Em decorrência, o processo de democratização não conseguiu encontrar base e impulso para se desenvolver de maneira acelerada ou impetuosa. Embora ganhando força e diversificação, a sociedade civil não era capaz de estabelecer maiores vínculos orgânicos com a sociedade política; da mesma forma, avançava a consciência democrática e ampliava-se a participação, mas inexistiam instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais e, especialmente, de dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares (NOGUEIRA, 2004, p. 21).

Tavares (1999) defendeu a tese de que no Brasil, os governantes sempre buscaram inserir o país no cenário “geloconômico” mundial. Segundo a autora, houve uma chegada tardia do capitalismo brasileiro frente à revolução industrial que acontecia em termos mundiais. A implantação das indústrias pesadas, por exemplo, só ocorreu

em meados da década de 1950, sendo consolidada somente por volta de 30 anos depois, durante o período militar.

Comparado aos outros países da América Latina, o Brasil foi aquele que implementou tardiamente as políticas neoliberais preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Entre as múltiplas diferenças que caracterizam o Brasil, destacam-se para além do fator econômico, os aspectos educacionais, regionais e de gênero porque:

A ambigüidade de nossa “sociedade civil” heterogênea tampouco se desfez ao longo destes 100 anos de história capitalista, uma vez que as classes empresariais nunca terminam por constituir-se como burguesia autônoma e as classes subordinadas têm sempre sido designadas pela referência genérica de “povo”, quer seja escravo ou livre, assalariado ou “por conta própria”, incluído ou excluído nos poucos direitos que a “cidadania” foi capaz de garantir-lhe em forma permanente (TAVARES, idem, p. 466).

Dada a centralidade do aspecto educacional nesse “contexto ambíguo” da nossa sociedade, serão destacadas, a seguir, algumas reflexões alusivas ao estado brasileiro, à educação e às políticas para a adolescência e juventude.

2.6 Estado brasileiro, educação e políticas para a juventude.

A educação em termos gerais pode ser entendida também como sendo um mecanismo de poder. Para Gramsci “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (1978, p. 9). Vê-se que ele não faz menção à escola como sendo o único caminho para a elaboração dos intelectuais mais destaca que “(...) quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado” (op cit).

A formação do estado brasileiro não foi diferente da de outros países. Destaca-se a existência de grupos de intelectuais que se articulavam para pensar em uma educação para todos. No Manifesto dos Pioneiros é possível identificar algumas disputas como a ideia das universidades como produtoras da ciência. A Reforma Capanema foi um momento em que o Estado conseguiu centralizar o poder sobre a educação e a Política Nacional Desenvolvimentista pretendeu um desenvolvimento na área econômica, política e educacional no todo.

Aliar crescimento econômico e desenvolvimento com a superação das desigualdades sociais sempre foi um desafio. Questões, como a centralidade política, a despeito de uma descentralização, acabaram por refletir, entre outros fatores, nas diferenças regionais. Por isso o país precisa sempre planejar as suas ações, tanto as de caráter econômico quanto as de caráter social, para que as diferenças de oportunidades existentes entre a população dentro de seu espaço físico sejam minimizadas. “As desigualdades demográficas e territoriais entre estados não são alheias às crescentes disparidades na qualidade de serviços essenciais prestados às populações” (FURTADO, 1999, p. 54).

Por volta da década de 1990 passou a vigorar um “consenso” de que a educação deveria ser prioridade. Durante essa década, o foco esteve centrado na universalização do Ensino Fundamental e os sistemas de avaliação se generalizaram.

A política educacional dos anos 1990 priorizou também a universalização do Ensino Fundamental em consonância com as reformas econômicas adotadas sob a orientação e supervisão de organismos internacionais com a intenção de diminuir a inflação e colocar o Brasil em condições de competir no mercado (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

O Ensino Médio e o Ensino Superior público não acompanharam o *up* de ações destinadas ao Ensino Fundamental nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso e primeira gestão do governo Lula. Por motivos diversos, o número de matrículas no Ensino Médio vem diminuindo e, ainda existem aqueles jovens que não estão inseridos em atividades escolares nem em atividades profissionais.

Entre os que estão inseridos, vários deles precisam de suporte financeiro para se manter na escola. É o que acontece com os adolescentes e jovens do projeto Faixa Azul – todos eles efetivamente pertencem a uma categoria social desfavorecida, ou, na linguagem de Gramsci, pertencem à *classe subalterna*. Nessa perspectiva, os idealizadores e articuladores das políticas para a adolescência e juventude podem ser chamados de *intelectuais orgânicos* – que a depender da classe a que servem podem ser reconhecidos como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora ou, ao contrário, intelectuais orgânicos que defendem a manutenção do “status quo”. Por sua vez, o Estado brasileiro – enquanto condensação de correlação de forças, na perspectiva de

Poulantzas – representa as forças presentes na sociedade com suas contradições e características próprias.

A educação somente por meio da escola não é mais suficiente para garantir ao jovem o sucesso na trajetória escolar. Entretanto, oferece uma possibilidade de mais, um quesito que será avaliado em sua iniciação no mercado de trabalho e melhores opções que a marginalidade. Os lugares ou as ocupações que os jovens estão aceitando apontam para o agravamento da situação de marginalização e de desnivelamento social, que são resultantes de uma inadequação ao mercado de trabalho. Isso significa compreender que o que está em discussão é a importância ou não da trajetória ser linear, em que o poder perpassou as várias séries escolares, pois são reconhecidas como o lugar onde se aprendem as regras do mundo social. A escola teria seu papel legitimado de fazer com que o aluno se reconheça como membro de uma classe na expectativa de se inserir no mundo do trabalho (WIEDERKEHR, 2007, p.134).

Se as políticas para a juventude foram planejadas como sendo um outro espaço para promover adolescentes e jovens fomentando novas perspectivas de vida, cabe indagar qual é sua real finalidade e em que medida essas políticas acabam por competir / concorrer, em termos de repasses financeiros, com a política educacional. Por outro lado, recursos financeiros que poderiam ser repassados para a escola básica para um investimento concreto nas necessidades primeiras do cidadão em formação, muitas vezes são negados pela falta de uma gestão que não consegue articular e definir objetivos plausíveis em longo prazo.

A gestão pública também está pressionada pela sociedade, não só naquilo que tem de prolongamento do passado – não só pelos problemas relacionados à pobreza, às injustiças, às carecias –, mas também naquilo que contém de demandas provenientes das novas estruturas sociais que se estão constituindo nos últimos anos, fruto do aprofundamento do processo de democratização, das mudanças culturais, da reestruturação produtiva, das novas políticas econômicas e financeiras, da diferenciação funcional e social (NOGUEIRA, 2004, p. 134).

Outras demandas são urgentes e uma outra realidade está vigorando. Os adolescentes e jovens que não conseguem, por meio de uma educação escolar, satisfazer as suas necessidades, talvez o consigam através de outros caminhos que não passam necessariamente via educação escolar ou inserção em projetos governamentais (WIEDERKEHR, 2007).

Torna-se então fundamental, não uma disputa entre esses espaços, mas pensar sobre medidas estruturais e conjunturais que dêem conta das demandas sociais,

educacionais, e econômicas de jovens e adolescentes; tendo em vista o antagonismo presente nessa relação.

CAPÍTULO 3

Adolescências e juventudes e / ou educação e políticas sociais: estabelecendo relações (im) possíveis

O mundo atual é complexo e favorável às inovações tecnológicas e mudanças econômico-sociais em todas as instâncias. Sem dúvida alguma os campos da educação e do trabalho sofrem com as conseqüências desse turbilhão de mudanças, acarretando ações dos governos e de grupos sociais organizados visando responder ou acompanhar as novas exigências que se sobrepõem. Todavia, educação e trabalho são estratégicos no que se refere à possibilidade de apontar a direção do caminho, junto a outros fatores ativos nessa teia de relações, influenciando as decisões sobre medidas econômicas, sobre políticas educacionais e políticas sociais. A população adolescente e jovem se encontra inserida nessa teia social, podendo ser apontada como um vetor impulsionador de algumas dessas decisões.

3. 1 Adolescência e juventude: limites de um terreno fértil.

A visão social sobre a *infância* sofreu alterações significativas ao longo dos anos. Para Ariès (1975) a visão de infância é “nova” por assim dizer, o termo infância vem de “infante” que significa “sem voz”. O autor abordou o tema da descoberta da infância, descoberta essa que se fez refletida na vida das famílias, bem como na concepção de educação; o que possibilitou o início de um novo viés de observação do ser humano com relação às fases da vida. Os estudos de Ariès permitiram a apreensão de uma transformação paulatina acerca da visão e do tratamento dispensados às crianças, o que acabou por incidir também nas mudanças ocorridas na visão acerca da adolescência e juventude ao longo dos tempos.

Durante um longo período, as crianças foram tratadas como sendo adultos em miniatura compartilhando, por vezes, os mesmos espaços dos adultos, inclusive no que tange ao exercício de atividades trabalhistas. Após o período medieval surgiu o sentimento da “paparicação”, as pessoas passaram a sentir prazer em brincar com as crianças, em acariciá-las e até a se divertirem com elas. Em contrapartida à “paparicação”, o sentimento da “exasperação” surgiu. Alguns moralistas e educadores do século XVII compartilhavam de um sentimento de repugnância em relação à “paparicação”. É bem verdade que ambos os sentimentos eram novos, como também o era a preocupação dos pais e da sociedade com relação à higiene e a saúde física dos infantes (Ariès, idem).

Aos poucos foi sendo percebido que a infância era uma fase da vida que pedia cuidados diferenciados. Se durante um período histórico, como explicita Ariès, a criança exerceu um papel produtivo direto, assim como um adulto, a emergente sociedade burguesa passou a perceber na criança um ser que necessitava de atenção específica. Começou a se pensar que a criança precisava ser preparada para a atuação no futuro, consoante com a nova ordem social que estava sendo consolidada.

Esta forma de organização instituiu diferentes classes sociais no interior das quais o papel da criança é diferente. A idéia de uma infância universal foi divulgada pelas classes dominantes baseada no seu modelo padrão de criança, justamente a partir dos critérios de idade e de dependência do adulto, característicos de um tipo específico de papel social por ela assumido no interior dessas classes (ARIÈS, 1975, p.19).

Krammer (2003) advoga a tese de que a transformação nos sentimentos para com a infância e para com a família proporcionou um novo ângulo de visão para o entendimento da função desempenhada por instituições como a família e escola, como instituições que sempre existiram.

A análise das modificações do sentimento devotado à infância é feita à luz das mudanças ocorridas nas formas de organização da sociedade, que contribui para uma maior compreensão da “questão da criança” no presente, não mais estuda como um problema em si, mas compreendida segundo uma perspectiva do contexto histórico em que está inserida (KRAMMER, 2003, p. 17).

Ações praticadas para com a criança durante a Idade Média não foram mais toleradas. O maior exemplo desta mudança foi o surgimento da preocupação e do cuidado com a criança enquanto sujeito.

Ao longo da história, a concepção de criança transformou-se por diversas vezes. Ela já foi considerada como um adulto em miniatura, uma tabula rasa, “vir a ser”, futuro da nação ou como ser maldoso. Hoje concebida como ser humano em condição peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos, prioridade absoluta da família, sociedade e Estado, tal como preconizam a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990) (OLIVEIRA, 2008, p. 17).

Ainda citando Ariès (1975), durante a primeira metade do século XIX, a demanda da força de trabalho infantil no desenvolvimento da indústria têxtil estimulou a precocidade da passagem para a vida adulta das crianças, especificamente as da classe operária. Sendo assim, crianças e adolescentes foram tratados da mesma forma, exigia-se deles uma posição de adulto.

Podemos identificar a infância e até mesmo a adolescência, com critérios biológicos, ainda que a segunda seja também um período também polêmico e conturbado e o limite superior do que podemos chamar de juventude é ainda mais nebuloso, pois a juventude é mais do que propriamente um ciclo, é um adjetivo, um atributo, um devir-jovem (MOLIN, 2007, p. 54).

Assim, pode-se afirmar que a infância e adolescência é uma construção social visto que é uma etapa para a qual são atribuídos papéis sociais historicamente construídos e modificados de acordo com cada período e sociedade em questão. Houve uma tomada de consciência acerca das diferenças entre a infância e a fase adulta, entre adolescência e a juventude. Ariès advoga que o sentimento moderno de infância começou a constituir-se nas sociedades européias no século XVII, porém, somente no século XX, a adolescência surgiu como uma etapa socialmente distinta.

A partir do momento em que a escola surgiu, enquanto instituição educativa, o ensino informal, por vezes ministrado no interior das casas, sob a tutela das famílias, proporcionou pensar e criar espaços específicos para o ensino das crianças.

A busca por uma definição da *adolescência* encontra maior respaldo para delimitação nos estudos psio-biológicos e em termos de faixa etária. A adolescência compreende o período etário que vai dos doze até os dezoito anos de idade, o período da adolescência iniciaria no período denominado como sendo o das “operações formais”, que se inicia dos 11 ou 12 anos em diante.

O conceito de *juventude* pode ser entendido como uma categoria social historicamente construída, compreendendo que a delimitação dessa etapa depende também dos costumes e cultura de cada sociedade. A adolescência e a juventude

apresentam delimitações conceituais relacionadas às dimensões: idade, classe social, etnia, legislação e sociedade dentro da qual estão inseridas. O que fica evidente, porém é que ambas são etapas da vida inerentes a todo ser humano, independente do gênero ou raça. São etapas psico-biológicas que se encontram inseridas entre a infância e a idade adulta, são categorias sociais que, de acordo com cada sociedade e época, adquiriram ou não direitos e deveres específicos.

Se não existia uma consciência acerca dos limites entre infância, adolescência e juventude, gradativamente essas etapas foram se tornando distintas no desenvolvimento da sociedade ocidental. Os estudos de Ariès mostram também que a construção do conceito de juventude necessitou ser vista como um fenômeno social e histórico.

O consenso acerca de uma delimitação e definição para as fases da infância, adolescência e juventude acontece, porém, ao se adotar uma postura de compreensão acerca de tais fases sob uma aceção de heterogeneidade, de características e experiências múltiplas que invalidam a tentativa de uma definição que esteja sustentada sob um único aspecto (MOLIN, op cit).

A opção por critérios etários ou biológicos não é suficiente para delimitar ou classificar tais fases, visto que todas elas são influenciadas por um conjunto de fatores de acordo com cada sociedade, em cada tempo e em cada lugar de ocorrência.

Procurar encontrar uma noção acerca dos vocábulos adolescente e jovem é por si só um reflexo da gama de possibilidades que se depara ao ter como objetivo focalizar um aspecto que abarque os sujeitos pertencentes a esses grupos. Oliveira (2008) em seu estudo fez uma delimitação significativa a esse respeito. Para a autora, a adolescência e a juventude fizeram parte de um tema de pesquisa cujos sujeitos foram adolescentes e jovens para os quais foi utilizado o termo *descritores*. Assim, o uso do termo descritores foi uma possibilidade encontrada para focar um grupo de sujeitos específico dentro de um tema geral. Nessa linha, o que se percebe é que o tema, como algo mais generalizado, envolve o aspecto mais importante, por assim dizer, que é o descritor, isto é, sobre quem se pretende falar (OLIVEIRA, 2008).

Tendo em vista tais singularidades e possibilidades, neste estudo foi adotada uma posição que procurou entender que adolescências, juventudes, assim como

ocorreu com as infâncias são categorias sociais que foram construídas gradativamente ao longo dos anos e que sofreram influências e, por que não dizer, influenciaram determinado local e tempo histórico. Para além do aspecto etário, para o qual podemos adotar os delimitadores presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição Federal e da Organização Mundial da Saúde, é mais coerente a ideia da pluralidade. “Jovens da mesma idade, vão sempre viver juventudes diferentes (NOVAES, 2003, p.121)”. Esse pensamento não pode prescindir do conhecimento da existência também de infâncias e adolescências.

Não podemos pensar a juventude como um grupo homogêneo, como uma categoria social, apoiados simplesmente no critério de faixa etária: entre 15 e 24 anos (segundo a ONU), entre 10 e 19 (segundo a Organização Mundial da Saúde) etc. quando se toma a juventude como uma categoria, como um todo, omitem-se contrastes e até mesmo, oposições. Acaba-se por confundir, ou diluir, miséria e opulência, rural e urbano, centro e periferia e outras tantas diferenças sociais e culturais que marcam nossas sociedades (BARROS, 1992, p. 64).

A faixa etária apresentou-se como um pré-requisito das políticas para a juventude. Inclui-se aí o Faixa Azul como sendo um projeto social. A idade é pré-estabelecida para delimitar o tempo possível de permanência nos projetos vinculados a cada política. A pobreza, o desemprego e a violência acabam sendo justificativas para a ênfase, nos tempos atuais, das políticas para a juventude. Quando se fala em pobreza, desemprego e violência fala-se também em negação de direitos e oportunidades, em desigualdades sociais (TELLES, 2001).

Entretanto, uma questão social abarca categorias que não se reduzem apenas ao eixo pobreza e miséria, a questão social é um ângulo através do qual toda uma sociedade pode ser problematizada.

No que diz respeito à elaboração e implementação de políticas para a adolescência e juventude, no Brasil, é válido pensar a respeito da *base sócio-econômica* sobre a qual se assenta a preocupação para com essas parcelas da população. O trabalho infanto-juvenil por meio de grupos sociais organizados incomodados com a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho conseguiu levantar a bandeira desse problema e criar legislações e programas políticos que buscam coibir e / ou minimizar formas de exploração dessa força de trabalho. A nossa sociedade capitalista prega a participação de todos no mercado

produtivo de riquezas e ao mesmo tempo é produtora de disparidades sociais. A utilização da força de trabalho infantil é e sempre foi explorada - as crianças (e mulheres) tinham, e ainda hoje têm, a sua hora / produção menos valorizada no mercado. A bandeira da equiparação de igualdades de trabalho entre homens e mulheres é ainda hoje muito atual. Aqui, um parêntese pode ser proposto intencionando dar a dimensão da exploração que se traduz na espoliação de um direito. Ora, se o eixo central do capitalismo é a exploração do trabalho, a apropriação da força de trabalho pelo capital, ao refletir sobre a exploração da força de trabalho infanto-juvenil, além da expropriação “pertinente” à lógica do capitalismo, o que se apresenta é um aumento na taxa de mais valia pelo aprofundamento da extração de mais absoluta, ou seja, aquela que se obtém através do alongamento da jornada de trabalho ou intensificando o uso da força de trabalho. Com limites pelo esgotamento físico da força de trabalho e pela organização dos trabalhadores. No caso, roubando o tempo do infanto-juvenil que, pelo direito inscrito na legislação do estado burguês, deve brincar, ir à escola, fazer esporte; em outras palavras, ser infanto-juvenil.

Um denominador comum empregado segue as orientações preconizadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para definir os limites etários entre adolescência e juventude. Segundo a OIT, o ser criança envolve todos os indivíduos com idade inferior aos 15 anos (limite inferior estabelecido para a inserção em um emprego). Desta forma, a OIT considera como criança todo menor de 15 anos, enquanto que o adolescente é aquele indivíduo que se encontra na faixa etária entre os 15 e os 18 anos completos (idade mínima para a inserção no emprego sem restrições).

No que concerne à inserção precoce no mundo do trabalho foram alcançadas algumas vitórias com a adesão do país às convenções da Organização Internacional do Trabalho. A OIT de número 182 foi ratificada pelo governo brasileiro em 1999, tendo como foco a proibição do trabalho infantil em suas piores formas possíveis de ocorrência, e abordando também sobre as ações para a eliminação do trabalho infanto-juvenil. Já na convenção da OIT de número 138 ficou acordada a idade mínima de 15 anos para o ingresso no mundo do trabalho. No entanto, foi aberta uma exceção aos países com dificuldades econômicas, diminuindo este limite para 14 anos. A maioria

das nações da América Latina tem estabelecido 14 anos como a idade mínima para admissão no emprego.

Para essa pesquisa os critérios etários estabelecidos pela OIT são mais pertinentes, tendo em vista também a delimitação etária proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Uma outra definição para os limites etários entre adolescência e juventude foi proposta pela Organização Mundial de Saúde. Nessa proposta foi estabelecido que a adolescência compreende os sujeitos com idade entre os 10 e os 19 anos e a juventude como a faixa etária que abarca os sujeitos entre os 15 e os 24 anos.

Os adolescentes e jovens que atuam no Faixa Azul encontram-se inseridos em um mercado produtor. São sujeitos de uma sociedade que, conscientemente ou não, permitiu o exercício de um trabalho que poderia ser atribuído a adultos. O trabalho de meninos e meninas menores de idade no Faixa Azul resistiu porque se procurou atender à demanda por parte das famílias e dos adolescentes por uma vaga no projeto.

3.2 A mudança de paradigma: de “sujeitos menores” a sujeitos de direitos

Para abordar com certa propriedade acerca das políticas para a adolescência e juventude no Brasil é interessante buscar as raízes dessas políticas. Não é desde sempre que foram pensadas e destinadas ações públicas específicas de maneira a lhes proporcionar melhores condições de vivência dessa fase da vida e / ou construir as bases para a inserção na vida adulta.

No que se refere especificamente à origem da preocupação com os direitos da criança, tudo começou durante a 1ª Guerra Mundial com uma Organização Não Governamental chamada “Save The Children”¹¹ que visava ajudar as crianças vítimas da guerra. Essa ONG redigiu um documento com cinco princípios para a proteção das crianças. No ano seguinte a 5ª Assembléia da Sociedade das nações aprova a Declaração de Genebra, primeiro documento contendo cinco princípios que tratavam

¹¹ A expressão “salvar a criança” foi inspirada no discurso do final do século XIX em defesa da ideia de que o investimento na infância era uma forma de investir no futuro do país. A ideia tem origem no movimento denominado “Save The Children”, que proliferou na Europa e nos Estados Unidos.

dos direitos da criança. Em 1959, surgiu a Declaração Universal dos Direitos da Criança (RIZZINI, 1994).

O Brasil passou por um longo período adormecido no que tange à infância e adolescência. Médicos, juristas e educadores estiveram envolvidos com as questões da infância. Porém, a preocupação não se referia à criança em si, no cuidado para com ela delegando-lhe direitos. O foco era o de moldar a criança para que no futuro ela não causasse problemas e não representasse despesas para o país. Vigoravam ações baseadas no pensamento de que existia um elo entre pobreza e criminalidade, quanto mais pobre fosse a criança maiores eram as suas chances de cair na criminalidade (RIZZINI, 1994).

Vigorava no país o *Código de Menores de 1927*¹² chamado de Código Melo Matos, nome do primeiro Juiz de Menores da América Latina. Era baseado em um documento semelhante ao que existia no Uruguai. Seu caráter era totalmente repressor, porque a lei não era para o conjunto, era para uma parte desse conjunto visto que não tratava de todos os direitos e nem de todas as crianças. Seguia os princípios da proteção e da vigilância.

O “menor” abandonado ou delinqüente era a meta de ação do referido Código, já desde então definido como *menor* o sujeito com idade inferior aos 18 anos incompletos. E o menor delinqüente estava separado em duas categorias: o menor de 14 anos de idade, autor de crime ou contravenção definidas por lei estaria submetido a ela; já os maiores de 14 anos estariam submetidos a um processo especial levando se em conta fatores como o estado físico, mental e moral (FERREIRA, 2008).

Uma concepção de educação voltada para a formação integral do sujeito não fazia parte das proposições do Código de 1927. O que se adotou foi uma acepção de educação voltada para a repressão e punição; não cogitando a hipótese da educação como sendo um direito fundamental e social.

Observa-se, portanto, que a legislação em análise, na questão educacional, não apresentava interesse por todos aqueles envolvidos com o tema, como, por exemplo, os professores em geral, posto não tratar a educação como direito fundamental, mas sim como uma forma a se contemplar nas escolas de reforma e de preservação (FERREIRA, *idem*, p. 45).

¹² Decreto nº 17.943-A de 12/10/1927.

Assim, o código de 1927 perdurou por cerca de sessenta anos, sendo reformulado superficialmente em 1979¹³, porém preservando ainda um caráter protecionista e de (des) amparo. Na verdade, era mais um conjunto de regras voltado para crianças e adolescentes situados na chamada “situação irregular”, não tendo a população infanto-juvenil como alvo de ações planejadas para o pleno desenvolvimento social.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas passa a exercer um papel de “mediador” lançando fundamentos para a atuação dos países em termos sociais. Como exemplo concreto tem-se a Declaração Universal dos direitos do Homem (1948) e a *Declaração Universal dos direitos da Criança* (1959), lançando as bases para a criação de políticas voltadas para o social. A política do *Welfare State* foi propagada no Brasil e na América Latina graças à atuação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) conhecida como sendo a *política do bem-estar social*. As teorias divulgadas pela CEPAL apresentavam um caráter de não questionamento da ordem social vigente, dessa forma os objetivos dos programas sociais implantados limitavam-se a adaptar e integrar a população ao sistema; sem questioná-lo¹⁴. Ainda assim, houve a participação social por meio da promoção de questionamentos, reivindicações e lutas sociais efetivas visto que, os organismos internacionais atuam de maneira limitada e intencional, sustentados pelo projeto capitalista imperante.

Com o fim da ditadura militar no Brasil, foi possível perceber uma revitalização da sociedade civil organizada. Através da atuação em movimentos sociais organizados, de novos (re) arranjos partidários e do crescimento do associativismo, demarcados pelo esforço de democratização da sociedade brasileira. Estado e sociedade civil agem, cada qual de acordo com a(s) ideologia(s) que pretendem propagar, ambas retroalimentam a estrutura social que tem suas raízes calcadas em um determinado modelo econômico e de sociedade. Nesse panorama, a relação entre Estado e sociedade civil na construção da esfera pública passa a ser caracterizada não somente

¹³ Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979, que instituiu o “novo” Código de Menores.

¹⁴ Durante a década de 1960 foram implementadas medidas visando à atuação no sistema social, porém o que se viu foi a criação de instituições sobrepostas e burocratizadas como é o caso do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e, em especial, dentro do tema aqui tratado da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

pelo antagonismo, pela correlação de forças e resistência mas, também, pela possibilidade de aproximação, negociação e atuação conjunta.

O Estado de classes estudado por Marx, voltado para a manutenção de uma lógica de exploração da força de trabalho para a obtenção de lucro, passou a ser questionado por grupos da sociedade civil que tinham como pressuposto a necessidade de uma atuação conjunta ou desvinculada com o Estado. O papel dos intelectuais orgânicos, na concepção gramscianiana nesse caso, estaria na maneira de organizar determinada classe social objetivando a atuação dos sujeitos sobre a ordem econômico-social que se pretende “conservar ou promover”.

Movimentos sociais organizados voltados para a questão dos direitos humanos (sobretudo no campo dos direitos da criança e do adolescente) se articulam para pensar, criticar e propor questões acerca dos resultados das políticas sociais voltadas à criança e ao adolescente. Nesse contexto, iniciou-se uma discussão sobre a necessidade de superação dos antigos Códigos de Menores de 1927 e de 1979, mencionados anteriormente (RIZZINI, 2000).

Se no Brasil eram utilizados mecanismos de punição de delitos como a polícia e a justiça, para controlar as infrações cometidas por crianças e adolescentes foi preciso rever os dispositivos de ações, em termos legais e coerentes. A partir do ano de 1988, com a convocação para a Assembléia Nacional Constituinte é que começaram a surgir manifestações voltadas para a inclusão dos direitos da criança na carta constituinte. Entidades como a Pastoral do Menor, Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade Brasileira de Pediatria e outras, em consonância com uma movimentação mundial, se dedicaram a reivindicar a introdução dos direitos da criança na nova Constituição brasileira, originando o artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a crianças e ao adolescente, em absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

A Constituição de 1988 pode ser definida como a “Constituição Cidadã”, visto que representou significativos avanços no campo dos direitos, marcando uma nova lógica a diferentes políticas, especialmente as sociais. A década de 1990 caracterizou-

se por ter sido um período fundamental no que se refere ao processo de consolidação da democracia e da luta pela garantia de direitos para todos os cidadãos, implicando em uma redefinição das políticas públicas em diferentes áreas.

Foi um passo de gigante galgado na direção do reconhecimento dos direitos da criança, proporcionando outras iniciativas no que tange à proteção à infância e à adolescência. No meio dessa nuvem de reivindicações surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente como fruto da luta de vários segmentos organizados da sociedade, pelo reconhecimento da condição de direito (RIZZINI, 2000).

O Estatuto da Criança e do Adolescente é o resultado concreto da luta pelos direitos da criança e do adolescente, porque se constituiu não só um novo ordenamento jurídico, mas representou também o rompimento com uma condição de inferioridade, uma vez que se pauta em uma concepção plena de direitos.

A mobilização popular foi de fundamental importância na proposição de mudanças nesse novo marco legal, no que se refere ao apontamento de desafios para sua homologação e implantação, além do rompimento de práticas historicamente estabelecidas e resistências apresentadas por diferentes setores da sociedade.

A Constituição de 1988, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, imprimiram uma nova lógica no marco legal de proteção à criança e ao adolescente.

A incorporação da juventude como pauta das políticas públicas no Brasil passa a ocorrer, principalmente, a partir dos anos 90, após o ECA, sendo que as antigas instituições passam a se reordenar e novas propostas de trabalho com os jovens começam a emergir. Outro aspecto significativo a ser destacado é a promulgação da *Lei Orgânica da Assistência Social*, que passa a garantir a Assistência Social enquanto política de direito, rompendo com o caráter assistencialista, caritativo, clientelista e tutelador historicamente caracterizado. Esse novo aparato jurídico passa então a imprimir uma nova face às políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente. Nessa trajetória, foi sendo tecida uma rede de proteção social voltada para a garantia de direitos, constituindo, na sociedade, ainda que de forma gradativa e não homogênea, uma nova representação social do ser criança e do jovem.

No que se refere ao conteúdo, destaca-se sobretudo a concepção norteadora da lei em que, o aspecto preponderante diz respeito ao reconhecimento da criança e do

adolescente enquanto sujeitos de direitos, em contraposição à condição de objeto, de menor, perante os adultos. Aponta, também, para o reconhecimento de todas as crianças em condição de igualdade à garantia de direitos. Além disso, rompe com o caráter estigmatizante, assistencialista e segregador sustentado por várias décadas pelo Código de Menores, que separava “crianças” de “menores”, para designar criança pobre, marginalizada.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao reconhecimento significativo da criança e do adolescente como seres humanos em condição particular de desenvolvimento e, portanto, para os quais é preciso garantir a efetividade dos direitos fundamentais (ROCHA, 2007).

A criança e o adolescente gozam de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condição de liberdade e de dignidade (Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente).

A mudança da relação de crianças e de adolescentes com o Estado e com os adultos, mencionada anteriormente, pode ser exemplificada pelo fato de que, além do reconhecimento da condição de direito estabelecida pelo ECA, aponta-se para a responsabilidade de todos na garantia desses direitos:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Esses artigos do ECA exemplificam com propriedade a responsabilidade de todos na garantia de ações que buscam potencializar o desenvolvimento pleno de todas as crianças, independente de suas condições físicas, mentais ou sociais. Contribuem também para eliminar o aspecto recorrente da Doutrina da Situação Irregular, que se refere à supremacia do Estado sobre a família. A institucionalização das crianças e dos adolescentes se dava como medida de proteção, na impossibilidade de a família poder garantir a sua proteção, aspecto pensado especialmente para as famílias economicamente menos favorecidas.

Ao adotar a Doutrina de Proteção Integral da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente consolida

e reconhece a existência de um novo sujeito político e social que, como portador de direitos e garantias, não pode mais ser tratado por programas isolados e políticas assistencialistas, mas deve ter a atenção prioritária de todos, constituindo-se num cidadão, independente de sua raça, situação social ou econômica, religião ou qualquer diferença cultural (VOLPI apud ROCHA, 2007, p. 34).

Todos passam a ser co-responsáveis na busca pela efetivação dos direitos de crianças e adolescentes para a construção de um novo tecido social, mais resistente e igualitário para o qual é preciso a atuação conjunta entre Estado e sociedade – visualizada a partir da concepção de Estado em Gramsci, como um sistema ampliado que demanda a articulação entre as redes que compõem os sistemas sociais.

Bentes (1999) apresenta em seu estudo um quadro comparativo que traz de um lado: os Código de Mello Mattos (1927), o Código de Menores (6.697/79) e a Lei 4.513/64¹⁵ e do outro o Estatuto da criança e do Adolescente visando mostrar a importância e o diferencial do Estatuto face às legislações precedentes voltadas para a criança e o adolescente. Do total de 21 itens utilizados pela autora para analisar as legislações, serão destacados três deles: item 2 da “concepção político-social implícita”, o item 7 que versa sobre a “efetivação em termos de política social” e o item 8 que trata dos “princípios estruturadores da política de atendimento”.

A informação apresentada acerca da “concepção político-social” (item 2) que está implícita nas legislações deixa claro que os Códigos de 1927, o de 1979 e a lei 4.513/64 tinham por objetivo a aplicação de penalidades; enquanto que o Estatuto da Criança e do Adolescente está voltado para assegurar o desenvolvimento social para o conjunto da população brasileira e a juventude tendo por base a proteção social.

No que diz respeito à efetivação das citadas legislações em termos de políticas sociais (item 7) vê-se o caráter repressivo-punitivo presente nos antigos Códigos a serem aplicados por meio de ações da Justiça de Menores, dos órgãos de Segurança Pública e da Política Nacional de Bem-Estar do Menor. Em contrapartida, o ECA prevê ações que envolvam desde políticas sociais básicas - políticas de assistência até a proteção jurídico-social de crianças e adolescentes. O assistencialismo por meio de políticas sociais compensatórias e centralizadas fazia parte dos princípios que estruturavam os antigos Códigos; enquanto que, no Estatuto, os princípios

¹⁵ Política Nacional de Bem-Estar do Menor de 1964.

estruturadores englobam a atuação dos municípios e a participação das comunidades para a formulação de políticas e o controle das ações (item 8).

A distinção básica está centrada na visão que se tinha acerca da infância e da adolescência. Especialmente aqueles adolescentes desprovidos de condições materiais eram culpabilizados e julgados por sua condição social. A eles só era possível a aplicação de medidas repressivas e punitivas. Na nova visão preconizada pelo Estatuto, as crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos.

Um outro diferencial está no fato de que nos antigos Códigos não havia espaço para a participação da comunidade e as ações eram centralizadas. Já no Estatuto, a participação da comunidade organizada é prevista e entendida como elemento singular, tanto para a formulação quanto para o controle das ações destinadas ao contingente infanto-juvenil – com destaque para a municipalização das políticas a serem adotadas tendo em vista cada realidade.

O adolescente e o jovem foram pensados como destinatários de políticas que visam criar oportunidades para a conclusão do Ensino Fundamental e diminuir as desigualdades sociais, ainda que a despeito de uma não instituição de políticas educacionais que prime pelo acesso e permanência de todos na escola regular.

Se antes as ações destinadas a esse grupo social eram pensadas tendo em vista o mundo do trabalho, ou na escolaridade com vias a uma mobilidade social (especialmente para os das camadas menos favorecidas economicamente), ou ainda, em termos da ocupação do tempo livre, os objetivos e as propostas de ações, sem dúvida, foram ampliados.

Identifica-se também uma mudança no que concerne à participação da sociedade tanto na fiscalização quanto na implementação de políticas sociais.

3.3 Trabalho e políticas sociais: diálogo com as adolescências e juventudes

Os programas governamentais para a adolescência e juventude estão sustentados em quatro pilares comuns: elevação da escolarização, formação profissional mínima, transferência de renda e voluntariado jovem (SPÓSITO e CORROCHANO, 2005), (CAMACHO, 2004). O voluntariado jovem envolve a atuação

desse como um possível agente de transformação de sua comunidade por meio de ações voltadas para o bem comum, no desenvolvimento de um trabalho voluntário como monitor em uma escola do bairro, por exemplo. Existe, na verdade, uma “facilidade” concedida ao jovem dentro dos programas que lhe permitem concluir o Ensino Fundamental. Fica estabelecido como meta dos programas governamentais que o jovem conclua essa etapa de ensino.

Entretanto, são otimizadas outras formas para facilitar a seqüência na vida escolar que permita a esse jovem uma continuidade de seus estudos para que a situação de pobreza seja minimizada ou, por que não, superada. Outras restrições pertinentes a tais programas estão no nível da imputação à escola de um papel que não lhe pertence, transferindo aos sujeitos já tão sem condições a responsabilidade por seu sucesso e, uma outra restrição está no plano da inviabilidade de uma superação da pobreza, já que ela é combustível para o capital.

No caso da juventude brasileira, a experiência de ingresso no trabalho também necessita de medidas específicas. Pochmann (2006) chama a atenção para as políticas de emprego no Brasil e afirma que, a despeito do Seguro Desemprego, os governos não pensaram em políticas voltadas para o desemprego. O que existem são políticas que ele denomina como sendo políticas passivas de emprego. Ainda de acordo com o estudioso a regulação pública do trabalho é limitada no que tange à proteção social e à população jovem com baixa escolaridade que se tornou o principal alvo do desemprego.

As políticas para a juventude¹⁶ brasileira ganharam destaque e sustentabilidade no governo Lula, mas começaram a ser articuladas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente em 1997, a partir das discussões sobre a funcionalidade das Febems, tal como elas estavam estruturadas (SPÓSITO e CORROCHANO, op cit). Atualmente, elas fazem parte de um projeto maior que prioriza o desenvolvimento de ações no campo social, inclusive influenciando um novo olhar que busca superar diversas associações vinculadas ao jovem quase sempre pejorativas: jovem e violência, jovem e alienação, jovem e descompromisso. Também buscou-se superar a utilização do termo “menor” aplicado aos jovens.

¹⁶ As políticas para a juventude são entendidas no âmbito desse trabalho como sendo políticas sociais.

Por meio de parcerias estabelecidas entre os governos federal, estaduais e municipais, tendo em vista as particularidades de cada região, as políticas públicas para a juventude são executadas. Podem também ser estabelecidas parcerias entre a sociedade civil e os programas para o fornecimento e realização das oficinas e cursos, capacitação de profissionais, oferta de empregos para os jovens egressos dos programas, etc.

O grupo Interministerial da Juventude que foi constituído em 2004 para diagnosticar a realidade da juventude brasileira e fazer um mapeamento de ações governamentais destinadas a esse segmento contou com a participação de técnicos do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Projeto Juventude do Instituto Cidadania para a realização de estudos sobre essa parcela da população. Como resultado desses levantamentos e pesquisas, concluiu-se que seria necessário a implementação de uma política nacional para a juventude. Essa política nacional englobou a instituição da Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem.

Os destinatários do ProJovem são jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do Ensino Fundamental e não têm vínculos formais de trabalho. O decreto que regulamentou o ProJovem foi publicado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva sob o número de 5.557 de 05 de outubro de 2005.

Há também uma outra iniciativa nesse campo, o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é um outro exemplo de programa pensado para a população jovem. Ele define ações distintas para os dois ciclos de etapa da juventude. Para os jovens de 15 a 17 anos objetivam-se atividades que contribuam para o desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Além de ações direcionadas para o protagonismo. Para os jovens com idade entre 18 e 24 anos, além desses objetivos mencionados, visou-se também o oferecimento de uma educação voltada para o trabalho, o acesso à tecnologia e à experiências que promovam trocas culturais.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atende crianças entre os 7 até os 15 anos. O objetivo do PETI é o de retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante. Entretanto, é destinada uma atenção especial para as meninas. Após essa idade, egressos do PETI e jovens entre os 15 e 18 anos incompletos, em conflito com a lei, ou abrigados, ou em situação de risco podem ser encaminhados para os programas específicos para a população jovem com a intenção de oferecer-lhes mais um tempo de formação e oportunidades. Egressos do PETI são, muitas vezes, incluídos em outros programas governamentais visando justamente oportunizar novas chances para os mesmos, visto que, atingida a idade máxima para a permanência no programa, pode acontecer uma volta para o mundo do trabalho informal de forma desprotegida e, conseqüentemente, ocasionando a evasão escolar. Por isso, outros programas devem abarcar também esses jovens que foram atendidos pelo PETI.

As políticas para a juventude adquiriram visibilidade nacional como sendo uma iniciativa voltada para uma parcela da população para a qual a atenção era direcionada, até então, no tocante aos aspectos vinculados à violência, aos programas de prevenção de gravidez precoce e de doenças sexualmente transmissíveis. Na verdade, essas políticas carregam um sentido estigmatizador. Em geral, as ações destinadas ao público jovem são generalizadas:

Em conjunto com esse processo estigmatizador e generalizável a todos os países da região, se aprofundou a crise estrutural dos anos 80, que fraturou as macroeconomias dos países e pulverizou a microeconomia de pessoas e famílias. Nesse processo, muitos (as) jovens vêm pagando o preço de políticas econômicas que os (as) excluem das possibilidades de incorporar-se de maneira produtiva e cidadã à sociedade (IBASE / PÓLIS, 2004, p. 8).

As iniciativas voltadas para o jovem partiram do poder público, do resultado de pesquisas e das mudanças ocorridas nas concepções de atendimento à infância e à adolescência, visto que, como citado anteriormente, a separação dessas fases, em termos jurídicos, também está marcada por uma linha muito tênue. Na verdade, quando o Código de Menores foi instituído no país, ele servia para lidar com os assuntos relacionados ao atendimento, tratamento e punição¹⁷ tanto de crianças quanto de adolescentes e jovens – quando esses ainda não tinham atingido a maioridade civil.

¹⁷ A punição aqui empregada no sentido de medidas legais a serem aplicadas quando da infração de atos

O mundo atual exige mecanismos mais expressivos e funcionais para a proteção social dos indivíduos. As políticas de proteção social almejam proporcionar alternativas para minimizar a situação de precariedade dos sujeitos desprovidos de condições mínimas para sobreviver. Por outro lado, as políticas educacionais que objetivam o acesso à educação a um número cada vez maior de crianças, adolescentes e jovens não são por si só suficientes. É fundamental estimular o diálogo entre políticas educacionais e sociais.

O ensino técnico é apontado como alternativa, tendo em vista as condições da sociedade brasileira em termos populacionais, e também, por possibilitarem uma certa “formação especializada” ministrada sem que necessariamente aconteça, esta educação, no interior da escola dita regular.

Um dos pilares dos programas governamentais visa ao ensino de uma profissão para os jovens integrantes de seus programas, buscando proporcionar formação, experiência e o acesso ao mundo do trabalho. Fomentar meios para o acesso a uma formação profissional pode não ser suficiente para a inserção no mundo do trabalho, o que justifica o pensamento de que é necessário criar alternativas que propiciem a aquisição de novas experiências por parte dos jovens.

Ao mesmo tempo, esses programas têm pretendido o desenvolvimento de metodologias de gestão e capacitação para jovens, sustentados na idéia de mobilização e fortalecimento de novos atores sociais, buscando, nesse mesmo movimento, o desenho de uma nova institucionalidade no campo do trabalho e da educação profissional (VELASCO, 2006, p. 195).

Ao se expandir a ideologia da responsabilidade social, objetiva-se minimizar a participação do Estado frente às demandas sociais. Por outro lado, ao, incentivar a participação de organizações não governamentais e de empresários esse princípio busca aliviar as desigualdades sociais entre as classes¹⁸. É a educação do consenso como caminho para o exercício da hegemonia sob grupos que poderiam reivindicar mudanças concretas.

(...) Nesse sentido encontra-se a responsabilidade de um Estado, uma estrutura de poder organizada num conjunto de ações que, subordinadas aos seres humanos, promovem o desenvolvimento de suas potencialidades, ao mesmo

tidos como ilegais.

¹⁸ A formação do Serviço Social de Barbacena, o SOS que mantém o Faixa Azul ocorreu no contexto do desenvolvimento da filantropia, por volta do final dos anos de 1970. Já a ideologia da responsabilidade social remonta aos anos 1990.

tempo em que agem preponderantemente para favorecer que os homens busquem o bem comum. A responsabilidade do Estado está em favorecer que as pessoas sejam responsáveis pelo bem comum (ARAÚJO, 2007, p.160).

Vê-se que as ações voltadas para a juventude brasileira encontram-se fundamentadas em orientações que nortearam diferentes processos históricos. As ações destinadas à juventude não nasceram de um nada, por assim dizer. É fato concreto que ações voltadas para a capacitação profissional, para o incentivo da continuidade e permanência da escolarização e de ocupação do tempo livre estiveram diretamente relacionadas às ações pensadas para os jovens. Essas ações acima descritas foram correntes durante os anos de 1950, época em que o país vivia um período denominado de modernização; e os jovens deveriam estar inseridos nesse período de forma ativa.

As indústrias necessitavam de força de trabalho qualificada, a escolarização (especialmente a técnica) surgia como caminho para o atendimento de um mercado em crescimento e que demandava profissionais especializados, sem contar que a ideia de uma possível mobilidade social por meio dos estudos também era lançada. A partir dos anos sessenta, visualizaram-se mobilizações juvenis em forma de contestação por mudanças políticas o que fez com que entidades de governo lançassem mão de mecanismos de controle e isolamento dos movimentos estudantis. Em sua maioria os destinatários foram crianças e jovens.

As concepções de juventude estão vinculadas ao tipo de política a ser adotada. No Brasil, percebe-se a coexistência de concepções de juventude, algumas originárias de diferentes campos, muitas vezes caracterizadas por oposições. Frequentemente, a ideia de juventude esteve associada aos problemas sociais como violência e uso de drogas ilícitas, formas de atuação no mundo político entre outros. Assim, foram constituídas políticas públicas, em que o jovem era colocado ou na condição de vítima ou na condição de causador de delitos, um perturbador da ordem. A visão e aceitação da concepção do jovem como um sujeito de direitos é recente, mas não nasceu no vazio (ROCHA, 2007).

Ações de controle social foram potencializadas durante o período da ditadura militar e eram destinadas à juventude organizada cujo objetivo era o de questionar a ordem vigente. Outra vertente de ação esteve pautada em uma teoria emergente dos

anos 70, cuja perspectiva de ação vislumbrava o jovem enquanto capital humano. Pretendia-se inserir o jovem na modernização social e na transformação produtiva em âmbito internacional; com ênfase para a importância do capital humano (UNESCO, 2004). Nesse contexto, ocorreu a defesa de investimento, sobretudo no campo formador, como forma de potencializar a sua capacidade rentável. Essas ações foram deslocadas para a juventude pobre e marginalizada das periferias e tinham o intuito de conter e acabar com comportamentos violentos e destrutivos.

Os jovens organizados em associações políticas resistiram às ditaduras e após esse período, atuaram com destaque no processo de democratização nos países da América Latina. Nesse contexto, os programas de ajuste econômico foram adotados enquanto crescia uma situação de marginalidade econômica e social.

No centro das diferentes concepções e dos eixos norteadores das políticas para a juventude, estão refletidas as disputas e os interesses de diferentes grupos sociais. As políticas públicas podem produzir impacto na sociedade, pois são capazes de imprimir novas percepções e propor outras formas de compreensão da realidade, rompendo com paradigmas historicamente construídos sobre os jovens, suas demandas e relações com o mundo adulto (SPÓSITO, 2003, p. 63).

As políticas para a adolescência e juventude e as políticas educacionais urgem serem planejadas a partir da interação entre escolas e programas voltados para esse contingente populacional. O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação ¹⁹ no seu título I da Seção 1 enuncia que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Tal proposição é complementada nos dois parágrafos seguintes explicitando que espécie de educação é essa, onde ela ocorre, quais relações ela estabelece e com quais práticas cotidianas.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

¹⁹ Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 1996 na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Dessa forma, entendo que o trabalho desempenhado no Faixa Azul pelos adolescentes e jovens conhecidos no decorrer da pesquisa envolveu uma compreensão ampliada sobre a função da educação, visto que, uma de suas funções é a interação social, que pode ser vivida também no ambiente de trabalho. Agregada a essa ideia identifica-se também a função educativa do trabalho, fato reconhecido e valorizado pelos integrantes do estudo.

Se até então não foram consolidadas políticas educacionais que atendam às expectativas de adolescentes e jovens há que reivindicá-las, partindo-se do retrato dessa população, tal como ele o é. Pensar em educação e políticas para adolescentes e jovens significa pensar em políticas enquanto ações para um público que requer medidas educacionais e sociais específicas e executáveis.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

Durante o ano de 2007, com o curso das disciplinas que compunham o currículo do programa de mestrado da faculdade de educação da UFJF foram planejados alguns passos para coletar dados sobre o Faixa Azul. Esse projeto lidava com adolescentes e jovens com idade compreendida entre os 14 aos 26 anos de ambos os sexos, perfazendo um conjunto de 46 pessoas.

O Faixa Azul, como foco de estudo dessa pesquisa, contou com a participação tanto de adolescentes como de jovens, permitindo abordar o tema das políticas para a juventude, sem que com isso a categoria adolescência ficasse desvalorizada. Ao contrário, os adolescentes e jovens foram sujeitos intrínsecos a essa pesquisa, respeitados em cada recorte. Por isso é que, nesse estudo, foi adotada a temática das políticas para a juventude, buscando identificar que o conjunto de adolescentes também seria atendido por essas políticas.

A abordagem metodológica da pesquisa é prioritariamente de natureza qualitativa, tendo em vista os dados sociais encontrados a partir da sua ocorrência em seu ambiente natural. Fugindo do debate qualitativo-quantitativo, ressalta-se que:

Posso fazer uma pesquisa que utiliza basicamente dados quantitativos, mas na análise que faço desses dados estarão sempre presentes o meu quadro de referência, os meus valores e, portanto, a dimensão qualitativa. As perguntas que eu faço no meu instrumento estão marcadas por minha postura teórica, meus valores, minha visão de mundo (ANDRÉ, 1995, p. 24).

Consoante a esse pensamento, é possível ainda endossar a informação defendida pela autora sem que com isso a abordagem metodológica da pesquisa fique caracterizada como sendo uma colcha de retalhos, já que:

Por outro lado, mesmo quando se reportam dados de depoimentos, entrevistas ou de observações é, não raro, conveniente que se expressem os resultados também em números, como por exemplo, numa situação em que se esteja revelando a opinião dos professores sobre uma nova proposta (Idem, p. 24).

O estudo foi realizado na cidade de Barbacena, em Minas Gerais. Os adolescentes e jovens inseridos no projeto foram os sujeitos da pesquisa. O Faixa Azul

é entendido aqui como uma política para a adolescência e juventude, ainda que com uma abrangência bem delimitada. Este capítulo foi elaborado com o intuito de compreender a questão central de estudo:

Qual é o espaço destinado à dimensão educacional no projeto Faixa Azul enquanto uma política para a juventude?

Aqui serão elencados os procedimentos e instrumentos metodológicos empregados para que tal questionamento fosse esclarecido e os objetivos da pesquisa fossem alcançados.

Na primeira etapa de coleta de dados, o estabelecimento de contatos com os colaboradores do Faixa Azul e a análise de documentos propiciaram a obtenção de informações relevantes para compor o que antes era uma proposta de pesquisa.

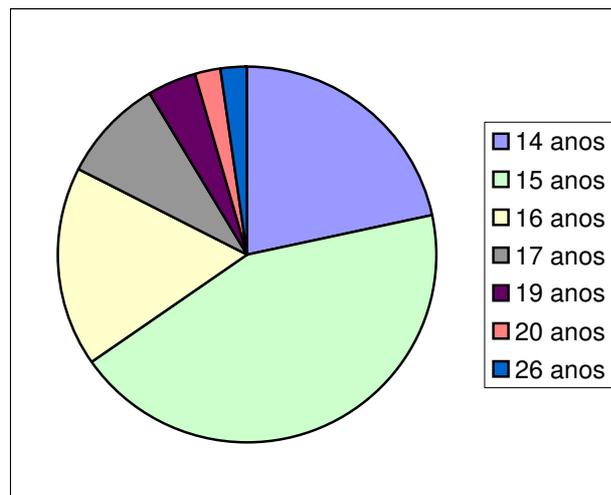
O contato inicial foi estabelecido por meio de uma entrevista concedida pelo coordenador do Serviço de Obras Sociais, organização onde foi planejado o Faixa Azul. Nessa entrevista inicial falou-se sobre a origem do Serviço de Obras Sociais em Barbacena que foi trazido para a cidade por meio da organização de antigos membros do Lions Clube, inspirados por diferentes obras sociais em outras localidades do país, voltadas para ações de assistência. Através desse primeiro contato foi possível delinear o processo histórico de construção do SOS e do Faixa Azul, compreendendo que, nenhuma das duas ações ocorreu no vazio.

O passo seguinte veio a partir do contato com o coordenador do Faixa Azul, primeiramente para a explicação acerca da pesquisa e de seus objetivos e depois para conhecer o funcionamento do Faixa Azul em si. Esse contato ocorreu, também na forma de entrevista. A partir desse contato foi autorizado o acesso, por meio da então secretária, às fichas de inscrição daqueles que estavam participando do projeto no ano de 2007 e de posse dessas fichas foi realizado um mapeamento dos sujeitos. Também nessa entrevista com o coordenador foi apontada a parceria da política de trânsito para o bom funcionamento do trabalho do Faixa Azul. Foi realizada uma entrevista com o comandante da companhia de polícia de trânsito de Barbacena respondendo a questões relacionadas à atuação dos policiais com essa parceria.

Assim, uma primeira etapa da pesquisa envolveu o conhecimento sobre os adolescentes e jovens que trabalhavam no Faixa Azul. Através do levantamento

realizado junto ao serviço de secretaria, foram analisadas 46 fichas de inscrição com os dados pessoais de cada jovem. A primeira constatação diz respeito à existência de uma variação nas idades dos participantes do projeto. Existia uma concentração maior de integrantes na faixa dos 14 e 15 anos de idade, o que correspondia na época a 65% do contingente analisado.

GRÁFICO 1 – Idade dos integrantes do Faixa Azul / ano Base 2007



A pesquisa foi planejada tendo em vista a realidade desse público, que, até então, para o desempenho do trabalho no Faixa Azul podia contar com a participação de adolescentes com idade mínima de 14 anos, apesar de haver uma clara preferência por meninos ou meninas com idade superior aos 16 anos, talvez devido à própria legislação. O artigo 60 do capítulo V do Estatuto indica que “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Porém, a incidência de adolescentes com 14 e 15 anos de idade foi grande nos últimos anos de acordo com informações concedidas pelo coordenador do projeto ²⁰, ocasionando desentendimentos com o Conselho Tutelar da cidade e com pessoas ligadas à defesa das propostas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente em termos de idade.

Informações obtidas junto à coordenação do projeto, através de entrevista permitiram saber como era a escolha dos participantes em termos de idade:

A gente procura é a questão da idade, manter entre os dezesseis anos. Eu acho que um garoto de quatorze anos hoje em dia você ficar cobrando, enquanto é muito menos risco ele estar trabalhando no Faixa Azul, na Faixa

²⁰ Foi opção dessa pesquisa adotar a palavra projeto para se referir ao Faixa Azul, porque os próprios responsáveis por ele assim o designam.

Azul do que na rua; e muitos desses garotos até são arrimo de família mesmo. A renda da casa é aquilo lá (Coordenador).

Aqueles que procuravam fazer a inscrição no projeto estavam procurando uma fonte de renda e não estavam preocupados com a exigência da lei em termos de idade. Como a inserção no Faixa Azul estava funcionando nos últimos tempos dessa forma, sem que houvesse uma rigidez legal no que tange à questão da idade e, até mesmo buscando atender às necessidades de pais e filhos que iam solicitar uma vaga, os adolescentes foram inseridos no projeto. Tais informações foram apresentadas pelo coordenador, através da entrevista diante da pergunta sobre os critérios de seleção utilizados para a participação no Faixa Azul:

Se agente for olhar mesmo nua e cruamente falando seria muito bom se pudesse. Ah, o garoto de quatorze anos, né, pudesse estar na rua brincando. Brincando. Eu concordo. Ou na escola, se tivesse uma escola em tempo integral. Agora, eu não sei. Eu por exemplo comecei a trabalhar cedo, com 14 anos. Eu brinco muito com isso , por causa do ECA (Coordenador do Faixa Azul).

Porém, se durante algum tempo o projeto funcionou dessa forma, a situação não pôde prosseguir sustentada somente na vontade de ajudar; foi preciso seguir a lei. Assim, chegado o momento de estabelecer novo contato junto à coordenação do Faixa Azul, agora para pedir permissão para realizar contato direto com aqueles que seriam os sujeitos do estudo, foi preciso fazer uma mudança na metodologia antes pensada.

Ocorreu uma alteração no que diz respeito à participação de meninos e meninas com menos de 18 anos de idade. O Conselho Tutelar agiu para que fosse proibido o trabalho de menores de idade nas ruas da cidade. Assim, nesse momento em que foi retomado o contato com o projeto soube-se que não participavam mais sujeitos com menos de 18 anos de idade e que, agora todos aqueles que estavam no Faixa Azul, além da questão da idade, tinham registro em carteira profissional.

4.1 Revendo o mapa de ações: planejando o caminho

4.1.1 Os sujeitos da pesquisa: únicos e singulares

Por conta da nova configuração do projeto Faixa Azul, os sujeitos dessa pesquisa foram adolescentes e jovens. Optou-se por essa nomenclatura tendo por base a faixa etária, critério adotado para a inserção nesta nova fase do projeto. Por isso, foram ouvidos dois grupos de sujeitos assim divididos:

Grupo 1) Adolescentes que trabalharam no Faixa Azul no período anterior à reformulação.

Grupo 2) Jovens (maiores de 18 anos) que estavam trabalhando no Faixa Azul com carteira assinada, dentro de um regime de 8 horas por dia no período da pesquisa.

A opção pela classificação de grupo 1 e grupo 2 se deu por uma ordem temporal de participação no projeto, identificando o primeiro e segundo grupo analisado a partir da modificação assumida pelo Faixa Azul.

De posse das antigas fichas de inscrição no Faixa Azul (46 analisadas durante a primeira fase do estudo) foram pré-selecionadas aquelas referentes a indivíduos, de ambos os sexos, que estariam com menos de 18 anos de idade. Assim, foi encontrado um contingente de 37 possíveis sujeitos para participarem da pesquisa.

Encontrar participantes que pertencessem ao grupo 1 tornou-se um desafio, porque foi preciso analisar as fichas de inscrição do ano base 2007 e recolher informações que indicassem uma forma de contato com os adolescentes. Após a definição de uma amostra, feita a partir de um sorteio aleatório, fui aos endereços em busca dos ex-participantes do Faixa Azul.

Assim, esse primeiro grupo conta com 6 adolescentes, dentro daquele contingente de 37 sujeitos, não sendo necessariamente os primeiros sorteados. Dentre esses primeiros, alguns já tinham mudado de endereço e outros não manifestaram interesse em colaborar, o que tornou a busca árdua e frustrante em alguns momentos.

Foi possível realizar essa busca somente aos finais de semana, devido ao horário escolar tanto por parte de cada adolescente como por parte do horário e local de trabalho dessa pesquisadora. Inicialmente priorizei aqueles que ficavam no mesmo bairro para facilitar e agilizar a busca.

O receio de participação demonstrado por alguns pais e adolescentes pode ter sido fruto da interrupção do projeto ou medo de que eles tivessem que responder por algo que lhes fosse comprometedor. Encontrados os 6 adolescentes dispostos a

participar do questionário, foram definidos os locais para a aplicação dos mesmos de forma individual e de acordo com a disponibilidade de cada um.

A coleta de dados foi feita em algumas residências, em uma praça da cidade e em um Lava-jato (atual ambiente de trabalho de um dos entrevistados). Isso porque, para esse grupo, não era possível contar com a sala do Faixa Azul a fim de evitar problemas com o Conselho Tutelar.

O segundo grupo envolveu 4 sujeitos, de um total de 10 que no momento do estudo compunham o Faixa Azul. Desses dez quatro tinham mais de 25 anos, não atendendo ao perfil que se pretendia conhecer, o que fez com fosse possível contar apenas 6 jovens para entrevistar. Dois desses seis jovens não quiseram participar da pesquisa, o que reduziu o número para 4 sujeitos. Dentre 4 entrevistados apenas 1 trabalhou antes no Faixa Azul, ainda quando era permitida a participação de menores de idade.

Como os componentes desse grupo contam com uma sala localizada no centro da cidade, onde é a sede do Faixa Azul ²¹, as entrevistas foram realizadas nesse local. As entrevistas aconteceram no horário do almoço deles, visto que eles não dispunham de um outro tempo para as entrevistas e também pelo fato de ser o local com o qual eles se identificam. Quem nos apresentou foi o supervisor que, já interado sobre a pesquisa, mediu o processo de apresentação e auxiliou no momento da seleção, informando aqueles que estariam dentro da faixa etária desejada para participar do sorteio.

4.1.2 Dos instrumentos de pesquisa

Foi inevitável ter que “re-pensar” e “re-organizar” o estudo nos pontos que dizem respeito aos recursos metodológicos. Tendo em vista a mudança ocorrida no projeto foi preciso realizar adaptações de acordo com o tempo e as características de cada grupo. Questões que não se aplicavam a um grupo exigiram adaptações, sem que com isso fosse alterado o objetivo principal e suas derivações.

²¹ A sede de funcionamento do Serviço de Obras Sociais que mantinha o Faixa Azul foi transferida para outro local, também devido às mudanças no projeto. Assim, como ficou desvinculado do SOS o Faixa Azul precisou encontrar outro local para ter como sede.

Estabelecer as estratégias para o alcance dos objetivos envolveu uma abordagem de pesquisa de natureza qualitativa tendo em vista os dados sociais encontrados, a partir da sua ocorrência em ambiente natural. Foi possível encontrar nos estudos do materialismo histórico de Marx subsídios para analisar a realidade dos adolescentes e jovens do Faixa Azul com base na totalidade da sua situação concreta, de seu contexto comum (ANEXO B).

O materialismo histórico, enquanto proposta de método investigativo de um fenômeno social, implica em conhecer e examinar toda a realidade que se dispôs a pesquisar. Assim, dentro dessa perspectiva, torna-se necessária uma análise teórico-metodológica do fenômeno social, multideterminada por uma síntese de relações que foram constituídas no interior de um contexto sócio-histórico.

A visão do adolescente e do jovem, enquanto sujeitos que adquiriram direitos e para os quais foram articuladas políticas específicas seja em nível federal, estadual ou municipal, demanda o entendimento de um contexto a ser pesquisado dentro de sua totalidade também sócio-histórica.

O materialismo histórico que norteia o pensamento marxista apresenta-se como sendo uma possibilidade teórica de interpretação da realidade almejada. O método materialista histórico caracteriza-se pelo movimento do pensamento, através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, porque propõe-se a descobrir as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história.

Buscando a compreensão do contexto estudado, focalizando os fatores reais da vivência e experiências dos meninos e meninas do Faixa Azul foram definidos os instrumentos de pesquisa. Para os sujeitos do chamado grupo 1, foi aplicado o questionário de número 1 (ANEXO C) composto por 52 questões, sendo algumas abertas e outras fechadas. Para o segundo grupo, foi aplicado um outro questionário com 50 questões de forma similar (ANEXO D). Os questionários foram elaborados com base em um outro questionário mais amplo utilizado na pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” realizado pelo Instituto Cidadania e parceiros publicada no ano de 2005.

Dessa forma, foi possível conhecer os elementos comuns e contraditórios presentes, ao mesmo tempo, nessa realidade como um todo.

A proposta do materialismo-histórico possibilita ainda a realização de uma análise teórico-metodológica de um fenômeno social através da sua totalidade. Para a análise desse fenômeno – *a dimensão educacional nas políticas para a juventude* – foi preciso a definição de certas categorias de análise. Foram estabelecidas *três* categorias de análise:

- 1) *Educação;*
- 2) *Trabalho;*
- 3) *Papel da juventude;*

Para buscar subsídios que favorecessem a decomposição e análise dessas categorias, de posse dos questionários aplicados durante o segundo semestre do ano de 2008, o próximo passo foi proceder à leitura e análise das perguntas e respostas, em consonância com as categorias de análise. Em seguida, foi construído o banco de dados a partir das questões de cada questionário e foi utilizado um software para agrupar os dados encontrados e gerar tabelas (Anexo E). O *SPSS - Statistical Package for the Social Sciences* – que é um Programa utilizado nas Ciências Sociais. Posteriormente, foi feita a análise dos dados.

Ainda como parte da metodologia foi construída e aprimorada uma tabela (Anexo F) que possibilitou o estudo comparativo e o mapeamento sobre a educação nas políticas para a juventude em vigor em âmbito nacional. Entendendo-a como base importante nesse estudo, ela subsidiará as discussões presentes no próximo capítulo, configurando-se como aporte teórico para a compreensão das informações encontradas. A principal fonte para a construção dessa tabela foram os sites do governo federal sobre o ProJovem, Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Serviço Civil Voluntário, o Programa Adolescente-Aprendiz e o Faixa Azul.

CAPÍTULO 5

Análise de dados

A partir dos dados provenientes dos questionários aplicados, foi recolhido um conjunto de respostas individuais sobre a (s) experiência (s), vivência(s) e opinião (ões) dos adolescentes e jovens, visando apreender a respeito das especificidades dos sujeitos da pesquisa. A fim de não causar nenhum constrangimento aos participantes, lhes foi garantido o anonimato da identidade, por isso, como princípio ético inerente à pesquisa os nomes utilizados são todos fictícios.

O passo inicial foi elaborar duas matrizes no SPSS, uma referente a cada questionário. Em seguida, foram lançadas as respostas individuais de cada questionário na matriz para a confecção do banco de dados e construção posterior de tabelas, possibilitando uma visão geral e, ao mesmo tempo, particular das respostas. Para auxiliar nesse recurso, as respostas abertas foram todas transcritas de modo literal e depois categorizadas, proporcionando ora a identificação de uma resposta em particular, ora uma visão de conjunto.

Os primeiros aspectos a serem conhecidos foram os dados referentes às características dos adolescentes e dos jovens participantes do Faixa Azul de forma a permitir um esboço acerca do perfil desses sujeitos.

5.1 Do perfil dos sujeitos da pesquisa

Grupo 1 – Adolescentes que já trabalharam no Faixa Azul

Em termos de idade o público antigo participou com cinco rapazes e uma moça, com idade compreendida entre os 15 e os 18 anos. Devido a essa constatação houve a opção de usar o termo adolescente para designar o público antigo, ou seja, aqueles que trabalharam no Faixa Azul no período anterior.

O número de moradores encontrado em suas residências ficou entre três e nove integrantes, sendo que, dentre esses moradores, em cada casa havia pelo menos uma pessoa trabalhando.

Grupo 2 – Jovens que trabalham atualmente no Faixa Azul

Em termos de idade, o grupo 2 contou com quatro jovens com idade compreendida entre os 18 anos completos e os 25 anos e todos os participantes pertencem ao sexo masculino. A opção pela utilização do termo jovem foi baseada, assim como no grupo 1, na faixa etária encontrada; sabendo que esse não é um critério determinante para designar quem é adolescente e quem é jovem.

Nesse grupo, a renda mensal familiar concentra-se nos limites de um a dois salários mínimos e o número de moradores por casa é de quatro a sete integrantes. Para um desses jovens o salário recebido no Faixa Azul é a única fonte de renda para toda a família. Vale esclarecer que esses jovens possuem carteira assinada e recebem um salário mínimo por mês.

Em ambos os grupos, os entrevistados pertencem a famílias com um baixo poder aquisitivo e todos estudaram ou estudam em escolas da rede pública de ensino.

Diferentemente, entre os jovens que estão trabalhando atualmente no Faixa Azul em regime de 8 horas por dia e com carteira de trabalho assinada, foi possível constatar que a idade dos entrevistados tem pouca variação. Isso deve-se à exigência por parte da coordenação e à fiscalização por membros do Conselho Tutelar da cidade que indicam, para a participação, a idade mínima de 18 anos completos.

Antes de fazer pesquisa com o grupo 1 foram coletadas informações gerais como: nome, idade e tempo de participação nesse trabalho com o supervisor de trabalho, que é quem lida diariamente com os jovens, tendo desempenhado essa função anteriormente. De posse de tais informações, foi realizado um sorteio entre eles para selecionar quem participaria do questionário. Durante essa análise, foi verificado que um trabalhador tinha 32 anos de idade, não “enquadrando-se”, portanto no perfil dos pesquisados em termos de idade.

5.2 O que têm a dizer os adolescentes e os jovens?

As cinco categorias para a análise dos dados coletados são fruto do estudo feito. Foram planejadas e orientaram a construção dos instrumentos de pesquisa. As respostas fornecidas pelos participantes da pesquisa serão apresentadas e analisadas

com o objetivo de contribuir para o conhecimento da questão que se estipulou como indagação primeira desse estudo.

1) Papel do jovem

Convidados a pensar em suas adolescências e juventudes, os sujeitos da pesquisa mostraram-se incomodados por terem que refletir sobre certos questionamentos. Incômodo esse não no sentido negativo, mas sim de serem incitados a pensar a respeito de aspectos ao mesmo tempo simples e complexos, envolvendo a própria adolescência ou juventude. Foi significativo notar que alguns deles não haviam pensado em si próprios, enquanto um adolescente ou jovem, mas ao mesmo tempo souberam apontar qual era a opinião que se tinha sobre eles.

Dentro dessa categoria, um primeiro questionamento foi perguntar como a sociedade vê o adolescente e o jovem. Além do total de cinco alternativas fornecidas, uma possibilitava ao entrevistado formular outra resposta bem pessoal. Entre as respostas observadas, somente uma apresentava conotação positiva, que foi a opção escolhida por metade dos entrevistados. Somando-se as respostas dos dois grupos, verifica-se que na opinião de cinco entre os dez entrevistados, a sociedade os vê como uma esperança para o futuro. Para outros quatro, a sociedade nunca pensa a respeito deles e um jovem afirmou que a sociedade percebe o jovem como um problema.

Quando indagados a dizer sobre o que pensavam sobre o adolescente e o jovem, nos dois grupos pesquisados houve empate. Para metade dos adolescentes e metade dos jovens, a opção escolhida foi “somos uma esperança para o futuro” e para a outra metade de adolescentes e de jovens a alternativa escolhida foi “nunca pensei sobre isso”. Tal incidência de respostas fez emergir a possibilidade de pensar que a população jovem e adolescente é pouco ouvida pela sociedade, ao mesmo tempo em que alguns querem falar sobre suas particularidades e dúvidas outros lidam com a sua condição juvenil como sendo tão natural que nem lhes é permitido parar para refletir a respeito de tal condição. Parece que, para alguns deles tudo se torna natural dentro de suas condições de vida, sejam aspectos negativos ou positivos.

Adolescentes e jovens suplicam para serem ouvidos, é uma súplica silenciosa e solitária. Por vezes aqueles que lhes abrem os ouvidos e aconselham são os amigos e

irmãos que, ou são da mesma faixa etária, ou também não puderam contar com ninguém quando experimentaram as mesmas angústias.

Os grupos passam a ser espaço de pertencimento e representação de seu ser jovem. Em muitas situações são alternativas de ação ou canal de participação na sociedade. Nesse sentido, também os grupos se adaptam para acolher as aspirações dos jovens, pois os motivos pelos quais os indivíduos participam são os mais variados, e o fazem conscientes de suas diferenças, próximos ou mesmo intimamente ligados. O que os une são justamente as relações próximas e significativas (MOTTA, 2007, p.52).

Foi pedido a esses sujeitos para apontar quem era a pessoa que mais lhes dava atenção nos assuntos que lhes são importantes. As opções, por ordem de referência foram: mãe e irmão (três sujeitos em cada grupo), amigo (dois sujeitos), avó e esposa (um sujeito para cada grupo).

Foi questionado se os jovens podem mudar o mundo, fornecendo como opções de resposta: “com certeza”, “talvez” e “não”. Para um dos jovens entrevistados, Felipe, o negativismo passado em sua resposta traduz-se mais em uma preocupação com a falta de experiência do que propriamente com uma incapacidade do jovem diante de tal possibilidade. Os demais foram positivos e demonstraram acreditar em suas capacidades.

Grupo 2

Com certeza. A gente tem força de vontade (André).

Com certeza. Se eles que vão comandar daqui a um tempo. Se eles não começarem com a corrupção (Paulo).

Com certeza. A gente é mais livre e não aceita coisa errada (Mateus).

Não. Porque as pessoas já aprendem tarde, até elas aprenderem, já se foi o tempo (Felipe).

Quando foi perguntado se os adolescentes poderiam mudar o mundo, as opiniões também foram positivas, apenas dois sujeitos não acreditam nessa possibilidade. Para os demais, as justificativas dizem respeito a aspectos como inteligência, responsabilidade, maturidade e consciência.

Com certeza. Daqui a alguns anos, nós vamos ser de maior, vai ter novos cientistas (Gabriel).

Com certeza. Porque nós somos muito inteligentes e tem muitos jovens que são responsáveis (João).

Com certeza. Ele vai amadurecendo. Tem que pensar nas coisas que vai fazer (Isac).

Com certeza. Cada um deve fazer a sua parte e não cair no mundo das drogas (Samuel).

Para oito do total dos dez sujeitos, fomentar um maior número de empregos foi apontado como principal responsabilidade dos governantes, seguida por melhores escolas, o que correspondeu a duas das respostas totais. Nesse questionamento, ficou notória a preocupação dos participantes com emprego que, na cidade é algo escasso principalmente para aqueles com pouca experiência.

Quando foi solicitado que eles indicassem qual era a maior vantagem de ser um adolescente (para o grupo 1) e de ser um jovem (para o grupo 2) as opções escolhidas foram: “ter mais liberdade”, com quatro escolhas (grupo 1 e 2); “ter pouca responsabilidade” com três escolhas; “não existe nenhuma vantagem” e “ter mais tempo para aprender” com uma escolha cada. Um adolescente escolheu a opção “outra resposta”, justificando:

Não precisamos ter muita responsabilidade, pode sair e namorar
(Gabriel).

Também foi pedido que eles apontassem qual seria a maior desvantagem em ser um adolescente ou um jovem, as respostas variaram de acordo com cada grupo. Entre os adolescentes, as opções “falta de liberdade e independência” e “ter que assumir responsabilidades” foram selecionadas por dois sujeitos, em cada opção. Depois, com uma indicação, encontram-se as respostas “ter pouca experiência” e “não existe nenhuma dificuldade”.

Já entre os jovens, o item “ter pouca experiência” teve três ocorrências, enquanto um jovem afirmou que a maior desvantagem é “ter que assumir algumas responsabilidades”. Em um outro item, o futuro profissional foi apontado como assunto que mais interessava a cinco dos dez entrevistados, o que demonstra uma preocupação recorrente com a questão da aquisição de experiência mencionada por quatro sujeitos entrevistados e do fomento de empregos e melhoria das escolas como responsabilidade principal dos governos.

Na maré neoliberal os jovens são empurrados pelas ondas do capital tendendo a perceber-se a si mesmos como incapazes de nadar contra a corrente visando modificar a realidade que lhes foi imposta. Ainda assim, eles acreditam no seu potencial e são

conscientes de que é preciso que lhes sejam oferecidas condições para que possam atuar.

2) Educação

Foi constatado a partir de entrevistas que o projeto original do Faixa Azul foi uma iniciativa de cunho assistencial que lidava com adolescentes e jovens dentro do município de Barbacena, em Minas Gerais. O projeto foi fruto da organização de um grupo em particular objetivando manter creches infantis e propiciar um trabalho que servisse de fonte de renda para jovens oriundos de classes populares, com a condição de que estivessem matriculados em uma escola da rede pública de ensino. A partir da mudança ocorrida relativa ao fator “idade mínima para a inserção no projeto”, a exigência de matrícula no sistema escolar não permaneceu como uma condição prévia.

Entre os dez participantes (junção dos dois grupos) houve diferenças e semelhanças de respostas e opiniões no que concerne aos quesitos que envolviam o tema escola. Ora foi falado na escola como algo ímpar dentro do contexto atual, ora foi falado na escola como algo distante do mundo real, principalmente no que tange às questões específicas da adolescência e juventude.

Dentre os sujeitos que integraram o grupo 1, alguns dados revelaram que: entre os adolescentes pesquisados apenas um (João) não tinha repetido nenhuma série, todos os outros cinco apresentaram distorção no quesito série / idade.

No grupo 1, apenas um jovem externou o desejo de prosseguir com os estudos, sendo que, no momento da pesquisa três estavam estudando (todos no Ensino Médio) e um havia parado na 4^a série do Ensino Fundamental. Esse último tinha 25 anos de idade. Dois jovens afirmaram que a escola é muito importante na vida, enquanto que, para outros dois:

Muito importante. Se você não souber ler, nem escrever (André).

Muito importante. Na escola a gente pode conseguir um emprego melhor. Mais tá difícil (Mateus).

Dentre os outros dois, jovens questionados um afirmou que a escola tem pouca importância enquanto o outro declarou que ela não tem nenhuma importância. O jovem Felipe que não delegou nenhuma importância para a escola é o mesmo que possui o

ensino fundamental incompleto, tendo demonstrado insatisfação com o sistema escolar. Ambos revelaram descrença quanto à função da escola frente às expectativas que pareciam trazer.

Pouca. Porque para mim é a mesma coisa que não ter estudado (Felipe).
Nenhuma. Tem outros cursos por aí” (Paulo).

A resposta do jovem Paulo deixa transparecer que a escola já não é mais percebida como o único meio capaz de promover o acesso a uma ascensão social ou apenas assegura uma permanência no mundo do trabalho, o que, em certa medida, não nega a necessidade de se fazer uma avaliação justa das possibilidades que ela oferece.

O mundo do trabalho ficou mais competitivo e ao mesmo tempo mais flexível. Regras dos contratos trabalhistas são postas em questionamento constante. Inserir-se no mundo do trabalho requer conhecimentos inerentes ao mundo globalizado e cada vez mais rotativo, na mesma medida em que obriga o trabalhador a lidar com novas regras de regulação e formatação dos velhos moldes contratuais de trabalho (SENNETT, 1999). Porém, fica limitado pensar na escola somente pela lógica do mundo do trabalho.

Os sujeitos do grupo 2 foram otimistas nas respostas, sobre a mesma questão, que perguntava sobre a importância da escola em suas vidas. No conjunto das respostas, os seis adolescentes afirmaram que a escola é muito importante para suas vidas, demonstrando a assertiva ao discorrerem sobre os motivos por opção de resposta.

Muita. Porque ela me ajuda a conseguir um bom emprego e a ser alguém na vida (Sara).
Muita. Porque eu quero ter um futuro digno (Lucas).
Muita. Sem estudo você não é nada (Gabriel).
Muita. Porque sem estudo não tem trabalho (João).
Muita. Porque eu vou ser alguém na vida (Isac).
Muita. Sem estudo eu não vou para frente. Não vou conseguir um emprego (Samuel).

O tom das justificativas demonstra a visão de que os conhecimentos transmitidos, via escola, são uma maneira ideal de um vir-a-ser, uma ponte legítima e segura para a garantia de um futuro melhor e com o acesso a um trabalho digno. Essas opiniões sobre importância da escola estão calcadas em perspectivas futuras, deixando

claro que os adolescentes acreditam em uma função da escola para além dos conteúdos formais.

Ainda sobre esse grupo, onde todos estavam frequentando a escola, abandonar os estudos não apresentou-se como uma possibilidade viável. Apesar de todos serem menores de idade estando sob a proteção e responsabilidade dos pais, nenhum mencionou que gostaria de abandonar a escola.

Quando indagados se já haviam pensado em abandonar a escola, dois adolescentes (33,3% do total) deram respostas afirmativas apoiando-se em sentimentos pessoais que parecem estar relacionados a alguma experiência vivida no interior da escola. Um alegou falta de apoio por parte dos professores e o outro disse achar os estudos muito difíceis.

Uma outra visão acerca da função atribuída à escola, quando questionados se a escola entendia os seus alunos adolescentes e jovens as respostas tenderam para o lado negativo. Tendo por opção de resposta intensidades diversas: “muito”, “mais ou menos”, “pouco” e “nada”, foi constatado que somente para um jovem a escola é capaz de entender muito os seus alunos. No total dos dez entrevistados, quatro afirmaram que a escola não entende nada a respeito de seus alunos.

Foi perguntado diretamente se a escola se interessava pelos problemas de seu bairro e cidade. Existe uma relação entre o negativismo das respostas dos integrantes dos dois grupos que pode encontrar respaldo também na opinião deles quando indagados a falar a respeito dos interesses (ou não) da escola pelos problemas do seu local de moradia. Para três dos quatro jovens do grupo 2, a escola se interessa mais ou menos pelos problemas de seus bairros e cidade; enquanto que, para cinco dos seis integrantes do grupo 1, a escola não demonstra nenhum interesse pelos problemas existentes em seus bairros e cidade.

O pouco ou nenhum interesse, por parte da escola, diante das dificuldades do local de moradia dos alunos demonstrado pelos entrevistados encontra reflexo na questão relativa ao desinteresse da escola, em procurar ouvir e entender os seus alunos. No somatório dos dois grupos, cinco indivíduos manifestaram que se sentem mais ou menos compreendidos dentro do ambiente escolar, outros quatro sujeitos

disseram que a escola “não entende nada” enquanto que, apenas um adolescente afirmou sentir-se muito entendido pela escola.

Ao mesmo tempo em que é percebida como ponte para o alcance de um futuro mais digno, proporcionando formação e acesso ao trabalho, os entrevistados, em contra-partida, pensam que a escola deve manter uma interação efetiva para com o contexto de seus alunos adolescentes e jovens. Subentende-se, então que a educação para os sujeitos da pesquisa é um processo que ultrapassa o espaço escolar, bem como as relações estabelecidas no interior desse espaço. Os agentes envolvidos nesse cenário e os conhecimentos propostos são elementos constitutivos para a efetuação da educação em seu sentido pleno, estando relacionada aos acontecimentos do mundo:

A educação passou a ser observada como um processo de humanização, que vai além do crescimento individual, mas o alcança nas formações sociais em que a pessoa se realiza. A Educação possui valor “quantitativo” (a fase da infância, a adolescência e a adulta, e mais a comunidade na qual está inserida e interage), consiste também, num valor “qualitativo”, pois a Educação passa a ser estruturada sob uma visão dos conceitos de Educação permanente e de sociedade educadora (KANTHACK, 2007, p. 8-9).

Um outro ponto levantado pelo estudo em forma de questão foi a pergunta sobre o que, na opinião de cada um deles, a escola deveria fazer pelos adolescentes ou jovens. As respostas foram:

Grupo 1

Eles teriam que melhorar as aulas. Espero que ela me ajude a ter um futuro pela frente (Sara).

Ajudar na nossa educação, Dar mais sabedoria(Lucas).

Espero ajudar as pessoas a dar ânimo para estudar. Ajudar a voltar a gostar de estudar (Gabriel).

Ter reforço. Entendimento e calma, paciência (João).

Ter mais esporte. Ter professores bons.(Isac).

Melhorar a educação. Mais ensino (Samuel).

Grupo 2

Dar mais atenção para os nossos problemas (André).

Observar mais a dificuldade dos alunos (Paulo).

Ter mais atenção para com os alunos (Felipe).

Devia ter mais esporte nas escolas (Mateus).

Quando instigados a falar se os conhecimentos ensinados na escola ajudam ou ajudaram no trabalho no Faixa Azul, foram feitas correlações simples entre as demandas pertinentes ao trabalho e os conhecimentos escolares.

Grupo 1

Raramente. Porque o Faixa Azul não tinha nada a ver com a escola (Sara).

Raramente. Geografia. Mexe com Geografia um pouco (Gabriel).
Sempre. A Matemática por causa do troco (João).

Grupo 2

Às vezes. Quando preciso anotar e pra receber (André).
Raramente. Para escrever no papelzinho do Faixa Azul (Paulo).
Às vezes. Porque precisa saber contar (Felipe).
Sempre. Pra escrever no talão, fazer as contas (Mateus).

Na soma dos dez sujeitos que integraram a pesquisa, apenas um (André) de 19 anos havia concluído o Ensino Médio e, outros dois (Felipe e Paulo) haviam parado os estudos. Felipe parou na 4 série do Ensino Fundamental e Paulo parou no 1º ano do Ensino Médio. Os outros 7 estavam estudando.

Existe uma singularidade no papel da educação escolar, mas ao mesmo tempo, ao ultrapassar os portões da escola essa singularidade adquire características que podem ser suplantadas pela multiplicidade de informações e possibilidades existentes.

É legítimo pensar que no exercício das atividades laborais, na convivência familiar e com os pares encontram-se possibilidades reais de educação. Em especial tanto a educação quanto o trabalho são atividades próprias aos seres humanos. O modelo capitalista calcado na divisão de classes e regido pelo lucro ocasionou influências não só nas relações de trabalho, mas também, gerou a organização do processo de produção, permitindo que a escola fosse organizada como sendo um espaço isolado dos espaços de produção dos meios de vida (SAVIANI, 2007).

Parte-se do pressuposto de que as políticas para a juventude surgiram da necessidade de oferecer aos jovens brasileiros oportunidades de suplantar carências individuais ao mesmo tempo em que tentam valorizar as diferenças. Urge pensar em outras necessidades.

A educação é o ponto central nessa relação, visto que o tradicionalismo das escolas, a ausência de um diálogo concreto entre escola e comunidade e a falta de articulação entre a educação e a realidade dos alunos podem contribuir para anular as chances de que sejam suplantadas as carências.

Isto não quer dizer que a escola seja a responsável pelas desigualdades sociais, afinal não é possível ignorar a totalidade histórica. Conforme mencionado antes, a constituição de cada sociedade foi por vezes condicionada pelos modos-de-produção de cada época e lugar e a cada Estado coube proceder ou de forma restrita, apenas no

nível da sociedade política, ou de forma ampliada, vinculando *sociedade civil* e *sociedade política*.

As escolas podem estar abertas ao diálogo com os programas governamentais existentes em suas cidades que possam beneficiar seus alunos. Sobre esse aspecto, o que deveria ocorrer, na verdade é uma mobilização por parte dos profissionais da educação para que o aluno não abandone a escola regular. O incentivo pela participação de adolescentes e jovens na comunidade escolar poderia acontecer no âmbito da formação profissional e da assistência financeira, médica ou psicológica que fosse fornecida por esses programas. Como pôde ser constatado na pesquisa, mesmo com a divulgação por meio da mídia alguns dos entrevistados desconheciam programas governamentais voltados para esse público.

Assim, dentro dessa análise para pensar na realidade desses adolescentes e jovens foi significativo pensar nas características dessa sociedade em que eles estão inseridos. No conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção que fomentam as diferenças de oportunidades entre adolescentes e jovens, inclusive no universo restrito da população atendida pelo Faixa Azul, tendo em vista o número total dessa população existente na cidade. Percebe-se que o modo de produção capitalista não é favorável ao contingente pesquisado porque na organização da sociedade capitalista vigente busca-se a organização da sociedade de maneira a atender a produção do mercado. As demandas sociais são tratadas de forma paliativa não englobando a todos, assim como na divisão dos lucros que ficam concentrados nas mãos de uns poucos, perpetuando-se, cada vez mais, diferenças sociais negativas que manifestam-se nos vários âmbitos, inclusive no educacional.

Os integrantes dos grupos investigados que conheciam alguma ação fizeram menção ao programa Adolescente-Aprendiz²² que, no momento da pesquisa, estava com inscrições abertas na cidade, tendo sido colocada como uma alternativa para a participação de adolescentes egressos do Faixa Azul.

²² O Programa Adolescente-Aprendiz na cidade de Barbacena é fruto da ação da Fundação Marianense de Educação em parceria com empresários e comerciantes da cidade. Atualmente, duas redes de supermercados da cidade empregam e capacitam adolescentes na condição de aprendizes.

Já entre os sujeitos do grupo 2, as ações apontadas foram na área do esporte e lazer que não dizem respeito propriamente a ações diretamente ou exclusivamente ligadas ao jovem, mas sim a toda uma comunidade – é o caso da construção de uma praça esportiva. Tal obra foi citada por dois dos entrevistados que moram no mesmo bairro. Porém a indicação dessas ações pode estar ligada aos próprios interesses dos jovens, como o acesso ao esporte, por exemplo.

Spósito e Corrochano (op cit) salientaram em seu estudo que a transferência de renda nos programas governamentais para a juventude aparecem como uma razão forte para a permanência dos jovens nos programas, o que por outro lado não ameniza ou elimina a insegurança que sentem diante de uma possibilidade de o programa não continuar e de que eles possam conseguir viver sem serem dependentes das ações do Estado. Para as autoras o que está posto é uma questão mais profunda vinculada à efetivação de direitos em detrimento de ações voltadas para a superficialidade.

Assim, nos interstícios da crise do mundo do trabalho, da ausência de direitos efetivamente assegurados de acesso ao lazer e aos bens culturais, e de um sistema educativo capaz de acolher seu novo público, ocorrem os programas de transferência de renda aos jovens, incapazes por si sós de assegurar transformações mais densas nessas esferas (Spósito e Corrochano, 2005, s/p).

Em seu estudo Stort (2007) vem falando do chamado terceiro setor como mantenedor e provedor de ações destinadas a suprir falhas do sistema que atinge aos mais carentes (financeiramente falando). Para a pesquisadora, existe um novo significado para o que se denomina como sendo uma questão social, que na acepção do estudo foi considerada como uma nova faceta da exclusão social, porque as políticas sociais implantadas podem não permitir uma real integração social.

3) Trabalho

O trabalho exercido no Faixa Azul é (e foi) uma atividade desenvolvida por adolescentes e jovens detentores de um baixo poder aquisitivo, mas de forma nenhuma de baixa capacidade intelectual. A realidade daqueles sujeitos é ímpar dentro do

contexto local de ocorrência por envolver outros tantos que sequer tiveram a oportunidade de participar daquele trabalho.

É notório que existe uma divisão de papéis e de posições entre todas as pessoas envolvidas em tal processo: trabalhadores do Faixa Azul, motoristas que usufruem os serviços, a comunidade escolar, familiares e os idealizadores e gestores do projeto. O fato é que esse trabalho que, por um lado não exige uma maior formação e qualificação de seus trabalhadores, e por outro foi durante muitos anos sustentado também como uma atividade de cunho filantrópico, mantém desde a sua origem um caráter assistencialista.

O assistencialismo se deve ao fato de que, aos inúmeros adolescentes e jovens que participaram e participam de tal atividade, foram fornecidas oportunidades de uma origem honesta de renda, ainda que pequena.

O tempo de permanência dos participantes do grupo 1 no Faixa Azul esteve condicionado à possibilidade de um outro trabalho melhor. Cinco entre os seis adolescentes ouvidos declararam ter como intenção ficar naquele trabalho até conseguirem outro emprego, contra apenas um adolescente que pretendia ficar até completar 18 anos de idade. Indagados se haviam gostado ou não de estar no Faixa Azul, houve um empate entre as respostas sim e não, três a três adolescentes. As respostas negativas foram relacionadas ao salário e às condições de trabalho.

Grupo 1

Não. Porque além de receber pouco ficava do dia inteiro (Sara).

Não. Porque as pessoas humilhavam muito (Gabriel).

Não. Tinha muita exploração (Lucas).

Já para aqueles que declararam terem gostado de estar no Faixa Azul as justificativas giraram em torno da oportunidade de se ter um dinheiro ao invés de ficar à toa e de poder ter com quem conversar. Para esses, os benefícios não giram apenas em torno da questão financeira, mas também foram valorizados os aspectos de socialização proporcionados no desempenho da atividade:

Sim. Foi muito bom, tinha várias pessoas para conversar (João)

Sim. Porque foi bom para mim. Eu via o movimento na rua (Isac).

Sim. Porque não tinha nada para fazer. Ganhava um outro dinheiro (Samuel).

Sobre questão semelhante no grupo 2 apenas um jovem disse não gostar do trabalho, mas mesmo assim a resposta negativa esteve mais relacionada às condições inerentes ao trabalho do que com a atividade em si.

Não. Às vezes não. Quando chove, não (André).

Como o local de trabalho é exclusivamente na rua e durante a época da aplicação dos questionários estava chovendo constantemente, tal insatisfação foi mais devido ao momento do que ao trabalho em si. Nos outros 75% dos casos foi manifestado o gosto pelo trabalho desempenhado, enaltecendo as características consideradas favoráveis.

Sim. Serviço leve, menos esforço (Paulo).

Sim. Porque me ajuda na metade das coisas (Felipe).

Sim. Porque é um trabalho bom, é leve (Mateus).

Os adolescentes que trabalharam no Faixa Azul ficaram por menos de um ano, cerca de 66,7 por cento dos entrevistados. A maior “queixa” foram relativas ao baixo rendimento que a atividade profissional oferecia. Agregado a esse fator, o fato da impossibilidade de participação de menores de idade no Faixa Azul fez com que alguns abandonassem a atividade por conta própria.

Um fator significativo constatado foi que os adolescentes que tomaram a iniciativa de se inscreverem no trabalho tiveram maior facilidade no momento de optar por abandoná-lo, visto que não foi preciso pedir a permissão dos responsáveis. Assim, os adolescentes tiveram autonomia para agir e optar por participar e abandonar o trabalho, sem influência direta dos pais ou responsáveis.

Apenas um adolescente teve a sua inserção no Faixa Azul por meio do auxílio de uma outra pessoa, o que de fato não difere muito da forma de entrada dos outros cinco adolescentes que tomaram a iniciativa de inscreveram-se sozinhos. A diferença, nesse caso, foi que esse sujeito contou com o auxílio de um colega que já estava inserido no trabalho para fazer a sua inscrição. Mas o processo de interesse em trabalhar e tomar a iniciativa da ação foi o mesmo dos demais, o que diferiu foi o caminho traçado.

Foi perguntado acerca do destino dado ao pagamento recebido pelo trabalho no Faixa Azul. Para metade dos adolescentes (três sujeitos) ficava com eles, todo o dinheiro que recebiam. Dos outros três adolescentes apenas um respondeu que

entregava tudo para o responsável. Assim, a família participava desse trabalho não como total beneficiária em termos de dinheiro, valia também o envolvimento dos adolescentes em um trabalho honesto.

O destino do dinheiro recebido e que ficava com os adolescentes tinha como função a compra de artigos pessoais, roupas e para distração, como em Lan houses. É fundamental informar que esses adolescentes recebiam o seu pagamento de acordo com o número de bilhetes de estacionamento que vendiam e, como no funcionamento antigo o número de pessoas que trabalhavam no Faixa Azul perfazia um conjunto com cerca de 46 indivíduos, o valor recebido era inferior a R\$100,00. Informação dita pelos adolescentes e confirmada pelo supervisor de trabalho.

A aquisição de experiência profissional para todos os entrevistados do grupo 1 foi de relevante importância. Eles demonstraram acreditar na importância de obter-se experiências de trabalho para oportunidades futuras, mais do que simplesmente pelo salário ou pela necessidade.

Quando indagados sobre a importância ou não de se começar a trabalhar cedo, os adolescentes foram unânimes nas respostas positivas, afirmaram ser bom. Na justificativa demonstraram uma visão consciente sobre o mundo do trabalho.

Grupo 1

Bom. Porque a gente tem o nosso próprio dinheiro (Sara).

Bom. Porque a gente começa a ter responsabilidade com as coisas (Gabriel).

Bom. Porque você aprende mais. Desde pequeno você aprende (Samuel).

Em um estudo realizado com jovens na cidade de Blumenau (S.C) foi verificado que novas configurações do mercado econômico mundial suscitam transformações no mundo do trabalho atual. O modelo capitalista demanda por profissionais, ao mesmo tempo qualificados e substituíveis face às necessidades do capital

A concepção de que o ato de trabalhar é uma vocação é necessária ao capitalismo, à medida que o aumento de capital é considerado um fim em si mesmo, ou seja, um dever do ser humano (WIEDERKEHR, 2007, p. 32).

Já na presente pesquisa, a entrada no mundo do trabalho foi valorizada pelos jovens entrevistados do grupo 2, enquanto que a formação escolar foi mais valorizada pelos adolescentes do grupo 1. Foram descortinadas reflexões que, ao fazer uma junção com o que é conhecido a respeito das políticas para a juventude no Brasil,

tornou possível estabelecer algumas correlações, especialmente no que tange à educação.

Estimulados a falar se gostariam de “não precisar trabalhar”, as opiniões foram diferentes entre os dois grupos: no grupo 2, os jovens André, Paulo e Felipe afirmaram que, se pudessem, não trabalhariam, apenas Mateus afirmou que não. Manifestando pensamento divergente os sujeitos do grupo 1 foram unânimes ao afirmar que não gostariam. Todos os seis falaram sobre o assunto, exaltando os benefícios do ato de trabalhar, não somente baseados no aspecto financeiro. Essa manifestação dos adolescentes está relacionada com a opinião deles sobre a importância ou não de se começar a trabalhar cedo, pergunta que obteve também a unanimidade de respostas positivas.

Ao serem instigados a falar se a participação no Faixa Azul trouxe benefícios para a vida pessoal e social de cada um deles, no somatório dos dois grupos, sete sujeitos afirmaram que sim.

Para os jovens, houve unanimidade nas respostas positivas. Para os ex-participantes do Faixa Azul, as respostas não foram iguais. Há uma observação que talvez explique essa diferença. Como os jovens estavam todos empregados e com carteira assinada dentro de um contexto em que o desemprego é freqüente, o fato de estar inserido no Faixa Azul fez com que eles de fato percebessem benefícios em suas vidas.

No que concerne aos adolescentes, aqueles que não se sentiram beneficiados, alegaram ter permanecido pouco tempo e ser uma atividade que oferecia um baixo rendimento. Entretanto, quando foi pedido que apontassem alguma diferença, para melhor, ocorrida em suas vidas a partir do ingresso no Faixa Azul, apenas três das respostas mencionaram mudanças positivas.

Não. Porque eu fiquei pouco tempo lá (Sara).

Não. Não pode se dizer que é era um emprego. O ganho era pouco e trabalhava muito (Gabriel).

Não. Não, porque eu fiquei pouco tempo para vê (Lucas).

Sim. Pelo dinheiro (João).

Sim. Me ensinou coisas boas, a ter respeito (Isac).

Sim. Mas não sei falar não (Samuel).

Para os sujeitos do grupo 1, foi perguntado o que significou para eles a saída do Faixa Azul. As respostas foram focadas em questões como ter mais tempo, no aspecto financeiro. Também houve aqueles que alegaram não ter significado nada.

Não significou nada. Mais tempo livre para mim (Gabriel).

Quase nada. Nem pelo dinheiro (Isac).

Fez diferença pelo dinheiro. O que ganhava lá era pouco. Agora eu ganho mais (Samuel).

Nada (Lucas).

Era bom ter o dinheiro para mim, mas foi pouco tempo (João)

Não fez muita diferença. Saí de lá e comecei a trabalhar na garagem. Lá é melhor (Sara).

A participação no Faixa Azul propiciou aos adolescentes e jovens a experiência do convívio com os pares, com o público e com outras pessoas com as quais, talvez, eles não tivessem a oportunidade de se relacionarem. O contato com o mundo exterior através da participação no mundo do trabalho e as próprias relações estabelecidas por conta da natureza do trabalho foram importantes. A percepção acerca dessa importância, por parte dos sujeitos participantes, pôde ser percebida através das falas, mas o reconhecimento da existência dessas relações é inerente a toda e qualquer atividade produtiva.

A relevância de pensar no trabalho como algo que envolve mais do que o econômico, permite a apreensão de um processo que envolve a produção da própria vida. Também Marx não fez suas análises somente sob o prisma econômico, a produção e a reprodução da vida real são vias importantes estando o econômico na base, porém os diversos fatores componentes da superestrutura desempenham igual função sobre o fluxo das lutas históricas. Por isso, quando os entrevistados falaram acerca dos benefícios do trabalho desempenhado no Faixa Azul manifestando aspectos para além do financeiro isso ficou evidente.

O Faixa Azul permitiu e permite aos seus integrantes experimentar relações profundas, para além de um relacionamento entre classes sociais distintas. Se as diferentes condições juvenis fomentam a experiência de diferentes situações juvenis, os adolescentes e jovens desse estudo podem transformar tais experiências em material concreto para transpor as barreiras da dominação intelectual por meio do exercício de uma *contra-hegemonia*. Se a sociedade capitalista reproduz-se no momento da produção, esses poucos adolescentes e jovens acabam por reproduzir os dispositivos

que atendem aos interesses do sistema neoliberal, ainda que não exista uma primazia do econômico sobre as formas superestruturais, outros dispositivos presentes nessa realidade influenciam a produção e reprodução de suas condições; inclua-se aí a ausência das forças políticas e intelectuais locais impulsionando ações que promovam oportunidades a esse contingente populacional, especialmente aos desprovidos de condições materiais.

TABELA 1 – QUESTÃO 45 – A PARTIR DO SEU INGRESSO NO FAIXA AZUL,
EM QUAL ASPECTO DA SUA VIDA VOCÊ SENTIU UMA DIFERENÇA PARA
MELHOR?
PÚBLICO ANTIGO

**A PARTIR DE SEU INGRESSO NO FAIXA AZUL, EM QUAL
ASPECTO DA SUA VIDA VOCÊ SENTIU DIFERENÇA PARA
MELHOR**

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	Adquire mais senso de responsabilidade	1	16,7	16,7
	Deixei de ser tímido (a)	1	16,7	16,7
	Passei a me valorizar mais	3	50,0	50,0
	Não vi nenhuma diferença	1	16,7	16,7
	Total	6	100,0	100,0

Fonte: A dimensão da educação nas políticas para a juventude: espaços possíveis, 2009.

O sentimento da necessidade de ter um tempo livre para si demonstra que, ao contrário do que às vezes é pregado como um fator de risco para a população juvenil, ter um tempo livre para si é tão importante quanto ter o acesso a uma formação profissional, por exemplo. A questão está na forma de utilização desse tempo livre pelo adolescente ou jovem. A partir das falas o entendimento que ficou a respeito desse tempo livre diz respeito a um tempo para estar com os pares, para divertir ou até mesmo para um simples descanso - diferente de uma ociosidade. Se para Marx a estrutura econômica é o fator determinante do Estado, as condições proporcionadas por esse Estado são condicionantes das disparidades negativas vivenciadas pelas adolescências e juventudes brasileiras.

Dentre o grupo 2, apenas um jovem (Felipe), dos quatro participantes, afirmou ter adquirido mais responsabilidade, quando indagados sobre o aspecto de suas vidas no qual sentiu diferença para melhor, a partir da entrada no Faixa Azul. Este jovem, Felipe, é um sujeito que apresenta características distintas dos demais, se compararmos os dois grupos. Ele possui 25 anos de idade, representando a maior idade, além de ser casado e possuir um filho. A aquisição de responsabilidade apontada por ele pode ter sido influenciada também pelo fato de ter uma família para assumir, diferentemente dos demais.

O Faixa Azul atuou em uma zona que demanda por uma ação voltada para o público adolescente e juvenil. Questionamentos quanto à sua estrutura podem ser apontados, principalmente no quesito da participação de setores da sociedade civil. Para os adolescentes e jovens que trabalharam antes no Faixa Azul ganhando pouco, o projeto seguiu como forma de obtenção de recursos para que o Serviço de Obras Sociais agisse assistencialmente na cidade mantendo as creches, mesmo assim a fonte de recursos era escassa. A população juvenil atendida pelo Faixa Azul foi e é pequena face ao universo de necessidades dessa população em toda a cidade, a amplitude restrita do projeto é condizente com a amplitude e restrição das políticas públicas para a adolescência e juventude no Brasil; em termos de objetivos, financiamentos, articulações, implementação e número de sujeitos atendidos país a fora.

As organizações não governamentais expandiram no Brasil, por assim dizer, independente da cotação do dólar ou da atual crise ocasionada pelo não pagamento de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos. As carências sociais das classes menos favorecidas economicamente carecem cada vez mais de ações que busquem minimizar ou superar, na verdade, as crises intrínsecas à desigualdade social do presente, que são um fruto do ontem, mas que podem caminhar para um futuro com ares de passado.

É no âmbito das políticas públicas que setores organizados da sociedade civil interagem entre si e na relação com os órgãos governamentais, de modo mais visível e transparente, criando condições de influenciar no processo de formulação de decisões e contribuir para efetivar a participação do cidadão na vida pública (GONÇALVES, 2006, p. 78).

Se as políticas para a juventude foram gestadas para oportunizar aos adolescentes e jovens uma chance de escrever uma nova história de vida, parece não ser suficiente oferecer somente o papel e o lápis. É preciso mais, e é preciso investir realmente na escola básica. Esse seria um dos passos, apesar de parecer óbvio, o que não significa que essa seria uma ação isolada. O investimento em educação é sempre um investimento com perspectivas de resultados a médio e longo prazo.

Ao terem que responder – adolescentes e jovens - se consideraram muito importante o trabalho no Faixa Azul, as respostas foram positivas para quatro do total dos dez entrevistados; enquanto que três afirmaram se “mais ou menos importante” tendo como justificativa as questões relativas ao comportamento desrespeitoso por parte de alguns motoristas.

Os sujeitos pesquisados souberam apontar a importância que a escola tem na vida deles como também souberam afirmar o que eles achavam que era a principal responsabilidade dos governantes para com o público adolescente e juvenil. Todos eles também afirmaram que trabalhar é uma atividade importante do seres humanos, deixando transparecer que atribuem ao trabalho um valor que não é mensurável apenas por aspectos financeiros. Assim, educação e futuro profissional apareceram em muitas respostas, direta ou indiretamente, mostrando que essas são preocupações presentes em seus cotidianos e fazem parte das relações que buscam estabelecer.

Entende-se que, investir na educação não implica em deixar de investir em políticas sociais - que são um ramo de atuação das políticas públicas. Torna-se necessário fomentar oportunidades, articular ações e abrir caminhos que viabilizem, cada vez mais, que adolescentes e jovens possam vislumbrar possibilidades concretas para pensar e planejar em seus futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E LIMITES

“Deixe-me ir, preciso andar vou por aí a procurar, rir pra não chorar.
Quero assistir ao sol nascer, ver as águas dos rios correr, ouvir os pássaros cantar.
Eu quero nascer, quero viver”. (CANDEIA, Antônio Filho. “Preciso me encontrar”. In: Marisa Monte, 1989).

No momento da escrita dessas considerações finais penso sobre todo o percurso feito até chegar nesse momento, e refiro-me aqui não ao momento da dissertação propriamente dita; é mais do que isso. Essa reflexão implica em perceber e querer que o mundo para tantos adolescentes e jovens lhes seja vasto em opções, que ofereça oportunidades concretas para todos eles. Que lhes sejam fornecidas as condições para que eles possam *escolher caminhos...*

O conjunto da realidade pesquisada foi rico em constatações, descobertas e em mensagens explícitas e implícitas. Estas mais instigantes, porque despertou uma sensação de recomeço. É preciso recomeçar, porque agora já existem algumas respostas e outras tantas, antes nem cogitadas, agora transformam-se em questões que carecem ser respondidas. Uma primeira descoberta que emergiu dessa pesquisa foi a necessidade de superar a dicotomia presente na relação pesquisadora / cidadã barbacenense, visto que, para a realização de um trabalho acadêmico coerente foi fundamental realizar o exercício de estranhamento; assumindo o compromisso ético-político de explicitar as contradições, de dar materialidade ao contexto pesquisado.

A adolescência e a juventude que surgiram antes como elementos terciários para o estudo alcançaram uma posição de centralidade por tratar-se de categorias sociais únicas e ao mesmo tempo repletas de hibridismos. No contexto do Faixa Azul, essas categorias sociais revelaram-se marcantes devido ao significado agregado ao estudo, servindo de base para compreensão de aspectos até então ocultos.

Foi fundamental desvelar a concretude constituinte de algumas dimensões da nossa sociedade. Aqui, refiro-me particularmente ao contexto de Barbacena, que por sua vez insere-se em uma realidade maior. Tal enfoque permitiu o entendimento de que uma lei, uma política social não é alheia a um contexto. O surgimento do Serviço de

Obras Sociais, por meio da articulação de cidadãos da sociedade barbacenense, demonstrou uma preocupação por parte daqueles que dispõem de um poder aquisitivo maior para com os menos favorecidos, tendo no foco de origem a preocupação para com as crianças. O modelo dessa forma de organização remonta aos anos 80, subsidiado no pensamento até então recorrente acerca do papel negativo atribuído ao Estado, cabendo à sociedade reverter ou minimizar as situações de desigualdade social. O Faixa Azul foi um projeto social, fruto da organização de uma sociedade civil específica. Se o seu objetivo inicial era a aquisição de recursos para a assistência de crianças nas creches, a opção pelo emprego da mão-obra-obra de adolescentes e jovens caminhou na direção de dar assistência também a esse público.

A perspectiva de atendimento do SOS de Barbacena não apresentou características dissonantes de outras obras assistenciais existentes pelo Brasil; ao contrário, os modelos assistenciais tinham como atores a criança e os chamados “menores”. As dessemelhanças ficam por conta da maneira como cada entidade organizou-se para captar recursos visando a prestação de serviços que atendessem as demandas existentes cada localidade.

No movimento de luta pela liberdade política e promulgação de uma nova constituição federal, a organização de setores da sociedade civil defendeu também a promulgação dos direitos da criança e do adolescente. Houve uma cisão entre um período dentro do qual crianças e adolescentes ocupavam um lugar de marginalidade frente aos demais assuntos nacionais e um período em que eles viriam a ocupar a *centralidade* dos assuntos. Mesmo que prioritariamente em termos legais, essa mudança de posição representou um avanço incomparável. A chamada “maioridade” do Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não foi atingida em sua concretude, o que não invalida a unicidade de seu caráter, reconhecido mundialmente como modelo de legislação para a criança e o adolescente.

Assim, a Constituição Federal de 1988 figurou avanços no âmbito dos direitos delegados aos cidadãos, representando um novo ordenamento em termos de direitos e deveres, ainda que tenhamos que avançar muito no que tange aos direitos sociais. Também pôde atribuir um outro papel para o Estado e para sociedade civil, principalmente, no que concerne à descentralização de poder e responsabilidades, visto

que todo cidadão pôde se organizar tanto para protestar e reivindicar pela efetivação de seus direitos ou para atuar onde não existia ação por parte dos dirigentes.

As relações estabelecidas entre *Estado* e *sociedade* suscitaram o conhecimento das estruturas muito mais abrangentes que regulam o funcionamento da esfera pública. Na teia social o papel desempenhado pelo poder estatal atuou e atua sob várias máscaras, dependendo do momento político e da situação econômica mundial fazendo-se refletidos, então, na economia interna.

Nesse estudo, o Estado foi assumido como estrutura ampliada que exige a compreensão da articulação entre a sociedade política e sociedade civil, sendo no interior dessa última o local de gestação de um projeto hegemônico, isto porque a economia não pode prescindir das relações sociais.

No campo das políticas para a adolescência e juventude os programas governamentais co-existem com outras tantas iniciativas promovidas por setores da sociedade organizados, bem como programas destinados à população de crianças e adolescentes.

A mudança na estrutura do presente estudo aconteceu por conta, principalmente, também da ação de grupos sociais organizados que advogaram a favor da não inserção de menores de 18 anos de idade para o trabalho no Faixa Azul. Para suprir a carência de um programa que atendesse o público com menos de 18 anos foi articulada e proposta a transferência dos adolescentes integrantes do Faixa Azul para o programa Adolescente-Aprendiz.

Dessa maneira, tivemos duas formas de articulação da sociedade em prol desse contingente na cidade: a primeira ocorreu quando coordenação do SOS e do Faixa Azul aceitou menores de dezoito anos como meio de que esses obtivessem uma fonte de renda. A segunda forma ocorreu quando membros do Conselho Tutelar articularam-se para eliminar a participação desses mesmos menores de idade do projeto.

Os dois grupos pesquisados demonstraram discordância no que diz respeito aos benefícios obtidos a partir da participação no Faixa Azul, o que pode ser explicado pelo fato de que, aqueles que trabalhavam após a reestruturação do projeto gozavam de direitos trabalhistas garantidos por lei, recebendo o valor mínimo ao qual tem direito qualquer trabalhador brasileiro. Já aqueles que trabalharam no período anterior viveram

uma realidade trabalhista que não lhes era favorável sob o aspecto financeiro, pois o valor recebido dependia do número de bilhetes de estacionamento vendidos e não dispunham de um respaldo legal que regesse o trabalho. Porém, os dois grupos mostraram-se preocupados com oportunidades de emprego, com a necessidade de melhorias nas escolas e crêem na importância destas em suas vidas.

Na perspectiva gramsciana o trabalho é concebido como princípio educativo. Nesse sentido, observa-se que, o caráter educativo presente no Faixa Azul concentra-se no exercício do trabalho em si, nas relações estabelecidas no desenvolver da atividade e nas experiências adquiridas pelos participantes. É evidente que a ausência de parcerias com entidades que poderiam promover cursos de formação profissional, por exemplo, não favoreceu a existência de práticas educativas mais intensas nesse projeto, o que não impediu a ocorrência de uma prática social com perspectivas de educação.

A partir dessas constatações, ressalto que, uma contribuição dessa pesquisa diz respeito à educação. A *educação* é um *direito fundamental* e social que para ser consolidado precisa da intervenção do Estado, pois deixou de ser tratada como direito natural no momento em que passou a ter proteção legal reconhecida no interior das constituições federais. A educação fornecida nas escolas é apenas uma faceta de educação que, atualmente está “concorrendo” com a educação tecnológica e com outras modalidades de ensino que, por vezes, acabam por tirar o foco das políticas governamentais no que tange ao investimento na educação básica via escola. Talvez se tivéssemos arquitetada e construída uma *política educacional* voltada para todos, a criação de políticas públicas para a adolescência e juventude teria sido dispensável.

A educação contribui para a *construção da identidade juvenil*, identidade essa que incorpora fatores que marcarão positiva ou negativamente o jovem. As opções envolvem mais do que o caminho do jovem vinculado à violência ou vinculado a um protagonismo. Acreditar na existência de juventudes implica acreditar na existência de jovens que poderão agir positivamente na sociedade de muitas outras formas. O despertar dessas identidades pode acontecer via educação escolar, o que não invalida a possibilidade do despertar dessas identidades mediante outras vias. O trabalho é uma atividade concreta que fomenta essa possibilidade.

Uma outra contribuição dessa pesquisa está vinculada com a compreensão da *totalidade* dentro da qual está inscrito o projeto *Faixa Azul*. Tal objetivo foi ímpar para desse estudo visto que, com base no *materialismo histórico*, foi possível perceber que quando em uma sociedade o econômico envereda na direção de suprimir as demandas sociais, os lucros não são repartidos igualmente entre todos. Alguns tendem a receber uma fatia menor do bolo. Indelévelmente a realidade social dos participantes do Faixa Azul, principalmente daqueles que participaram (e aqui numa acepção restrita porque diz respeito àqueles com menos de 18 anos de idade), indica a acumulação por parte de uns poucos.

As políticas para adolescentes e jovens caminham na direção de formar cidadãos em termos profissionais e criar alternativas de inserção em um mercado que está cada vez mais concorrido, principalmente para os jovens sem uma formação adequada ou sem experiência. Entre os fatores questionados nos programas governamentais para esse contingente estão o tempo dedicado ao curso profissionalizante e a ausência de profissionais para ministrar os cursos de forma mais densa. Para Velasco (2006), a população jovem que está fora do mundo do trabalho formal, geralmente, não possui uma experiência prévia comprovada, sendo assim, é imperativo articular tais programas com políticas para o trabalho; o que atenuaria o desemprego juvenil, por via de uma preparação profissional.

Pensar na articulação entre políticas para a juventude e as políticas para o trabalho é positivo e permite a inferência de que é essencial uma articulação entre *políticas educacionais* e as *políticas para a adolescência e juventude*. O fortalecimento da educação por meio de um diálogo entre os programas e as escolas torna-se necessário. É preciso ir mais longe, ampliar os espaços!

Nesse sentido também, as pesquisas acerca da temática para a adolescência e juventude encontram fortes demandas. Discussões e novas percepções sobre os temas que abarquem adolescentes e jovens brasileiros adquiriram consistência e permitiram o estabelecimento de debates embasados nas particularidades do cotidiano dessas adolescências e juventudes.

A atribuição de direitos às crianças e adolescentes, via Estatuto da Criança e do Adolescente, suscitou uma nova percepção acerca das especificidades da juventude

brasileira. Houve uma ampliação do caminho para a valorização e o reconhecimento das pluralidades existentes nas infâncias, adolescências e juventudes.

Ao esboçar um “final” para a pesquisa foi inevitável pensar a respeito das condições de trabalho dos adolescentes e jovens do Faixa Azul, semelhantes quem sabe à de tantos outros, diferente do que é esperado para todos eles. Torna-se impossível contentar-se com o sentido restrito aplicado à educação fornecido pelos projetos, programas e iniciativas voltados para adolescentes e jovens a despeito da gama de possibilidades que a educação pode assumir em espaços múltiplos, indo além dos muros escolares, do ambiente de trabalho ou até mesmo das ruas.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia & PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, p. 13- 32, 2003.
- ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis; punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.
- _____. Espaços da juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia & PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, p. 219-228, 2003.
- _____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena W; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 37-72, 2005.
- ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- ARAÚJO, Carla Andrea Soares de. **Estado, Educação e subsidiariedade: o princípio da subsidiariedade como responsabilidade social do estado nas relações públicas**. 201f – (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.
- ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1975.
- BARROS, Laan Mendes. Juventude em sons e tons (di)versos. IN: DIDONÉ, Iraci Maria e SOARES, Ismar de Oliveira Soares (orgs). In: **O jovem e a comunicação**. São Paulo: Loyola, 1992, p.59-68).
- BENTES, Ana Lúcia Seabra. **Tudo como dantes no quartel d'Abrantes: estudo das internações psiquiátricas de crianças e adolescentes através de encaminhamento judicial**. 150f. (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz / Escola Nacional de Saúde Pública – Rio de Janeiro, 1999.

BOBBIO, Noberto. Estado, poder e governo. In: _____. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial, Vol 1, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.396**. Brasília, 1996.

CALDERANO, Maria da Assunção. **Ação Político-Educativa numa Periferia Urbana: Um estudo sobre Associação de Moradores em Imperatriz – MA**. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1988.

CARRANO, Paulo César. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. Projeto Agente jovem: ação, programa ou política pública de juventude? In: **27ª Reunião Anual da ANPED**, GT: 03: movimentos sociais e Educação, 2004. Disponível em < www.anped.org.br/reunioes/27/gt03/t039.pdf > Acesso em: 01 / 07 / 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS, Adriane Tomazelli. **A “nova” questão social e os programas de transferência de renda no Brasil**. 221f. – (Mestrado em Política social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **O Estatuto da Criança e do adolescente e o professor: reflexos na sua formação e atuação**. São Paulo: Cortez, 2008.

FONSECA, Laura Souza. **Trabalho infanto-juvenil: concepções, contradições e práticas políticas**. 291f. Tese – (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio ; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, vol.24, n. 82, 2003. Disponível em < [http:// www. scielo.br](http://www.scielo.br) > Acesso em: 01/07/2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina ; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e**

- sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Instituto Cidadania: Fundação Perseu Abramo, p.180-216, 2004.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria ; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: **Educação & Sociedade.** Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial – Out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 10/ 10/2007
- FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GENTILLI, Pablo (org). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na noiva ordem mundial.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da História.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 3. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GONÇALVES, Carmen Sílvia m. Alves Pereira. **Terceiro setor como consecutor de políticas públicas sociais.** 189 f. Dissertação – (Mestrado em Direito Negocial) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2006.
- IBASE; PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas.** São Paulo: IBASE, Polis, 2005. Disponível em <www.polis.org.br>; <www.ibase.org.br>. Acesso em 12/10/2007.
- KANTHACK, Elizabeth Dias. **Direito à educação: o real, o possível e o necessário. A doutrina da proteção integral.** 91 f. Tese. – (Doutorado em Direito do Estado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, 2007.
- KRAMMER, Sônia. Infância e sociedade: o conceito de infância. In: **A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce.** São Paulo: Cortez, 7ªed. p.15-45, 2003.
- LOWY, Michel. Visões sociais de mundo, ideologias e utopias no conhecimento científico-social. In: **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchause.** São Paulo: Cortez, p.9 –13, 2000.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. ***A ideologia alemã: Feuerbach – a oposição entre as concepções materialista e idealista***. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MOLIN, Fábio Dal. ***Redes sociais e micropolíticas da juventude***. 220f. Tese. – (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.
- MOTTA, Ana Suziene Braz Lalor. ***Adolescência e os Estados de abandono: “as feridas da alma”***.79 f. Dissertação – (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2007.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. ***Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática***. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. ***Estatuto da criança e do adolescente comentado – Lei 8.069***. São Paulo: Saraiva, 1991.
- NOVAES, Regina. Juventude, Exclusão e Inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia & PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs). ***Políticas públicas: juventude em pauta***. São Paulo; Cortez: Fundação Friedrich Ebert, 2003, p. 121-151.
- OLIVEIRA, Adriano Machado. ***Jovens e adolescente no Ensino Médio: sintomas de uma sistemática desvalorização das culturas juvenis***. 180f. Dissertação – (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.
- OLIVEIRA, Cristiane Gonçalves de. ***Educação não formal de crianças e adolescentes: expectativas quanto ao programa de núcleos comunitários em Campinas, SP***.175 f. Dissertação – (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.
- POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES e VANNUCHI. ***Juventude e Sociedade : trabalho, educação, cultura e participação***. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.217-241, 2004.
- POCHMANN, Márcio. Rumos da política do trabalho. In: SILVA e YAZBEK. ***Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo***. São Paulo: Cortez, p.23 -40, 2006.
- POULANTZAS, Nicos. ***Poder político e classes sociais***. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

QUINTANEIRO, Tânia et al. **Um toque de clássicos** – Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

RIZZINI, Irene. **O século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Amais, 1994.

RIZZINI, Irene. Principais temas abordados pela literatura especializada sobre infância e adolescência; século XIX e XX. In: RIZZINI, Irene (org). **Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Petrobrás- BR: Ministério da Cultura: USU. Universitária: Amais, 1997.

ROCHA, Simone Rocha da. **Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre**. 249f. Tese – (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, vol 12, nº 34, jan / abril 2007. disponível em: www.scielo.br Acesso em: 27 /11/2008.

SAVASSI, Altair José. Barbacena - 200 anos. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A, 1991.

SAVASSI, Altair José. **Resumo histórico do município de Barbacena**. Barbacena: Prefeitura Municipal, 1953.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SPÓSITO, Marília. Estudos sobre juventude e educação. In: **Revista Brasileira de Educação. Juventude e Contemporaneidade**. São Paulo: ANPED nº 5-6, p.37-51, Edição Especial, 1997.

_____. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003a.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia & PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, p. 57-74, 2003b.

SPÓSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Clara. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. In: **Tempo Social**. São Paulo, vol. 17, nº 2, p.141-172, 2005.

STORT, Daniela Ribeiro. **Terceiro setor, educação e juventude: um estudo sobre as práticas da Instituição de Incentivo à Criança e ao Adolescente (ICA) de Mogi-Mirim (SP)**. 145f. Dissertação. – (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2007.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luís (org). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TELLES, Vera Lúcia. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo; Editora 34, 2001.

UNESCO. **Políticas públicas de / para / com juventudes**. Brasília: Edições UNESCO, 2004.

VELASCO, Erivã Garcia. Juventudes e políticas públicas de trabalho no Brasil: qualificação profissional e a tensão entre preferência e individualização. In: SILVA e YAZBEK. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, p.187-201, 2006.

WIEDERKEHR, Alessandra Helena. **Trajetórias escolares e empregabilidade: um estudo sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho**. 150f. Dissertação. – (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, 2007.

ANEXO A
Quadro populacional

Nível geográfico	TOTAL URBANO + RURAL			URBANO			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Barbacena	122.377	58.208	64.169	112.563	53.172	59.391	9.814	5.036	4.778
de 0 a 4 anos	7.662	3.900	3.762	6.995	3.574	3.421	667	326	341
de 5 a 9 anos	9.026	4.495	4.531	8.291	4.137	4.154	735	358	377
de 10 a 14 anos	10.331	5.270	5.061	9.447	4.822	4.625	884	448	436
de 15 a 19 anos	10.676	5.320	5.356	9.753	4.844	4.909	923	476	447
de 20 a 24 anos	10.694	5.282	5.412	9.864	4.857	5.007	830	425	405
de 25 a 29 anos	10.175	4.941	5.234	9.397	4.540	4.857	778	401	377
de 30 a 34 anos	9.139	4.354	4.785	8.424	4.004	4.420	715	350	365
de 35 a 39 anos	9.509	4.391	5.118	8.724	3.983	4.741	785	408	377
de 40 a 44 anos	9.545	4.606	4.939	8.714	4.153	4.561	831	453	378
de 45 a 49 anos	8.752	4.011	4.741	8.076	3.646	4.430	676	365	311
de 50 a 54 anos	7.293	3.434	3.859	6.742	3.126	3.616	551	308	243
de 55 a 59 anos	5.581	2.548	3.033	5.147	2.317	2.830	434	231	203
de 60 a 64 anos	4.299	1.936	2.363	3.956	1.753	2.203	343	183	160
de 65 a 69 anos	3.258	1.423	1.835	3.030	1.295	1.735	228	128	100
de 70 a 74 anos	2.569	1.026	1.543	2.413	945	1.468	156	81	75
de 75 a 79 anos	1.759	650	1.109	1.645	596	1.049	114	54	60
80 ou + anos	2.109	621	1.488	1.945	580	1.365	164	41	123
Idade não identificada									

AGÊNCIA DO IBGE
LARGO MARECHAL DEODORO, 06
SALA 325 - CENTRO - CEP 36200-054
TEL.FAX 3331-0611 - BARBACENA - MG

Márcio José Guimarães
Márcio José Guimarães
Chefe Agência IBGE
SIAPE 0770446

ANEXO B
Desenho da pesquisa

<i>TEMA PRINCIPAL DO ESTUDO</i>	<i>MATRIZ CONCEITUAL QUE ORIENTOU O ESTUDO</i>	<i>INSTRUMENTOS DE PESQUISA</i>	<i>CATEGORIAS DE ANÁLISE</i>	<i>SUJEITOS DA PESQUISA</i>
O espaço destinado a dimensão educacional no projeto Faixa Azul	<p>1) Karl Marx: Estado, forças produtivas, infraestrutura e superestrutura</p> <p>2) Antônio Gramsci: Estado, classes subalternas, subordinação intelectual, intelectuais orgânicos e hegemonia.</p>	<p>1)Análise documental;</p> <p>2)Entrevistas;</p> <p>3)Questionários;</p>	<p>1)O papel do jovem;</p> <p>2) Educação;</p> <p>3) Trabalho</p>	<p>Grupo 1: 6 adolescentes;</p> <p>Grupo 2: 4 jovens</p>

ANEXO C
Questionário 1
(Público antigo – adolescentes)

Perfil sócio biográfico

1) Nome: _____ Idade: _____

2) Quantas pessoas moram na sua casa? _____ Dessas quantas trabalham? _____

3) Tem filho (s)? 1 () SIM Quantos? _____ 2 () NÃO

Mundo do trabalho

4) Por quanto tempo trabalhou no Faixa Azul?:

1) () Menos de 1 ano

2) () Um ano

3) () Dois anos

4) () Outra resposta _____

5) Já teve um outro (s) trabalho(s)?:

1) () Sim

Qual? _____

2) () Não

6) Como se deu a sua entrada / inscrição no Faixa Azul?

1) () Meu responsável (pai, mãe ou familiar) fez a minha inscrição.

2) () Eu mesmo (a) tomei a iniciativa e me inscrevi.

3) () O conselho tutelar me indicou e fez minha inscrição.

4) () Uma outra pessoa me auxiliou nesse processo _____.

7) Você sabe qual é a renda mensal aproximada de sua família?

- 1) () Não tenho ideia.
- 2) () Tenho uma vaga ideia.
- 3) () Sei dizer qual é a renda.

7.1) Qual é a renda mensal aproximada de sua família?

- 1) () Menos de um salário mínimo.
- 2) () Um salário mínimo.
- 3) () Dois salários mínimos.
- 4) () Acima de dois salários mínimos.

8) Com quem ficava o dinheiro que você recebia ?

- 1) () Ficava só comigo.
- 2) () Entregava tudo para o meu (minha) responsável.
- 3) () Entregava uma parte para o meu (minha) responsável e ficava com o restante.
- 4) () Outra resposta _____

8.1) O dinheiro que recebia no Faixa Azul e ficava com você, em que você gastava?

9) Você fez ou fazia alguma poupança com o dinheiro que recebe recebia no Faixa Azul? :

- 1) () Sim
- 2) () Não Gostaria? Sim () Não ()

10) Por quanto tempo pretendia ficar no Faixa Azul?:

- 1) () Até completar 18 anos.
- 2) () Até conseguir outro emprego.
- 3) () Outra resposta _____

11) Você gostou de estar no Faixa Azul?

1) () Sim

Por que? _____

2) () Não

Por que? _____

12) Você gostaria de exercer outro tipo de trabalho?

1) () Sim

Qual? _____

2) () Não

13) Na sua opinião, começar a trabalhar cedo é:

1) () Bom

Por que? _____

2) () Ruim

Por que ? _____

14) Você considera que o seu trabalho no Faixa Azul foi importante?

1) () Muito importante.

Por que? _____

2) () Mais ou menos

Por que? _____

3) () Não foi importante

Por que? _____

15) Trabalhar é importante?

1) () Sim

Por que? _____

2) () Não

Por que? _____

3) () Não sei responder

16) Você gostaria de não precisar trabalhar?:

1) () Sim

Por que? _____

2) () Não

Por que? _____

Escolaridade

17) Que série você frequenta atualmente?:

1) () 7ª série / EF

2) () 8ª série / EF

3) () 1º ano / EM

4) () 2º ano / EM

5) () 3º ano / EM

6) () EJA

7) () Outra _____

18) A escola em que você estuda (ava) é?:

1) () Municipal

1) () Estadual

2) () Federal

4) () Particular

19) Já repetiu alguma série?

1) () Sim

2) () Não

20) Em qual turno você estuda (ava) ou estuda?:

1) () Manhã

2) () Tarde

3) () Noite

21) Pretende continuar os estudos?

1) () Sim

2) () Não

3) () Não sei responder.

22) Qual é a importância da escola na sua vida?:

1) () Muita

Por que? _____

2) () Pouca

Por que? _____

3) () Nenhuma

Por que? _____

23) Na sua opinião, os conhecimentos ensinados na escola ajudaram você no seu trabalho no Faixa Azul?

1) () Sempre

Por que? _____

2) () Às vezes

Por que? _____

3) () Raramente

Por que? _____

24) Você acha que a escola entende os seus alunos adolescentes e jovens?:

1) () Muito.

2) () Mais ou menos.

3) () Pouco.

4) () Nada.

25) O que, na sua opinião, a escola deveria fazer pelos adolescentes? O que você espera da escola?

26) Você acha que a escola atende as necessidades dos adolescentes?

27) Qual é a disciplina com que mais você se identifica (ava) Por que?

28) Na sua opinião, a sua escola se interessa(ava) pelos problemas do seu bairro e da sua cidade?:

1) () Muito

2) () Mais ou menos

3) () Pouco

4) () Nada

29) Você já pensou em abandonar a escola?:

1) () Sim

Por que? _____

2) () Não

Por que? _____

30) Os professores (as) da sua escola estão (avam) bem preparados para lidar com o jovem?:

- 1) () Todos estão.
- 2) () Somente alguns.
- 3) () Nenhum professor (a).

31) As aulas ministradas abordam (avam) assuntos atuais?

- 1) () Sempre
- 2) () Às vezes
- 3) () Raramente

32) Você já sentiu vontade de conversar sobre algum assunto particular com algum (a) professor (a)?

- 1) () Sim
- 2) () Não

Ser adolescente

33) Qual é a melhor “vantagem” de ser um adolescente?:

- 1) () Ter mais liberdade.
- 2) () Ter pouca responsabilidade.
- 3) () Ter mais tempo para aprender.
- 4) () Não existe nenhuma boa razão.
- 5) () Outra _____

34) Qual é a maior “dificuldade” de ser um adolescente?:

- 1) () Falta de liberdade e independência.
- 2) () Ter que assumir algumas responsabilidades.
- 3) () Ter pouca experiência.
- 4) () Não existe nenhuma dificuldade.
- 5) () Outra _____

35) Qual é o assunto que mais lhe interessa atualmente?

1) () O meu futuro profissional.

2) () O esporte e a cultura.

3) () Família.

4) () Sexualidade.

5) () Saúde.

6) () Outro _____

36) Qual é o assunto que menos lhe interessa atualmente?:

1) () O meu futuro profissional.

2) () O esporte e a cultura.

3) () Família.

4) () Sexualidade.

5) () Saúde.

6) () Outro _____

37) Na sua opinião, como a sociedade vê o adolescente? :

1) () Como um problema.

2) () Como uma esperança para o futuro.

3) () Como pessoas alienadas.

4) () A sociedade nunca pensa a nosso respeito.

5) () Outra _____

38) O que você pensa sobre o adolescente?:

1) () Como um problema para a sociedade..

2) () Somos uma esperança para o futuro.

3) () Somos alienados.

4) () Nunca pensei sobre isso.

39) Na sua opinião, qual seria a principal responsabilidade dos governantes diante dos adolescentes brasileiros?

1) () Melhores escolas.

2) () Maior número de emprego.

3) () Mais oportunidades no esporte.

4) () Abrir espaço para a nossa participação na política.

5) () Outra _____

40) Você conhece alguma ação governamental – do governo federal, do estado ou do município – a favor do adolescente?

1) () Sim

Qual ? _____

2) () Não

41) Você se sente contemplado com as ações do governo federal, estadual ou municipal para adolescente?

1) () Sim

Qual ? _____

2) () Não

42) Os jovens podem mudar o mundo?

1) () Com certeza

Por que? _____

2) () Talvez

Por que? _____

2) () Não

Por que? _____

43) Considerando os assuntos que são importantes para você, quem é a pessoa que mais lhe dá atenção?:

1) () Minha mãe.

2) () Minha pai.

3) () Meu (minha) irmão (ã).

4) () Um (uma) amigo (a).

5) () Um (uma) professor (a).

6) () Outra _____

44) O projeto Faixa Azul fez alguma diferença em sua vida?

1) () Sim

Explique _____

2) () Não

Explique _____

45) A partir do seu ingresso no Faixa Azul, em qual aspecto da sua vida você sentiu uma diferença para melhor?:

1) () Nas minhas notas escolares.

2) () Adquiri mais senso de responsabilidade.

3) () Deixei de ser tímido (a).

4) () Passei a me valorizar mais.

5) () Não vi nenhuma diferença.

6) () Outro _____

46) Participar do Faixa Azul trouxe benefícios para a sua vida pessoal e social?:

1) () Sim.

2) () Não.

3) () Não sei responder.

47) Trabalhando e estudando você adquiriu mais responsabilidade e ficou mais preparado para outras experiências profissionais futuras?

- 1) () Sim.
- 2) () Não.
- 3) () Não sei responder.

48) Pense a respeito : “O adolescente que trabalha fica mais preocupado com o futuro.”

- 1) () Concordo.
- 2) () Discordo.
- 3) () Não sei responder.

49) Por ser um adolescente que estuda (ava) e trabalha, ou já trabalhou, pode-se dizer que você apresenta um diferencial positivo em relação aos seus (suas) colega (s)?

- 1) () Sim.
- 2) () Não.
- 3) () Não sei responder.

Impactos do Faixa Azul

50) Como se deu a sua saída do Faixa Azul? O que foi dito a você?

51) O que significou para você sua saída do Faixa Azul?

52) Atualmente você está trabalhando? Em que? _____

ANEXO D
Questionário 2
(Público atual – jovens)

Perfil sócio biográfico

1) Nome: _____ Idade: _____

2) Quantas pessoas moram na sua casa? _____

Dessas quantas trabalham? _____

3) Tem filho (s)? 1 () SIM Quantos? _____ 2 () NÃO

Mundo do trabalho

4) Há quanto tempo está trabalhando no Faixa Azul?:

1) () Menos de 1 ano

2) () Um ano

3) () Dois anos

4) () Outra resposta _____

5) Já teve um outro (s) trabalho(s)?:

1) () Sim

Qual _____

2) () Não

6) Como se deu a sua entrada no Faixa Azul?

1) () Meu pai, mãe ou familiar fez a minha inscrição.

2) () Eu mesmo (a) tomei a iniciativa e me inscrevi.

3) () O conselho tutelar me indicou e fez minha inscrição.

4) () Uma outra pessoa me auxiliou nesse processo _____.

7) Você sabe qual é a renda mensal aproximada de sua família?

- 1) () Não tenho ideia.
- 2) () Tenho uma vaga ideia.
- 3) () Sei dizer qual é a renda. *

7.1) Qual é a renda mensal aproximada de sua família?

- 1) () Menos de um salário mínimo.
- 2) () Um salário mínimo.
- 3) () Dois salários mínimos.
- 4) () Acima de dois salários mínimos.

8) Você trabalha quantas horas por dia no Faixa Azul?:

- 1) () 4 horas
- 2) () 8 horas

9) Com quem fica o salário que você recebe?

- 1) () Fica só comigo.
- 2) () Entrego tudo para o meu (minha) pai, mãe ou familiar.
- 3) () Entrego uma parte e fico com o restante.
- 4) () Outra resposta _____

9.1) O salário que recebe e fica com você, em que você gasta? _____

10) Você faz alguma poupança com o salário que recebe no Faixa Azul? :

- 1) () Sim
- 2) () Não Gostaria? Sim () Não ()

10) Com que idade você começou a trabalhar?:

- 1) () Com menos de quinze anos.
- 2) () Com mais de quinze anos.

(Não necessariamente no Faixa Azul)

12) Você gosta de estar no Faixa Azul?

1) () Sim

Por que? _____

2) () Não

Por que? _____

13) Você gostaria de exercer outro tipo de trabalho?

1) () Sim

Qual? _____

2) () Não

14) Na sua opinião, começar a trabalhar cedo é:

1) () Bom

Por que? _____

2) () Ruim

Por que? _____

15) Você considera que o seu trabalho no Faixa Azul é importante para a cidade?:

1) () Muito

Por que? _____

2) () Mais ou menos

Por que? _____

3) () Não é importante

Por que? _____

16)Trabalhar é importante?:

1) () Sim

Por que? _____

2) () Não

Por que? _____

3) () Não sei responder

17) Você gostaria de não precisar trabalhar?:

1) () Sim

Por que? _____

2) () Não

Por que? _____

Escolaridade

18) Que série você frequenta?:

1) () 7ª série / EF

2) () 8ª série / EF

3) () 1º ano / EF

4) () 2º ano / EM

5) () 3º ano / EM

6) () EJA

7) () Outra _____

19) A escola em que você estuda(ava) é (era)?:

1) () Municipal

3) () Estadual

4) () Federal

4) () Particular

20) Já repetiu alguma série?

1) () Sim

2) () Não

21) Em qual turno você estuda (ava) ?:

1) () Manhã

2) () Tarde

3) () Noite

22) Pretende continuar os estudos?

1) () Sim

2) () Não

3) () Não sei responder.

23) Qual é a importância da escola na sua vida?:

1) () Muita

Por que? _____

2) () Pouca

Por que? _____

3) () Nenhuma

Por que? _____

24) Na sua opinião, os conhecimentos ensinados na escola contribuem para o seu trabalho no Faixa Azul?:

1) () Sempre

Por que? _____

2) () Às vezes

Por que? _____

3) () Raramente

Por que? _____

25) Você acha que a escola entende os seus alunos jovens?:

1) () Muito.

2) () Mais ou menos.

3) () Pouco.

4) () Nada.

26) O que, na sua opinião, a escola deveria fazer pelos jovens? O que você espera (ava) da escola?

27) Você acha que a escola atende as necessidades dos jovens?

28) Qual é a disciplina com a qual você mais se identifica (ava)? Por que?

29) Na sua opinião, a sua escola se interessa pelos problemas do seu bairro e da sua cidade?:

1) () Muito

2) () Mais ou menos

3) () Pouco

4) () Nada

30) Você já pensou em abandonar a escola?:

1) () Sim

Por que? _____

2) () Não

Por que? _____

31) Os professores (as) da sua escola estão bem preparados para lidar com o jovem?:

1) () Todos estão.

2) () Somente alguns.

3) () Nenhum professor (a).

32) As aulas ministradas abordam assuntos atuais?

1) () Sempre

2) () Às vezes

3) () Raramente

33) Você já sentiu vontade de conversar sobre algum assunto particular com algum (a) professor (a) de sua escola?

1) () Sim.

2) () Às vezes

3) () Nunca.

Ser jovem

34) Qual é a melhor “vantagem” de ser jovem?:

1) () Ter mais liberdade.

2) () Ter pouca responsabilidade.

3) () Ter mais tempo para aprender.

4) () Não existe nenhuma boa razão.

5) () Outra _____

35) Qual é o maior “dificuldade” em ser um jovem?:

1) () Falta de liberdade e independência.

2) () Ter que assumir algumas responsabilidades.

3) () Ter pouca experiência.

4) () Não existe nenhuma dificuldade.

5) () Outra _____

36) Qual é o assunto que mais lhe interessa atualmente?

1) () O meu futuro profissional.

2) () O esporte e a cultura.

3) () Família.

4) () Sexualidade.

5) () Saúde.

6) () Outro _____

37) Qual é o assunto que menos lhe interessa atualmente?:

1) () O meu futuro profissional.

2) () O esporte e a cultura.

3) () Família.

4) () Sexualidade.

5) () Saúde.

6) () Outro _____

38) Na sua opinião, como a sociedade vê o jovem? :

1) () Como um problema.

2) () Como uma esperança para o futuro.

3) () Como pessoas alienadas.

4) () A sociedade nunca pensa a nosso respeito.

5) () Outra _____

39) Como você pensa a juventude?:

1) () Como um problema para a sociedade..

2) () Somos uma esperança para o futuro.

3) () Somos alienados.

4) () Nunca pensei sobre isso.

40) Na sua opinião, qual seria a principal responsabilidade dos governantes diante dos jovens brasileiros?

1) () Melhores escolas.

2) () Maior número de emprego.

3) () Mais oportunidades no esporte.

4) () Abrir espaço para a participação do jovem na política.

5) () Outra _____

41) Você conhece alguma ação governamental – do governo federal, do estado ou do município – a favor do jovem?

1) () Sim

Qual ? _____

2) () Não

42) Você se sente contemplado com as ações do governo federal, estadual ou municipal para juventude?

1) () Sim

Qual ? _____

2) () Não

43) Os jovens podem mudar o mundo?

1) () Com certeza

Por que? _____

2) () Talvez

Por que? _____

3) () Não

Por que? _____

44) Considerando os assuntos que são importantes para você, quem é a pessoa que mais lhe dá atenção?:

1) () Minha mãe.

2) () Minha pai.

3) () Meu (minha) irmão (ã).

4) () Um (uma) amigo (a).

5) () Um (uma) professor (a).

6) () Outra _____

45) O projeto Faixa Azul faz alguma diferença em sua vida?

1) () Sim

Explique _____

2) () Não

Explique _____

46) A partir do seu ingresso no Faixa Azul, em qual aspecto da sua vida você sentiu uma diferença para melhor?:

1) () Nas minhas notas escolares.

2) () Adquiri mais senso de responsabilidade.

3) () Deixei de ser tímido (a).

4) () Passei a me valorizar mais.

5) () Outro _____

47) Você concorda que participar do Faixa Azul traz benefícios para a sua vida pessoal e social?:

- 1) () Concordo.
- 2) () Discordo.
- 3) () Não sei responder.

48) Pense sobre a seguinte afirmação: “O jovem que trabalha e estuda adquire mais responsabilidade e fica mais preparado para outras experiências profissionais futuras”.O que você pensa a esse respeito?:

- 1) () Concordo.
- 2) () Não Concordo.
- 3) () Não sei responder.

49) Pense a respeito : “O jovem que trabalha fica mais preocupado com o futuro.”

- 1) () Concordo.
- 2) () Discordo.
- 3) () Não sei responder.

50) Por ser um jovem que estuda e trabalha, pode-se dizer que você apresenta um diferencial positivo em relação aos seus (suas) colega (s). Você:

- 1) () Concorda.
- 2) () Não concorda.
- 3) () Não sei responder.

ANEXO E
Tabelas da pesquisa

Grupo 1 - Adolescentes

TABELA 1

IDADE DO ADOLESCENTE

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	15	2	33,3	33,3
	16	2	33,3	33,3
	17	1	16,7	16,7
	18	1	16,7	16,7
	Total	6	100,0	100,0

Fonte: A dimensão da educação nas políticas para a juventude: espaços possíveis, 2009.

TABELA 2

**IDENTIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA ESCOLA A
RESPEITO DOS SEUS ALUNOS**

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	Muito	1	16,7	16,7
	Mais ou menos	2	33,3	33,3
	Nada	3	50,0	50,0
	Total	6	100,0	100,0

Fonte: A dimensão da educação nas políticas para a juventude: espaços possíveis, 2009.

TABELA 3
DESTINO DO DINHEIRO QUE RECEBIA

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	Fica comigo	3	50,0	50,0
	Entrego tudo para o meu responsável	1	16,7	16,7
	Entrego uma parte para meu responsável e fico com o restante	1	16,7	16,7
	Outra resposta	1	16,7	16,7
	Total	6	100,0	100,0

Fonte:A dimensão da educação nas políticas para a juventude:espaços possíveis,2009.

TABELA 4

GOSTARIA DE NÃO PODER PRECISAR TRABALHAR

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	Não	6	100,0	100,0

Fonte:A dimensão da educação nas políticas para a juventude:espaços possíveis,2009.

TABELA 5

COMO A SOCIEDADE VÊ O ADOLESCENTE E O JOVEM

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	Como uma esperança para o futuro	3	50,0	50,0
	A sociedade nunca pensa a nosso respeito	3	50,0	50,0
	Total	6	100,0	100,0

Fonte:A dimensão da educação nas políticas para a juventude:espaços possíveis,2009.

Grupo 2 – Jovens

TABELA 6

IDADE DO JOVEM

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	18	2	50,0	50,0
	19	1	25,0	25,0
	25	1	25,0	25,0
	Total	4	100,0	100,0

Fonte:A dimensão da educação nas políticas para a juventude:espaços possíveis,2009.

TABELA 7

ASSUNTO QUE MAIS LHE INTERESSA ATUALMENTE

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	O meu futuro profissional	4	100,0	100,0

Fonte:A dimensão da educação nas políticas para a juventude:espaços possíveis,2009.

TABELA 8

DESTINO DO DINHEIRO QUE RECEBE

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	Entrego tudo para o meu responsável	2	50,0	50,0
	Entrego uma parte para meu responsável e fico com o restante	2	50,0	50,0
	Total	4	100,0	100,0

Fonte:A dimensão da educação nas políticas para a juventude:espaços possíveis,2009.

TABELA 9

GOSTARIA DE NÃO PODER PRECISAR TRABALHAR

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	Sim	3	75,0	75,0
	Não	1	25,0	25,0
	Total	4	100,0	100,0

Fonte:A dimensão da educação nas políticas para a juventude:espaços possíveis,2009.

TABELA 10

COMO A SOCIEDADE VÊ O JOVEM

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	Como um problema	1	25,0	25,0
	Como uma esperança para o futuro	2	50,0	50,0
	A sociedade nunca pensa a nosso respeito	1	25,0	25,0
	Total	4	100,0	100,0

Fonte:A dimensão da educação nas políticas para a juventude:espaços possíveis,2009.

TABELA 11

QUAL SERIA A PRINCIPAL RESPONSABILIDADE DOS GOVERNANTES DIANTE DOS JOVENS BRASILEIROS

		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Valid	Maior número de emprego	4	100,0	100,0

Fonte:A dimensão da educação nas políticas para a juventude:espaços possíveis,2009.

TABELA 12
OS CONHECIMENTO ENSINADOS NA ESCOLA
CONTRIBUEM PARA O SEU TRABALHO NO FAIXA
AZUL

		Frequency	Percentual	Percentual Válido
Valid	Sempre	1	25,0	25,0
	Às vezes	2	50,0	50,0
	Raramente	1	25,0	25,0
	Total	4	100,0	100,0

Fonte:A dimensão da educação nas políticas para a juventude:espaços possíveis,2009.

ANEXO F
Tabela de políticas para a juventude

	Público-alvo	Objetivos	Transferência de renda / bolsa	Estruturação	Avaliação
<p>1) PRO-JOVEM</p> <p>_ Projeto de lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005;</p> <p>_ Programa criado juntamente com a criação do Conselho Nacional da Juventude, o CNJ e a Secretaria Nacional da Juventude*.</p> <p>_ E. M. Interministerial de número 00024 de 31 de janeiro de 2005.</p> <p>_ Reformulado em 2007.</p> <p>_ Vinculadas à Presidência da República contando com a participação de distintos ministérios.</p> <p>www.projovem.gov.br ou www.mds.gov.br</p>	<p>_ Jovens, de ambos os sexos, de 18 a 29 anos que terminaram a quarta série, mas não concluíram o Ensino Fundamental;</p> <p>_ Adolescentes dos 15 aos 17 anos foram incorporados pelo Pro-jovem Adolescente.</p>	<p>_ Afirmar a dignidade dos participantes como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;</p> <p>_ Aprender continuamente, tanto pela inserção no sistema formal de ensino quanto pela identificação e aproveitamento de outras oportunidades educativas.</p> <p>_ Elevar a escolaridade mediante a conclusão do Ensino Fundamental;</p> <p>_ Utilizar competências necessárias para o desenvolvimento de uma ocupação que possa lhes garantir uma</p>	<p>_ R\$ 100,00 (cem reais) mensais por um período de doze meses de participação. Desde que sejam ininterruptos;</p> <p>_ Cumprimento de 75% (setenta e cinco) de frequência nas aulas e cumpra com as atividades programadas;</p> <p>_ Ausência de vínculos formais de trabalho.</p>	<p>_ Curso de formação integral com carga horária de 1.600 horas;</p> <p>_ São 1.200 horas / aulas presenciais e 400 horas de estágios / voluntariado (não-presenciais);</p> <p>_ São 800 horas dedicadas para o Ensino Fundamental. 350 horas para a qualificação profissional e 50 horas para ações comunitárias;</p> <p>_ O total de 12 meses consecutivos inclui disciplinas do Ensino Fundamental, aulas de</p>	<p>_ O programa conta com um Sistema de monitoramento e Avaliação (SMA) que produz dados e informações para o aperfeiçoamento contínuo do projeto;</p> <p>_ Para fins de monitoramento interno: as instituições parceiras fazem a atualização, manutenção e informatização de dados como: frequência dos alunos e das ações curriculares;</p> <p>_ Para fins de monitoramento externo: as instituições são responsáveis pela avaliação diagnóstica dos alunos,</p>

<p>2)PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL</p> <p>– Integrado ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS; criado em 1996;</p> <p>– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, municípios,</p>	<p>– Crianças e adolescentes, de ambos os sexos, até os 16 anos. podendo ser estendido por mais 4 anos.</p>	<p>fonte de renda;</p> <p>– Promover o desenvolvimento de ações comunitárias .</p> <p>– Fazer uso da leitura, escrita e outras formas contemporâneas de linguagem para a informação, aprendizagem, capacidade de expressão, planejar e documentar; além de apreciar a dimensão estética das produções culturais.</p> <p>– Excluir a exploração da mão-de-obra infantil e gerar renda para as famílias;</p> <p>– Proibir a inserção precoce e desprotegida de crianças e adolescentes no mercado de trabalho</p>	<p>– R\$ 40,00 (quarenta reais) mensais podendo atingir o valor de R\$ 200,00 por família;</p> <p>– O valor de R\$ 200,00 seria alcançado pelas famílias que</p>	<p>Inglês, Informática, aprendizado de uma profissão e atividades sociais e comunitárias de forma integrada.</p> <p>– Para serem inseridas no programa as famílias assumem o compromisso de retirar as crianças e adolescentes de atividades laborais;</p> <p>– Sua estruturação prioriza a frequência</p>	<p>realização do exame nacional para a certificação e pelas pesquisas que permitirão avaliar a efetividade do programa;</p> <p>– A partir de avaliações percebeu-se a necessidade de ampliar o programa: Projovem Adolescente, Serviço Socioeducativo, o Projovem Urbano, o Projovem Trabalhador e o Projovem Campo, Saberes da Terra.</p> <p>– Instituições parceiras: UFMG, UFPR, UFPA, UFPE, UNB e UFJF.</p> <p>– O programa faz o acompanhamento de situações das piores formas de exploração do trabalho infantil;</p> <p>– Mantem e divulga para estudos, bibliografia, trabalhos de investigação,</p>
---	---	---	--	--	--

<p>secretarias de Assistência Social (ou similar), Fundo Nacional de Assistência Social e Caixa Econômica Federal;</p> <p>_ Ao adolescente é permitido trabalhar desde que cumpridas as exigências legais previstas no capítulo V do ECA, artigos 60, 61 e 62.</p>		<p>formal e informal;</p> <p>_ Evitar a evasão escolar e aumentar a escolaridade;</p> <p>_ Dinamizar e coordenar, durante a interrupção das atividades curriculares no período de verão (o Projeto de Férias), prevenindo a exploração do trabalho no período sazonal.</p>	<p>são beneficiadas por outros programas como: Vale gás e Bolsa-Escola;</p> <p>_ Integração entre o PETI e o Bolsa Família;</p> <p>_ O programa prevê o repasse de recursos aos municípios, para que as famílias inscritas possam ser beneficiadas com ações de Ampliação e Geração de Renda.</p>	<p>mínima da criança e adolescente nas atividades de Ensino regular com 75% (setenta e cinco) de presença e nas ações socioeducativas e de convivência (a chamada jornada ampliada) no percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco) de carga horária;</p> <p>_ As famílias que não cumprirem as ações socioeducativas de convivência quando não houver oferta do serviço por força maior, não serão penalizadas. Mas, a criança ou o adolescente precisa ser retirado do trabalho ilegal.</p>	<p>relatórios e outros documentos de relevante interesse para a proteção de crianças e adolescentes em perigo e para a prevenção da exploração do trabalho infantil;</p> <p>_ Monitoramento das prefeituras junto às famílias e escolas para verificar o cumprimento das metas;</p> <p>_ Meta em 2005 foi atender 1 milhão de crianças e adolescentes</p>
--	--	--	---	---	---

<p>3) AGENTE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL</p> <p style="text-align: center;">*</p> <p>www.mds.gov.br</p>	<p>_ Jovens, de ambos os sexos, de a 15 a 18 anos incompletos que estejam fora da escola;</p> <p>_ Jovens em conflito com a lei, ou abrigados, egressos do PETI;</p> <p>_ Também jovens que vivenciam uma situação de risco / vulnerabilidade social;</p> <p>_ Abarca ainda os jovens oriundos de programas de combate e proteção contra exploração sexual;</p> <p>_ Os portadores de necessidades especiais com cerca de 10% (dez) das vagas oferecidas para cada cidade.</p>	<p>_ Garantir condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino;</p> <p>_ Promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade;</p> <p>_ Capacitar o jovem para atuar junto à comunidade como um agente de transformação e desenvolvimento;</p> <p>_ Minimizar os índices de violência, uso de drogas, DSTs e gravidez não planejada;</p> <p>_ Desenvolver ações que promovam a inserção no mundo do trabalho;</p> <p>_ Desenvolver ações que possibilitem o Protagonismo Juvenil.</p>	<p>_ Durante todo o período, recebem bolsa mensal no valor de R\$ 65,00</p>	<p>_ Exige-se a participação na capacitação teórico-prática que tem duração de 12 meses, sendo que essa capacitação teórica compreende a carga horária mínima de 300 horas/aula e a prática;</p> <p>_ Vincula-se à participação do jovem na comunidade;</p> <p>_ Envolve as três esferas de governo - federal, estadual e municipal;</p> <p>_ Podem ser estabelecidas com universidades ou organizações não-governamentais;</p> <p>_ Acompanhamento de "instrutores" profissionais de diferentes</p>	<p>_ O Ministério do Desenvolvimento social cofinancia 4.501 núcleos de Agente jovem em 1.711 municípios atendidos;</p> <p>_ No ano de 2005 o repasse divulgado foi na ordem de R\$ 112.535.819,94 ;</p> <p>_ Cerca de 112.536 foram atendidos.</p>
---	--	---	---	--	---

<p>3) PROGRAMA SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO</p> <p>_ Faz parte do Programa Primeiro emprego.</p>	<p>_ Jovens, de ambos os sexos, entre 16 e 24 anos (com renda familiar de menos de meio salário mínimo por integrante);</p> <p>_ Evadidos da escola e / ou com a escolaridade inferior ao Ensino Médio;</p> <p>_ Negros e pardos, portadores de necessidades especiais e filhos de famílias chefiadas por mulheres têm prioridade.</p>	<p>_ Oportunizar aos participantes um caminho de acesso à maioria;</p> <p>_ Despertar o protagonismo juvenil, por meio do pleno exercício da cidadania; na construção de uma sociedade democrática e solidária;</p> <p>_ Desenvolver valores como a cidadania; participação, solidariedade, não-discriminação, respeito à diversidade social e ao meio ambiente;</p> <p>_ Qualificar e encaminhar para o trabalho e a geração de</p>	<p>_ R\$ 150,00;</p>	<p>áreas que ministram aulas;</p> <p>_ Presença de "orientadores sociais", geralmente, estudantes universitários.</p> <p>_ O programa visa propiciar alternativas para aqueles que são excluídos do processo de seleção do serviço militar obrigatório, incluindo as jovens;</p> <p>_ Carga horária total de 600 horas que são distribuídas durante um período de 6 meses;</p> <p>_ Elevação da escolaridade perfazendo 300 horas;</p> <p>_ Qualificação profissional perfazendo 100 horas;</p>	<p>_ A partir do ano de 2002 foi previsto o atendimento de 50 mil jovens em todos os estados.</p>
--	--	--	----------------------	---	---

<p style="text-align: center;">Secretaria de Estado dos Direitos Humanos</p> <p>5)FAIXA AZUL</p> <p>a) Configuração anterior</p>	<p>a)_ Adolescentes e jovens com idades entre os 14 e os 26 anos.</p>	<p>renda;</p> <p>_ Promover a elevação da escolaridade através do acesso para a conclusão do Ensino Fundamen-tal.</p> <p>a)- Possibilitar uma fonte de renda para as obras do SOS;</p> <p>_ Fornecer uma fonte de renda para adolescentes e jovens e a permanência e/ou continuidade escolar;</p> <p>_ Realizar trabalhos sociais junto à comunidade Barbacense s.</p>	<p>a) – Variava de R\$ 60,00 até R\$ 180,00.</p>	<p>_ Formação em direitos humanos e cidadania (200h), incluindo a prestação de serviços a partir da realização de campanhas e serviços sociais, dentre outras.</p> <p>a)_ Adolescentes e jovens de ambos os sexos que trabalhavam recolhendo taxas de estacionamento nas ruas centrais da cidade;</p> <p>_ Cada adolescente tinha o seu talão para vender. O pagamento recebido era proporcional ao número de bilhetes vendidos;</p> <p>_ O dinheiro arrecadado era repassado para um contador que, posteriormen-te, fazia os repasses referentes ao</p>	<p>a)_ Não existiu nenhuma de forma de avaliação sistematizada;</p> <p>_ Através de reuniões entre os membros do SOS, com os jovens participantes e com as famílias.</p>
---	---	--	--	--	--

b) Configuração atual	b) – Jovens maiores de 18 anos.	b)_ Empregar jovens com registro em carteira profissional;	b) – Renda mensal de 1 salário mínimo mais cesta básica.	total mensal vendido. b) – Cada jovem tem o seu talão para vender, mas o pagamento é indiferente à quantidade de bilhetes vendidos.	b)_ Não existe.
6) ADOLESCENTE-APRENDIZ Ministério do Trabalho	_ Adolescentes, de ambos os sexos, de 14 a 17 anos.	_ Proporcionar uma formação profissional, _ Incentivar a cooperação por parte de empresários oferecendo vagas e facilitando a relação teoria e prática; _ Encaminhar o acesso ao mercado de trabalho.	_ De meio a um salário mínimo, dependendo da parceria.	_ De acordo com a lei as empresas de médio e grande porte precisam se adequar ao Programa; _ As empresas precisam contratar o mínimo cinco e no máximo quinze por cento do número de funcionários; -São oferecidas aulas técnicas e pedagógicas nas áreas de: auxiliar de escritório;	_ Em Barbacena, fica a cargo da Fundação Marianense de Educação, Ligada à Pastoral da Criança e do Menor.

Anexo G
TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Valdirene Andrade Honório, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, realizarei entrevistas com adolescentes e jovens integrantes e ex-integrantes do projeto Faixa Azul na cidade de Barbacena, M.G. Durante as quais efetuarei anotações e gravações para a coleta de informações e dados.

Estou consciente de que as informações obtidas nessas entrevistas serão usadas como elementos de análise para compor a minha dissertação de mestrado, assim como podem vir a ser usadas também em futuros trabalhos acadêmicos.

Será resguardado o anonimato de todos os sujeitos entrevistados, usando-se pseudônimos para referir-se a eles na redação do relatório final da pesquisa.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2008.

Valdirene Andrade Honório

Maria da Assunção Calderano
Professora Orientadora